

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MICHELE DE OLIVEIRA GONÇALVES ARAÚJO

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE):
Desafios e possibilidades da gestão escolar

Uberlândia – MG

2024

MICHELE DE OLIVEIRA GONÇALVES ARAÚJO

**PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE):
Desafios e possibilidades da gestão escolar**

Dissertação de Mestrado em Educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Vilma Aparecida de Souza

Uberlândia – MG

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A663p Araújo, Michele de Oliveira Gonçalves, 1982-

2024 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) [recurso eletrônico] : desafios e possibilidades da gestão escolar / Michele de Oliveira Gonçalves Araújo. - 2024.

Orientadora: Vilma Aparecida de Souza.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5031> Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Souza, Vilma Aparecida de, 1975-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica,
Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: (34) 3239-4212 -
www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 04/2024/864, PPGED				
Data:	Vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11:20
Matrícula do Discente:	12212EDU031				
Nome do Discente:	MICHELE DE OLIVEIRA GONÇALVES ARAÚJO				
Título do Trabalho:	"PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GESTÃO ESCOLAR"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Estado, Políticas e Gestão da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Políticas de gestão de sistemas e unidades escolares da educação básica: interfaces com a gestão democrática"				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1G121, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Sangelita Miranda Franco Mariano - IFGoiano; Cairo Mohamad Ibrahim Katrib - UFU e Vilma Aparecida de Souza - UFU, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Vilma Aparecida de Souza, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma Aparecida de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/01/2024, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,

§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/01/2024, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamentono art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sangelita Miranda Franco Mariano, Usuário Externo**, em 30/01/2024, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5119752** eo código CRC **52B87C0F**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que conduziu a minha jornada iluminando os meus caminhos e me dando forças para eu seguir em frente e concluir os meus estudos mesmo diante de difíceis obstáculos.

Aos meus amados e admiráveis pais, Luselena de Oliveira Gonçalves e Wilton Gonçalves que me ouviram com carinho, atenção e me apoiaram para a realização desse sonho.

Ao meu querido esposo Eduardo Silva Araújo que com paciência soube entender os meus momentos de ausência exigidos para a realização dos estudos.

A minha querida orientadora, Professora Dra. Vilma Aparecida de Souza, a qual tenho muita admiração, respeito e que para mim é um exemplo de pessoa e profissional. Pela oportunidade de compartilhar comigo os seus conhecimentos, pela paciência e excelência em me orientar diante das minhas dificuldades.

Aos meus professores da pós-graduação da Faculdade de Pós-graduação em Educação PPGED/UFU que contribuíram enriquecendo a minha formação.

Ao Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais – Cecampe-Sudeste, por ofertar a bolsa e o que me permitiu conhecer e estudar de forma aprofundada o Programa Dinheiro Direto na Escola.

A banca de qualificação composta pela Profa. Dra. Leonice Matilde Richter e Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Karib, pelas contribuições que favoreceram um melhor delineamento da pesquisa.

A querida Lara Cristina Evaristo, que tive a oportunidade de conhecer ao participar do grupo de pesquisa Pólis, pelo apoio e por compartilhar comigo seus conhecimentos que contribuíram para a minha trajetória.

As minhas colegas da pós, que tive a oportunidade de conhecer ao participar do grupo de pesquisa Pólis, pelo apoio e por compartilhar comigo seus conhecimentos que contribuíram para a minha trajetória.

E, por fim, a minha amada Charlotte, minha “filha de quatro patas” que ao longo dos meus estudos me fez companhia e me esperou pacientemente para passear, mas que, infelizmente, não está mais aqui para me acompanhar na finalização dele.

Dedico este trabalho...

Aos meus queridos pais Luselena de Oliveira Gonçalves e Wilton Gonçalves, que ao longo de anos se empenharam com dedicação para que os seus três filhos pudessem ter acesso à educação e concluir os seus estudos, pois eles não tiveram a oportunidade conforme desejavam.

Ao meu irmão Wilton Gonçalves Júnior, pelo apoio e por toda ajuda prestada sempre que precisei.

Ao meu esposo Eduardo Silva Araújo, que me apoiou para que eu continuasse os meus estudos e conseguisse alcançar a realização de um desejo que eu já carregava há anos...

“Mas na sociedade de classes, mesmo para o pequeno número que usufrui as aquisições da humanidade, estas mesmas aquisições manifestam-se na sua limitação, determinadas pela estreiteza e caráter obrigatoriamente restrito da sua própria atividade; para a esmagadora maioria das pessoas, a apropriação destas aquisições só é possível dentro de limites miseráveis” (Leontiev).

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública” (Anísio Teixeira, 1936).

RESUMO

Esta pesquisa vincula-se à Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia e tem como objetivo geral analisar o processo de gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), apreendendo as potencialidades e fragilidades enfrentadas pelos gestores nas escolas mineiras. Como objetivos específicos: analisar a gênese do PDDE, no contexto da política de financiamento da Educação Pública Brasileira a partir dos anos 1990; realizar uma revisão de literatura a partir do levantamento de teses e dissertações sobre o Programa PDDE; analisar as experiências de implementação do PDDE em Minas Gerais, a partir da ótica dos gestores escolares/profissionais da educação que participaram das ações do Cecampe-Sudeste. Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizado um levantamento bibliográfico pesquisando em artigos científicos e livros com o propósito de obter um aprofundamento teórico sobre a temática. Realizou-se também uma busca por pesquisas acadêmicas de Mestrado e Doutorado, mais especificamente, daquelas que traziam como foco de estudo a gestão de recursos do programa PDDE, dentro do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando como descritores as expressões “PDDE” e “gestão escolar”, tendo como recorte temporal os últimos 10 anos. Para a análise dos resumos do acervo selecionado, foi utilizado o *software* IRAMUTEQ. Além da revisão de literatura, foi utilizada a análise documental como outro procedimento de pesquisa que permitiu abordar outras perspectivas do objeto em questão, oferecendo dados e informações necessários para a análise do PDDE. Por fim, considerando o banco de dados produzido a partir da ferramenta de um questionário semiestruturado disponibilizado para gestores escolares/profissionais da educação de toda a região sudeste, por meio da ferramenta *Google Forms*, no campo da pesquisa central/guarda-chuva realizada no âmbito do Cecampe-Sudeste, a presente investigação utilizou como objeto de análise o recorte dos dados filtrando as respostas dos gestores do Estado de Minas Gerais, totalizando 225 participantes. Os resultados mostram que, os recursos ofertados por meio do PDDE são de suma importância para as escolas públicas e privadas (sem fins lucrativos). No entanto, alguns problemas/dificuldades para a execução do Programa foram identificados: falta de conhecimento técnico para execução dos recursos do PDDE e prestação de contas; ausência de autonomia pedagógica e financeira para desenvolver projeto pedagógicos de acordo com a realidade da escola; problemas com atendimento/comunicação com o Banco do Brasil; falta de apoio/atendimento/comunicação com setor responsável pelo PDDE no âmbito do FNDE; não participação da comunidade escolar; e falta de apoio/ atendimento/comunicação com a Secretaria Municipal/Estadual de Educação sobre as orientações para gestão dos recursos do PDDE.

Palavras-chave: PDDE; Financiamento da Educação; Gestão descentralizada de recursos

ABSTRACT

This research is linked to the State, Policies and Management of Education Research Line, of the Postgraduate Program in Education, of the Federal University of Uberlândia and its general objective is to analyze the process of managing resources of the “Direct Money at Schools” (Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE), understanding the potentialities and weaknesses faced by managers in Minas Gerais schools. Specific objectives: analyze the genesis of PDDE, in the context of Brazilian Public Education financing policy from the 1990s onwards; carry out a literature review based on a survey of theses and dissertations about the PDDE Program; analyze the experiences of implementing the PDDE in Minas Gerais, from the perspective of school managers/education professionals who participated in “Cecampe-Sudeste” actions. In relation to methodological procedures, a bibliographical survey was carried out searching scientific articles and books with the purpose of obtaining a theoretical in-depth understanding of the topic. A search was also carried out for academic Master's and Doctorate research, more specifically, those that focused on the management of resources from the PDDE program, within the bank of theses and dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), using the expressions “PDDE” and “school management” as descriptors, taking the last 10 years as a time frame. To analyze the summaries of the selected collection, the IRAMUTEQ software was used. In addition to the literature review, a documentary analysis was used as another research procedure that allowed other perspectives of the object in question to be approached, providing data and information necessary for the analysis of the PDDE. Finally, considering the database produced from the tool of a semi-structured questionnaire made available to school investors/education professionals across the southeast region, through the Google Forms tool, in the field of central/umbrella research carried out within the scope from “Cecampe-Sudeste”, this investigation used the data cut filtering the responses of managers from the State of Minas Gerais as the object of analysis, totaling 225 participants. The results show that the resources offered through the PDDE are of utmost importance for public and private (non-profit) schools. However, some problems/difficulties in executing the Program were identified: lack of technical knowledge for executing PDDE resources and accountability; lack of pedagogical and financial autonomy to develop pedagogical projects in accordance with the school's reality; problems with service/communication with “Banco do Brasil” (Bank of Brazil); lack of support/service/communication with the sector responsible for the PDDE within the scope of the FNDE; non-participation of the school community; and lack of support/service/communication with the Municipal/State Department of Education regarding guidelines for managing PDDE resources.

Keywords: PDDE; Education Financing; Decentralized resource management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Forma de cálculo do montante devido	70
Figura 2:	Nuvem de palavras – Levantamento de teses e dissertações	92
Figura 3:	Bigrama – Substantivos mais comuns	96
Figura 4:	Bigrama – Resumos de dissertações e teses	98
Figura 5:	Nuvem de palavras – Pontos fortes/benefícios do programa PDDE	107
Figura 6:	Bigrama – Pontos fortes/benefícios do programa	110
Figura 7:	Nuvem de palavras – Aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE	111
Figura 8:	Nuvem de palavras – Comentários, críticas e sugestões sobre o PDDE	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Vínculos com Escolas	103
Gráfico 2:	Função/cargo que atuam nas escolas	103
Gráfico 3:	Conhecimento sobre o PDDE Básico	104
Gráfico 4:	Participação da comunidade no planejamento e execução do PDDE	116
Gráfico 5:	Aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	<i>Corpus</i> documental da pesquisa	33
Quadro 2:	Cecampes por regiões	35
Quadro 3:	Mesorregiões do estado de Minas Gerais	37
Quadro 4:	Marcos legais do PDDE e suas ações	61
Quadro 5:	Ações Integradas: PDDE Estrutura e PDDE Qualidade	66
Quadro 6:	Valores referenciais de cálculo para repasses do PDDE Básico	70
Quadro 7:	Dados sistematizados e inseridos no <i>software</i>	91
Quadro 8:	Registros escritos sobre pontos fortes/benefícios do programa PDDE	108
Quadro 9:	Registros escritos sobre as limitações/dificuldades do PDDE	111
Quadro 10:	Registros escritos sobre os aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Pesquisa de Teses e Dissertações produzidas entre 2013 e 2022 pela plataforma Capes	73
------------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Acre
APM	Associação de Pais e Mestres
BB	Banco do Brasil
BIRD	Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECAMPE	Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais
CE	Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal
DOC	Documento de Ordem de Crédito
EaD	Ensino a distância
EEx	Entidade Executiva
EM	Entidade Mantenedora
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDESCOLA	Programa Fundo de Fortalecimento da Escola
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MARE	Ministério de Administração e Reforma do Estado
MP	Medida Provisória
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização das Nações Unidas
PAPE	Projeto de Adequação de Prédios Escolares
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PMDE	Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
PME	Projeto de Melhoria da Escola
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGED	Programa de Pós-graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico

SIGPC	Sistema de Gestão de Prestação de Contas
SME	Secretária Municipal de Educação
TED	Transferência Eletrônica Disponível
UAB	Universidade Aberta Brasil
UEX	Unidade Executora
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. METODOLOGIA: OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	27
1.1 A política educacional como área de investigação	29
1.2 Procedimentos metodológicos de pesquisa: o levantamento bibliográfico	30
1.3 Procedimentos metodológicos de pesquisa: a análise documental	32
1.4 A pesquisa central/guarda-chuva no âmbito do Cecampe-Sudeste	34
1.4.1 O Cecampe-Sudeste	34
1.4.2 A pesquisa central (guarda-chuva): o banco de dados	36
1.5 O recorte da pesquisa: em foco o estado de Minas Gerais	40
1.6 Iramuteq	40
2. A GÊNESE DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	43
2.1 Um breve panorama sobre a política educacional a partir dos anos 1990: redefinição do Estado na lógica do modelo neoliberal	43
2.2 O PDDE como política pública de financiamento da educação: base legal	53
3. LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES: O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE O PDDE	73
3.1 Mapeamento das produções de teses e dissertações	73
3.2 Contribuições dos autores diante de suas produções	75
3.3 Analisando os principais apontamentos das teses e dissertações	90

4. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) EM MINAS GERAIS: ANÁLISES A PARTIR DA ÓTICA DOS GESTORES ESCOLARES (PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE PARTICIPARAM DAS AÇÕES DO CECAMPE-SUDESTE	102
4.1 Perfil dos participantes de Minas Gerais	102
4.2 Experiências de implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em Minas Gerais	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	127
ANEXO A – QUESTIONÁRIO	137

INTRODUÇÃO

[...] essa escola para a democracia precisa de financiamento adequado, pois se uma educação de qualidade não é barata, mais cara é a opção pela ignorância e pelo negacionismo, como a história recente do Brasil ensinou.

José Marcelino de Rezende Pinto¹ (2023, p. 50)

A presente investigação insere-se no âmbito da linha de pesquisa “Estado, Política e Gestão da Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), tendo como temática o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Esta seção tem início com uma citação do professor pesquisador José Marcelino Rezende Pinto, retirada da obra “Financiamento da Educação e a Reconstrução da democracia no Brasil”, que destaca a importância de um financiamento adequado para uma educação de qualidade, partindo da premissa de que uma escola para a democracia não é barata e que a ausência de um investimento na educação pública traz o risco da ignorância e negacionismo, mazelas que ainda assolam nosso país nos últimos anos.

Nessa direção, partimos do pressuposto de que uma educação de qualidade não pode ser conquistada com baixos investimentos financeiros e que a falta de um financiamento se apresenta como a negação do acesso à educação, um direito negligenciado a muitos brasileiros. Compreendendo o financiamento da educação como uma política pública, torna-se importante não perder de vista as regras institucionais de organização do Estado e da educação (federalismo; regime de colaboração) e o jogo político mais amplo.

Realizando uma retrospectiva dos anos que estudei na escola pública, hoje consigo compreender a dimensão dessa premissa, ao rememorar os desafios enfrentados pelos professores para oferecer um ensino de qualidade, tais como as condições precárias de infraestrutura escolar, número elevado de estudantes por turma, desvalorização profissional, dentre outros. No entanto, mesmo diante desses desafios, foi nesse cenário que fui aprovada no vestibular da Universidade Federal de Uberlândia, no curso de Pedagogia.

¹ Professor titular da Universidade Federal de São Paulo, com experiência na área de Política e Gestão Educacional com ênfase em financiamento da Educação, municipalização do ensino, regime federativo e educação do campo.

Na graduação passei a me interessar pela área das políticas educacionais, ao compreender que as ações do Estado interferem no cotidiano de cada escola e que tal compreensão é fundamental para que o professor possa se posicionar criticamente perante as mesmas. Ao longo das minhas leituras, pude perceber que a intenção dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, que se interessavam pela educação básica no Brasil, era motivado, não por se importarem com a formação de um cidadão com conhecimento e autônomo, mas sim por preocupações meramente econômicos. Confesso que fiquei frustrada com a conclusão que mesmo diante de todos os programas para a área educacional, muitas eram as dificuldades para se ter uma educação de qualidade, mesmo administrando com excelência os recursos descentralizados que chegavam nas escolas, por esses serem ínfimos diante de todo o montante necessário para atender as demandas das escolas públicas.

Após a conclusão do curso de Pedagogia, passei a atuar como docente da educação básica, sendo possível compreender como as políticas educacionais, assim como toda política pública, são resultado de escolhas e decisões que envolvem indivíduos, grupos e instituições, resultantes do embate e da correlação de forças sociais. Assim, pude constatar como o currículo, a metodologia, a avaliação no interior micro da sala de aula sofrem determinações de políticas educacionais. Essa experiência como docente evidenciou que o “conhecimento das políticas educacionais é essencial, portanto, para a formação de um professor que saiba refletir e agir de forma coerente com suas opções éticas, teóricas e políticas” (Araújo; Almeida, 2010, p. 108).

Essa vivência também fomentou o desejo de continuar os estudos, agora no mestrado, na Linha de Pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação, pelo desafio de compreender temas como o Estado, as políticas públicas educacionais, o financiamento da educação, dentre outros que interferem no cotidiano da escola pública, uma vez que “é impossível o professor se manter neutro diante das lutas das entidades nas quais seus pares se articulam a fim de conquistar melhores condições para a educação nacional” (Araújo; Almeida, 2010, p. 108).

Consegui ser aprovada no Mestrado e dei início a uma maratona de leituras na área de políticas educacionais durante as disciplinas do programa e no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Educação e Cidadania (Pólis). Ao longo dos meus estudos, pude entender que na época de estudante do ensino regular, mais especificamente nos anos 1990/2000, a área educacional sofreu com a Reforma Educacional ocorrida por influência dos órgãos internacionais que defendiam que a atuação do Estado perante as

políticas sociais deveria ser mínima, mas “máximo” para o capital. Nesse formato de Estado “mínimo”, o Estado transfere responsabilidades, repassando à sociedade suas tarefas, no que se refere às políticas sociais e às políticas educacionais.

Na pós-graduação, as discussões sobre as políticas educacionais foram intensas, em especial sobre muitas (contra)reformas² educacionais que conseguem apropriar-se de profundas bandeiras de luta dos movimentos sociais organizados em defesa da escola pública com as exigências do capitalismo. Nessa direção, as políticas neoliberais, sob o discurso da descentralização, por exemplo, acabam, na prática, eximindo o Estado de suas responsabilidades sociais. Assim, diversas reformas educacionais precisam ser compreendidas como parte de um amplo processo de redefinição do papel do Estado, como parte do contexto macro da reestruturação produtiva do modo de produção capitalista.

Além dos estudos promovidos nas disciplinas do Programa de Pós-graduação em Educação e no grupo de estudos e pesquisa, tive a oportunidade de realizar o Curso “Trilhas do PDDE”, ofertado pelo Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Sudeste (Cecampe-Sudeste), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O curso, oferecido no formato a distância (EaD), trata de promover conhecimentos sobre as etapas de adesão, execução e prestação de contas do PDDE e suas Ações Integradas. O objetivo é formar e capacitar gestores escolares, funcionários e pessoas interessadas que lidam direta ou indiretamente com os programas federais. Além do mais, ele é oferecido de maneira gratuita, tendo uma carga horária de 60h com certificação.

Os Cecampes executam ações e atividades de assistência técnica e monitoramento com vistas a apoiar estados, municípios e escolas a aperfeiçoarem a execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas. De acordo com orientações do FNDE, os Cecampes realizam ações como: formações de gestores, conselheiros e outros agentes implicados com a gestão descentralizada dos recursos; oferta de auxílio técnico aos entes federados e instituições envolvidas com a gestão

² Reformulações ocorridas no âmbito das políticas neoliberais são consideradas por muitos pesquisadores como “contrarreforma”. O sentido tradicional do termo “reforma” é um conjunto de mudanças que visam ampliar os direitos e garantias sociais. No dicionário da língua portuguesa reformar significa “dar melhor forma, emendar, corrigir, restaurar, mudar, modificar, alterar, regenerar, dar ou conceder reforma”. No entanto, as “reformas” propostas pelo ideário neoliberal visam atender os princípios do capitalismo e atender aos interesses do mercado e do modo de produção capitalista. Por isso, o termo mais apropriado deveria ser “contrarreforma” para se referir tudo aquilo que vai na contramão do sentido tradicional de reforma. Utilizaremos o termo “reforma” no texto, mas com o sentido de “contrarreforma”.

descentralizada dos programas nas etapas de adesão, execução e prestação de contas; levantamentos de informações e dados, pesquisas, estudos e análises para monitoramento e avaliação dos programas; produção de materiais e recursos instrucionais (manuais, cartilhas, folders, dentre outros), e tecnologias que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações. Diante da imersão nessas ações, muitas inquietações acerca do financiamento da educação foram provocadas pelos estudos realizados.

Os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampes) são universidades parceiras do FNDE que realizam atividades de assistência técnica e monitoramento a fim de apoiar estados, municípios e escolas, a aprimorarem a execução e o desempenho do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, do Programa Caminho da Escola e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) (FNDE, 2021).

Segundo informações do FNDE (2021), os Centros de Colaboradores desenvolvem as seguintes funções:

- a) Formação de gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada do programa/ações, capacitando-os quanto aos aspectos conceituais, normativos e operacionais necessários à execução e ao acompanhamento dessas políticas;
- b) Assessoria técnica a entes federados envolvidos com a gestão descentralizada dos programas/ações especialmente quanto aos processos de adesão, execução e prestação de contas, contribuindo para solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas.
- c) Realização de levantamento de dados, estudos e demais análises para monitoramento e avaliação, a fim de subsidiar a tomada de decisão para melhoria no desempenho dos programas/ações;
- d) Desenvolvimento e aplicação de modelos, métodos, técnicas, produção de material instrucional (cartilhas, manuais, folders, etc) e tecnologias que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações, favorecendo para elevar a eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade dessas políticas.
- e) Elaboração e implementação de projetos de intervenção para melhoria nos programas/ações, solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas. E oferecimento de suporte técnico ao FNDE (FNDE, 2021, s.p.).

Além do curso, tive a oportunidade de atuar como bolsista no Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Sudeste (Cecampe-Sudeste), o que permitiu conhecer e estudar de forma aprofundada o Programa Dinheiro Direto na Escola.

A equipe de Projetos Especiais e Ações Articuladas do Cecampe-Sudeste, ao longo do segundo semestre de 2022, desenvolveu atividades concernentes a quatro dimensões:

a) Ações extensionistas e formação continuada da equipe do Cecampe-Sudeste e comunidade externa de caráter complementar às formações presenciais e ao Curso “Trilhas no PDDE”- 2022.

b) Organização de um e-book: Construções dialógicas: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em perspectiva.

c) Colaboração no relatório da Pesquisa “*Programa Dinheiro Direto na Escola: Potencialidades e limitações sob a ótica de gestores da educação*”, que tinha como escopo realizar balanços analíticos e interpretativos sobre o processo de implementação e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola na região sudeste, a partir das seguintes ferramentas metodológicas: questionários semiestruturados realizados com gestores, tesoureiros e secretários que atuam na implementação do PDDE; análise de documentos e dispositivos jurídico-normativos; e análise de dados organizados por meio da Plataforma *Power B.I.* Trata-se de uma plataforma estruturada pela equipe de monitoramento do Cecampe-Sudeste a partir do *Business Intelligence Software*, a qual, a partir de fontes originais do Censo Escolar do INEP, disponibiliza um rico acervo de aspectos da realidade educacional brasileira. O manuseio desta plataforma permite a organização de dados com base em conexões de indicadores, propiciando ao usuário realizar filtros e ter acesso a elementos específicos e gerais e fazer associações e interlocuções entre variáveis, de forma interativa.

A partir da participação nas ações desenvolvidas pelo Cecampe-Sudeste, em especial a colaboração na pesquisa desenvolvida, reestruturei meu projeto de pesquisa de Mestrado Acadêmico, assumindo como objeto de investigação o PDDE.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 10 de maio de 1995, com a Resolução FNDE nº 12, com a denominação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, tendo como objetivo dispor de recursos financeiros diretamente para as escolas das redes públicas de ensino e, no caso da educação especial, também para escolas privadas. No ano de 2009, com a edição da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009, convertida na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o PDDE foi regulamentado e ampliado para toda a educação básica, abrangendo todas as escolas da educação infantil e de ensino médio.

O Programa tem sua gênese como uma iniciativa de repasse de recursos financeiros diretamente para as escolas públicas de ensino fundamental das redes estadual, municipal e do Distrito Federal. Valente (2011), assevera que a criação do PDDE Básico veio acompanhada do discurso de contribuir com a autonomia da escola na gestão

dos recursos financeiros, em nome da qualidade da educação pública e da gestão democrática, além de contribuir para dificultar os desvios e gastos indevidos com os recursos.

De acordo com FNDE, o PDDE tem como objetivo oferecer assistência financeira, de natureza suplementar, às escolas públicas, por meio do repasse de recursos, de acordo com o número de matrículas da escola, visando contribuir com:

1. o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
2. a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e
3. o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.³

O PDDE tem como principal característica o caráter descentralizador, uma vez que os recursos do FNDE são repassados diretamente para as escolas e elas passam a ser responsáveis pela gestão desse dinheiro, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/1996 que no art.12 estabelece que os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de: “II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros” (Brasil, 1996, s.p.).

Em sua primeira versão até o ano de 2008, o PDDE atendia apenas as escolas públicas de ensino fundamental. Com a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que amplia a obrigatoriedade da educação escolarizada para a faixa etária dos 4 aos 17 anos, o PDDE passa a ser destinado às demais etapas da educação básica como a educação infantil e o ensino médio. Acompanhado sua trajetória, Farenzena (2012) assevera que “o PDDE foi a ação de transferência de recursos financeiros que teve crescimento mais expressivo, pois seus recursos foram multiplicados três vezes e meia, confrontando-se 2010 e 2006” (Farenzena, 2012, p. 111). Com diferentes modalidades de ações, o PDDE Básico⁴ atende às escolas de educação básica, apresentando-se como um importante programa de financiamento da União aos estados e municípios (Mafassioli, 2015). Tais ações têm como foco as demandas de financiamento das escolas, com vistas a melhorar o atendimento à Educação Básica.

Assim, essa dissertação tem como objeto de investigação o PDDE Básico, tendo como recorte a gestão dos recursos do programa nas escolas públicas mineiras. Esse recorte justifica-se por sua relevância científica e social, uma vez que pretende contribuir

³ Fonte: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>

⁴ Refere-se ao programa originário que atende a todas as escolas de educação básica, sendo utilizado para realizar a manutenção e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas.

com os estudos sobre o PDDE Básico e seus desdobramentos na construção de espaços e instrumentos de gestão democrática da educação na esfera estadual. Vale destacar que a presente pesquisa utilizou o banco de dados coletados na pesquisa macro desenvolvida pelo Cecampe-Sudeste, que abrangeu toda a região sudeste. Assim, para esse estudo, optamos por tomar como recorte o estado de Minas Gerais e os dados coletados por meio de questionário semiestruturado aplicado aos profissionais de educação (gestores, professores e secretários) que atuam na implementação do PDDE Básico.

Considerando esse panorama, a seguinte questão norteia a problemática da presente investigação: Quais as potencialidades e limitações da gestão do recurso no âmbito do PDDE Básico em Minas Gerais?

Diante dessa pergunta, o **objetivo geral** foi analisar o processo de gestão dos recursos do PDDE, apreendendo as potencialidades e fragilidades enfrentadas pelos gestores nas escolas mineiras.

Os **objetivos específicos** foram: analisar a gênese do PDDE Básico, no contexto da política de financiamento da Educação Pública Brasileira a partir dos anos 1990; realizar uma revisão de literatura a partir do levantamento de teses e dissertações sobre o Programa PDDE; analisar as experiências de implementação do Programa Dinheiro na Escola (PDDE) em Minas Gerais, a partir da ótica dos gestores escolares/profissionais da educação que participaram das ações do Cecampe-Sudeste.

O texto está organizado em sete seções, contando com a Introdução, as Considerações Finais e as Referências. A seção intitulada “Metodologia: os caminhos da investigação” apresenta os caminhos da investigação que foram utilizados para a presente pesquisa. Primeiramente discute-se sobre a abordagem qualitativa e o processo de investigação no campo das políticas educacionais. Posteriormente, são apresentados os procedimentos metodológicos de pesquisa adotados a partir do recorte e do objeto de investigação.

A seção “A gênese do Programa Dinheiro Direto na Escola” apresenta breves considerações sobre a gênese do PDDE, traz um breve panorama sobre a política de financiamento da educação pública brasileira, influenciada pelo neoliberalismo a partir dos anos 1990. Nessa seção, analisou-se a origem do PDDE Básico no contexto da Reforma do Estado, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, e os principais marcos legais que produziram muitas reformulações, ao longo dos mais de vinte anos de existência do programa.

A seção “Levantamento de teses e dissertações: o que dizem as pesquisas sobre o PDDE” apresenta um levantamento de teses de doutorado e dissertações de mestrado dos últimos 10 anos, publicadas na Plataforma Capes, tendo como foco as obras que retratam o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. A intenção com essa busca foi a de identificar as principais temáticas dessas obras e as suas possíveis contribuições acerca do Programa, utilizando nessa análise o *software* Iramuteq, como um facilitador para interpretar os dados textuais dos resumos das produções acadêmicas.

Na seção “A implementação do Programa Dinheiro na Escola (PDDE) em Minas Gerais: análises a partir da ótica dos gestores escolares/profissionais da educação que participaram das ações do Cecampe-Sudeste”, analisa-se as experiências de implementação do PDDE em Minas Gerais, a partir dos dados coletados por meio de um questionário, fazendo-se uso também do *software* Iramuteq e assim conseguir ter uma maior entendimento das informações acerca das potencialidades e fragilidades enfrentadas na gestão dos recursos financeiros descentralizados nas escolas mineiras.

Almeja-se que o presente relatório de pesquisa possa contribuir com o apoio à gestão escolar, oferecendo elementos e reflexões para mitigar fragilidades e fortalecer possibilidades na gestão dos recursos do PDDE Básico, além de contribuir como ponto de partida para novas investigações.

1. METODOLOGIA: OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa educacional abarca uma variedade de problemas e objetos de investigação, onde “os pesquisadores em educação fazem escolhas entre um dos múltiplos caminhos que os aproximam da compreensão [de um dado] fenômeno, escolhendo, também, um ângulo de abordagem” (Gatti, 2002, p. 13).

A presente seção tem como objetivo apresentar os caminhos da investigação da pesquisa em questão, que, se fundamenta em conformidade com as orientações da perspectiva qualitativa. A opção pela abordagem qualitativa foi feita considerando que tal enfoque proporciona o contato direto com o objeto de pesquisa, bem como privilegia o caráter descritivo da investigação. Um movimento que permite a ênfase no processo e não apenas nos resultados, valorizando o percurso da pesquisa e a perspectiva dos participantes (Bogdan; Biklen, 1994). Sobre as contribuições da pesquisa qualitativa para a área da educação Bogdan e Biklen (1994) destacam algumas características básicas, dentre elas, a utilização do ambiente natural como fonte direta para coleta de dados, sendo o pesquisador o principal instrumento para a busca dos dados e informações. Além disso, destacam ainda que, em relação ao tratamento dos dados coletados, eles são analisados a partir de uma perspectiva descritiva que valoriza as transcrições de pessoas, acontecimentos, entrevistas, depoimentos, aspectos que oferecem subsídios para a análise do objeto investigado.

Outra característica da abordagem qualitativa refere-se à concepção do processo como aspecto mais importante que o produto, ou seja, a investigação de um objeto precisa considerar o contexto, os diferentes aspectos presentes durante sua manifestação, para além da preocupação com os resultados obtidos ao final da pesquisa. Em outras palavras, uma investigação que prioriza a abordagem qualitativa considera o processo de investigação e as perspectivas dos participantes. Assim, a abordagem qualitativa oferece ao pesquisador uma compreensão macro do objeto de investigação, sendo um enfoque que proporciona percepções e perspectivas para o problema de pesquisa.

Sendo assim, a escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar uma aproximação maior dos sujeitos, permitindo que sejam compreendidos no sentido micro de suas individualidades e no sentido macro e coletivo das relações, oportunizando ao pesquisador apreender uma dimensão significativa do objeto investigado. De acordo com Minayo (2007), “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em

equações, médias e estatísticas” (p. 22). Nessa direção, a abordagem qualitativa justifica-se ainda por oferecer um detalhamento de situações, interações e comportamentos de pessoas que podem ser apreendidos durante o processo de investigação, permitindo captar experiências, concepções e crenças dos sujeitos participantes da pesquisa.

Ludke e André (2005) ponderam que a abordagem qualitativa também oferece elementos importantes para a pesquisa na área das ciências humanas, ao proporcionar ao pesquisador uma “sensibilidade” maior diante da interação natural e não invasiva entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. Outro elemento da abordagem qualitativa é a possibilidade de oferecer ao pesquisador uma aproximação direta e minuciosa com o objeto de investigação, com a cultura dos participantes, o que contribui para uma compreensão mais aprofundada dos aspectos investigados, no caso desse estudo, com os diversos públicos que lidam o PDDE espalhadas por diversas cidades do estado mineiro.

Considerando o exposto, a abordagem qualitativa foi a perspectiva assumida nessa investigação, por oportunizar uma melhor compreensão dos processos que permeiam os contextos das políticas educacionais, em especial o programa PDDE, foco dessa investigação. A abordagem qualitativa permite ainda estudar as individualidades de cada sociedade tendo como intenção explorar as opiniões sociais a respeito daquilo que se pretende pesquisar, aproximação essa essencial na tentativa de entender as reais potencialidades e necessidades dos gestores escolares/funcionários mineiros sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, popularmente conhecido com PDDE Básico.

Nesses termos, segundo Minayo (2010, p. 57), o enfoque qualitativo é o

[...] que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões [...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

Nesse sentido, o fator conhecimento relacionado ao campo educacional, está intrinsecamente interligado às vivências ocorridas no chão das instituições, diante das práticas cotidianas, na troca de experiências entre seus pares e na pluralidade de cada um dos indivíduos envolvidos. Logo, a pesquisa apresenta como resultado a realidade de determinado local. Segundo Minayo (2009),

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser

intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (Minayo, 2009, p. 17).

Considerando as contribuições da abordagem qualitativa para a pesquisa em educação, ao oferecer o estudo dos fenômenos educacionais em suas diferentes perspectivas, destaca-se a relevância de tal enfoque para estudos na área da política educacional, como é o caso da presente pesquisa. Na seção a seguir serão apresentadas breves considerações acerca da política educacional como área de investigação.

1.1. A política educacional como área de investigação

Em se tratando de estudos na política educacional, Mainardes; Ferreira; Tello (2011) asseveram que:

Tanto no cenário nacional quanto internacional a pesquisa sobre políticas públicas vem se constituindo como um campo de investigação e em permanente busca de consolidação. [...] Na América Latina, entre as décadas de 1950 e 1960, surgiu o campo das políticas educacionais como status epistemológico oferecido pela ciência política. (Mainardes; Ferreira; Tello; 2011, p. 144).

Um momento importante para o avanço nas pesquisas nessa área, ocorreu em 1985, com o processo de redemocratização que oportunizou a abertura de novos caminhos para as políticas educacionais. A pesquisa em política educacional no Brasil ganhou força no período das discussões relacionadas a democratização da gestão escolar, impostas com as teorias administrativas oriundas do modelo empresarial no contexto das instituições de ensino. Assim, as teorias empresariais iam na contramão da democratização, ao defender em seu discurso a importância da eficiência para o crescimento do setor.

Na década de 1990, com a reforma do Estado e a influência dos organismos internacionais na educação, os estudos principalmente nas áreas de política educacional ganharam uma maior visibilidade, por ser uma forma de “justificar as opções ideológicas e uma padronização das políticas na região” (Krawczyk, 2019, p.03). Nessa mesma direção, Marques e Faria (2013) asseveram que a partir dos anos 1990, os estudos na área de políticas públicas assumiram centralidade diante de novos contornos das políticas influenciadas pelo processo de redemocratização do país.

Saviani (2017) entende que as políticas educacionais são valorosas nas discussões teóricas de conhecimentos relacionados com a pedagogia e a política, uma vez que “[...] pressupõe a compreensão da política educacional como uma atividade que se exerce no entrecruzamento de duas ciências práticas: a ciência política e a ciência pedagógica” (Saviani, 2017, p.01).

Sobre essa temática, autores como André (2001), Silva (1990), Santos; Azevedo (2009), defendem a produção de pesquisa na área de políticas educacionais para o aprimoramento das pesquisas de outras áreas e, conseqüentemente, na qualidade e refinamento crescente das pesquisas. Vale destacar que, por mais que constatamos novos trabalhos que trazem como foco a investigação das políticas públicas na educação, a cada nova produção, novas problemáticas ainda podem surgir comprometendo-se com uma perspectiva com um enfoque mais dialético e crítico.

Nesse enquadramento, Silva (1990) defende que a procura de justificativas sobre os rumos utilizados em um estudo possibilitam apontar suas lacunas, os objetos alcançados e também oportunizar novas alternativas para outras pesquisas e concretizar a área educacional como uma potência no campo das pesquisas em políticas educacionais.

Nas universidades, que se caracterizam como os grandes centros responsáveis pelas produções das pesquisas, verifica-se o aumento nos programas de pós-graduação das linhas de pesquisa voltadas para os estudos das políticas públicas. Isso pode ser justificado pelo interesse das sociedades nas discussões sobre o assunto, influenciado pela atenção deficitária que o Estado presta às políticas públicas, seja relacionado com a educação, saúde, cultura, esporte, justiça e assistência social.

Mainardes (2009) afirma que a pesquisa no campo das políticas educacionais é considerada recente no país, e ainda carece de análises referenciais mais substanciais. Contudo, é uma área que vem crescendo em decorrência do aumento das produções de teses, dissertações e publicações. Por esse motivo, é fundamental que o debate sobre questões teórico-metodológicas da análise de políticas públicas seja debatido.

Diante dessa breve exposição, a presente investigação reconhece os desafios das pesquisas que tomam as políticas públicas como objeto de estudo, “entendidas e estudadas como movimentos complexos, com participação de diferentes sujeitos sociais, cujas ações e comportamentos repercutem no conjunto da sociedade” (Bello; Jacomini; Minhoto, 2014, p. 375). Ou seja, pesquisa reconhece a complexidade do PDDE Básico, enquanto uma política educacional em curso, o que justifica sua relevância científica e social. Na subseção a seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados nessa dissertação.

1.2. Procedimentos metodológicos de pesquisa: o levantamento bibliográfico

Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizado um levantamento bibliográfico pesquisando em artigos científicos e livros com o objetivo de obter um aprofundamento teórico sobre a temática. De acordo com Oliveira (2007), a pesquisa bibliográfica é um tipo de “estudo direto” em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realizada empírica” (Oliveira, 2007, p. 69). Assim, o pesquisador tem a oportunidade de estar em contato direto com autores e outros pesquisadores que retratam sobre a temática, no caso, sobre a gestão de recursos disponibilizados pelo PDDE Básico, tendo a certeza da veracidade e confiabilidade das fontes exploradas. Conforme Amaral (2007), o levantamento bibliográfico,

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (Amaral, 2007, p. 1).

Vale ressaltar que a exploração do levantamento bibliográfico nos estudos acadêmicos não se refere a uma mera repetição de estudos anteriores sobre determinadas temáticas, mas sim de uma nova oportunidade de investigar com um enfoque inovador propiciando novas descobertas e conclusões inéditas. À vista disso, o levantamento bibliográfico

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (Boccatto, 2006, p. 266).

Nesse contexto, uma seção é dedicada às investigações já realizados sobre o foco desse estudo, por meio da adoção da revisão literária o que resultou em um melhor entendimento a respeito dos conhecimentos já produzidos, compartilhados, dos percursos já desbravados e também de possíveis questões que ainda não foram exploradas.

Além de revisão bibliográfica, realizou-se também uma busca por pesquisas acadêmicas de Mestrado e Doutorado, mais especificamente, daquelas que traziam como foco de estudo a gestão de recursos do programa PDDE. Logo, a pesquisa ocorreu dentro do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando como descritores as expressões “PDDE” e “gestão escolar”, tendo como recorte temporal os últimos 10 anos, ou seja, de 2013 a 2022. Esse recorte do tempo justifica-se por interessar as informações mais recentes acerca do

programa PDDE, mais especificamente a respeito da gestão descentralizada dos recursos financeiros. O quadro com os dados das dissertações e teses selecionadas a partir desse levantamento será apresentado na Seção 3. O montante dos trabalhos encontrados no período de investigação foi de 24 pesquisas, sendo 20 dissertações de mestrado e 4 são teses de doutorado.

Para a análise dos resumos do acervo selecionado, foi utilizado o *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), desenvolvido por Pierre Ratinaud em 2009, sendo “[...] um programa informático gratuito, que se ancora no *software* R e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre *corpus* textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras” (Camargo; Justo, 2013, p. 513). O *software* viabilizou a sistematização e análise dos conteúdos dos títulos, resumos e palavras-chaves encontrados nas teses e dissertações selecionadas no banco de teses e dissertações da CAPES. Na subseção 2.6. será apresentado com maiores detalhes o *software* IRAMUTEQ e como foi utilizado na pesquisa.

1.3. Procedimentos metodológicos de pesquisa: a análise documental

Além da revisão de literatura, foi utilizada a análise documental como outro procedimento de pesquisa que permitiu abordar outras perspectivas do objeto em questão, oferecendo dados e informações necessários para a análise do PDDE. Assim, recorreu-se à análise documental como procedimento metodológico para analisar a gênese do Programa e os marcos legais que implementaram modificações nessa política ao longo dos seus vinte e oito anos.

A adoção da análise documental permitiu mapear as normativas que regulamentaram e regulamentam o PDDE, constituindo em uma rica fonte complementar da pesquisa bibliográfica. Lüdke e André (1986) destacam que, a abordagem qualitativa, a análise documental apresenta-se como uma metodologia importante ao complementar informações obtidas por outras técnicas, bem como apresentar outros dados e novos elementos acerca do objeto investigado. Nas palavras dos autores:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde pode ser retirada evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informações. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (Lüdke; André, 1986, p. 39).

Em se tratando da pesquisa na área das políticas educacionais, a análise documental apresenta muitas contribuições, pois é um campo da pesquisa em educação que trabalha diretamente com escritos de política. Nessa mesma direção, Belloni (2003) afirma que a análise documental representa um valioso procedimento metodológico para as pesquisas em ciências humanas e sociais, pois oferece um entendimento amplo de objetos que demandam um movimento de contextualização histórica e sociocultural.

No caso desse estudo, a análise desses materiais representou um instrumento para mapear e acompanhar o processo de constituição da política do PDDE, sendo possível acompanhar as mudanças implementadas ao longo dos anos desde a sua gênese. Assim, nessa investigação, foi selecionado o seguinte *corpus* documental para análise:

Quadro 1- Corpus documental da pesquisa

DOCUMENTOS	CONTEÚDO
RES. Nº 12, DE 10 DE MAIO DE 1995.	Criação do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE)
RES. Nº 03, DE 04 DE MARÇO DE 1997.	Estabelece a obrigatoriedade da UEx, a definição de recursos, conforme a região do país e a divisão dos valores em custeio e capital.
RES. Nº 06, DE 13 DE MAIO DE 1998.	Adota o Censo Escolar como mecanismo de transferência de recursos do PMDE.
Medida Provisória n. 1.784 DE 1998.	Altera o nome do PMDE para PDDE e determinação das Secretarias de Educação como responsáveis pelas prestações de contas.
RES. Nº 08, DE 08 DE MARÇO DE 2000.	Cria a reprogramação de saldos.
RES. Nº 10, DE 22 DE MARÇO DE 2004.	Retira os gastos com formação de professores, determina que escolas com mais de 50 alunos devem criar a UEx e eleva os valores do Programa.
RES. Nº 43, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2005.	Determina um valor adicional por escola com até 20 alunos e distribui os recursos em 80% para custeio e 20% para capital.
RES. Nº 03, 01 DE ABRIL DE 2012.	Determina parcela extra de 50% para as escolas que elevaram o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
LEI Nº 12.695, DE 25 DE JUNHO DE 2012.	Contempla os polos da UAB como beneficiário do Programa.
NOVO FOLDER DO FNDE (2013)	Determina a memória de cálculo do Programa.
RES. Nº 18, DE 21 DE MARÇO DE 2013.	Cria o PDDE Escola Sustentável
RES. Nº 10, DE 18 DE ABRIL DE 2013.	Define os objetivos do programa e dispõe novos critérios de repasse e execução, incluindo recadastramento automático e possibilidade de as escolas definirem os percentuais de repasse de custeio ou capital.
RES. Nº 05, DE 31 DE MARÇO DE 2014.	Divide os recursos do PDDE em duas parcelas.

RES. Nº 16, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.	Mantém a divisão dos recursos do PDDE em duas parcelas, porém define um intervalo de transferência de quatro meses para elas serem concretizadas.
RESOLUÇÃO Nº 15, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021.	Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Na análise dos documentos oficiais, buscou-se acompanhar a trajetória histórico-legal do PDDE, desde sua gênese, a partir do mapeamento dos principais marcos legais que redimensionam o Programa e suas Ações Integradas.

1.4. A pesquisa central/guarda-chuva no âmbito do Cecampe-Sudeste

Como já foi dito na seção da Introdução, a presente investigação insere-se como um recorte da pesquisa central/guarda-chuva realizada no âmbito do Cecampe-Sudeste. Na subseção a seguir, será feita uma breve apresentação do Cecampe-Sudeste.

1.4.1. O Cecampe-Sudeste

Segundo o *Guia de Atuação do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais CECAMPE*, muitos são os desafios presentes na gestão de programas públicos descentralizados, sendo importante assegurar que as ações executadas no contexto dos governos locais possam alcançar os resultados esperados de acordo com as intenções dos programas (FNDE, 2020). O *Guia* destaca que a descentralização dos recursos ao mesmo tempo que traz a vantagem de atender às demandas reais das escolas, também traz a dificuldade de acompanhar a execução por parte dos órgãos centrais. Considerando esse vácuo, o FNDE chamou as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com o objetivo de estabelecer parcerias para Suporte Técnico à Implementação de Programas de Apoio à Manutenção e Melhoria das Escolas, por meio da constituição dos *Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais* – CECAMPE (FNDE, 2018).

De acordo com o *Guia*, os CECAMPEs consistem em unidades de apoio e referência para as escolas, como suporte no desenvolvimento das ações para a implementação e execução dos programas de manutenção e melhoria das escolas,

especialmente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Integradas. Os Cecampes teriam como áreas de atuação:

1. Formação de gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada dos programas/ações, capacitando-os quanto aos aspectos conceituais, normativos e operacionais necessários à execução e acompanhamento dessas políticas;
2. Assessoria técnica a entes federados e entidades envolvidas com a gestão descentralizada dos programas/ações, especialmente quanto aos processos de adesão, execução e prestação de contas, contribuindo para solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas;
3. Realização de levantamentos de dados, pesquisas, estudos e demais análises para monitoramento e avaliação, a fim de subsidiar a tomada de decisão para melhoria no desempenho dos programas/ações;
4. Desenvolvimento e aplicação de modelos, métodos, técnicas, produção de material instrucional (cartilhas, manuais, folders, etc) e tecnologias que contribuam para aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações, contribuindo para elevar eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade dessas políticas;
5. Elaboração e implementação de projetos de intervenção para melhoria nos programas/ações, solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas;
6. Suporte técnico ao FNDE (FNDE, 2020, p. 6-7).

Após o Edital, foram constituídos cinco Cecampes espalhados por todo o território brasileiro divididos por regiões conforme quadro:

Quadro 2 - Cecampes por regiões

Regiões	Universidades
Cecampe Sudeste	Universidade Federal de Uberlândia
Cecampe Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Cecampe Nordeste	Universidade Federal da Paraíba
Cecampe Norte	Universidade Federal do Pará
Cecampe Centro-Oeste	Universidade de Brasília

Fonte: FNDE, 2021.

A unidade Cecampe da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) desenvolve um conjunto de atividades no âmbito da pesquisa, ensino e extensão com a finalidade de oferecer o apoio para a manutenção e melhoria da gestão das escolas contempladas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) da região sudeste do país.

O Cecampe-Sudeste estruturou suas ações a partir de um leque de atividades tendo como foco a realização de formação continuada de gestores educacionais, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada dos programas/ações, com vistas a contribuir com o monitoramento e o êxito da gestão de programas educacionais (Cecampe-Sudeste, 2022).

1.4.2. A pesquisa central/guarda-chuva: o banco de dados

Segundo relatório do Cecampe-Sudeste, a primeira edição (2020-2022) desenvolveu ações em duas frentes: pesquisa e formação continuada. Em relação à pesquisa foi realizada uma investigação tendo como objeto as políticas de financiamento para a educação pública, com foco no PDDE, visando captar as potencialidades e limitações do Programa nas escolas da região sudeste, sendo o projeto de pesquisa intitulado *Programa Dinheiro Direto na Escola: potencialidades e limitações sob a ótica de profissionais da educação*. Segundo o relatório do Cecampe-Sudeste, a pesquisa teve como objetivos e problemáticas:

A inserção da equipe do CECAMPE no *locus* escolar da região sudeste buscará identificar e analisar: aspectos concernentes à implementação do PDDE na região sudeste; os impactos sobre a gestão escolar; os condicionantes em relação ao desempenho do IDEGES. No âmbito microssocial, colocaremos em relevo olhares e vozes dos sujeitos que atuam diretamente na gestão dos recursos financeiros provenientes do PDDE: os/as gestores/as da educação e buscará apreender: quais as percepções dos/as gestores/as da educação sobre o PDDE e sobre o IDEGES? qual o perfil das escolas que apresentam bom desempenho no IDEGES? quais os órgãos colegiados em funcionamento nas escolas que apresentam bom desempenho no IDEGES (tem Colegiado? Conselho de Caixa escolar? Associação de Pais e Mestres? Grêmios Estudantil?); as escolas que apresentam bom desempenho no IDEGES estão alocadas na rede estadual ou municipal de ensino? há correspondência entre escolas com bom IDEGES e IDH da região em que se encontram? qual o sistema para provimento de cargo de diretor nas escolas com alto IDEGES? eleição? provas? sistema misto? (Cecampe-Sudeste, 2022b, p. 12-13).

Assim, a pesquisa central do Cecampe-Sudeste abarcou duas frentes de investigação, sendo elas: “a percepção dos gestores sobre as políticas de financiamento no Brasil; o papel do PDDE enquanto fonte de recurso suplementar no processo de financiamento da educação”. (Cecampe-Sudeste, 2022, p. 13). Para a realização da pesquisa central, a equipe do Cecampe-Sudeste utilizou como procedimentos metodológicos para a coleta de dados: “análises de legislações; análises de indicadores educacionais; análises de conteúdos de políticas de financiamento educacional; entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários realizados por gestores/as da região sudeste, no âmbito do sistema de ensino e no âmbito da escola” (Cecampe-Sudeste, 2022b, p. 13).

Dentre esses procedimentos metodológicos, o questionário semiestruturado foi disponibilizado para 3.000 gestores escolares/profissionais da educação da região

sudeste, por meio da ferramenta *Google Forms*⁵. Deste montante, teve o retorno de 515 respostas válidas, sendo: “dentre as quais 92,8% dos respondentes declararam ter vínculo com a Educação Básica, sendo que 341 (73%) estão vinculados à rede municipal de ensino, 138 (29,6%) da rede estadual e 1 (0,2%) da rede particular” (Cecampe-Sudeste, 2022b, p. 13).

Assim, considerando esse banco de dados, a presente investigação utilizou como objeto de análise o recorte dos dados filtrando as respostas dos gestores do Estado de Minas Gerais, totalizando 225 participantes, das cidades mineiras conforme quadro 3:

Quadro 3: Mesorregiões do estado de Minas Gerais

⁵ Juntamente com o questionário, foi inserido um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento* e 97,7 % manifestou concordância em participar da pesquisa.

Campo das Vertentes	Central Mineira	Jequitinhonha/Mucuri	Zona da Mata	Noroeste de Minas	Norte de Minas	Vale do Rio Doce	Sul e Sudoeste de Minas	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Metropolitana de Belo Horizonte	Oeste de Minas
Barbacena	Morro da Garça	Teófilo Otoni	Alto Jequitibá	Lagamar	São João do Paraíso	Governador Valadares	Capitolio	Patos de Minas	Belo Horizonte	Perdões
Carandaí	Cedro do Abaeté	Rio do Prado	Guidoval	Arinos	Itacambira	Aimorés	Delfim Moreira	Ituiutaba	Alvinópolis	Cristais
Nepomuceno	Luz	Itamarandiba	Viçosa	Natalândia	Riachinho	Ipanema	Ibiraci	Uberlândia	João Monlevade	Piumhi
Carandaí	Quartel Geral	Leme do Prado	Alto Jequitibá	Presidente Olegário	Varzelândia	São João do Manteninha	Itajubá	Ponte Nova	Dionisio	Divinópolis
Ibertioga	Presidente Kubitschek	Rubim	Divinésia		Porteirinha	Virginópolis	Nova Resende	Ipiaçú	Nova União	São Sebastião do Oeste
Antônio Carlos	Martinho Campos	Minas Novas	Muriaé		Itacarambi	Água Boa	Passos	Abadia dos Dourados	Betim	Perdões
		Capelinha	Lima Duarte		Lassance	Tarumirim	Carmo da Cachoeira	Cruzeiro da Fortaleza	São Gonçalo do Rio Abaixo	Carmo do Cajurú
		Malacacheta	Simonésia		Manga	Governador Valadares	Machado	Pedrinópolis	Igarapé	Nova Serrana
		Bertópolis	Juiz de Fora		Montes Claros	Ipatinga	Bandeira do Sul	Sacramento	Jeceaba	Oliveira
		Almenara	Leopoldina			Imbé de Minas	Três Corações	Prata	Taquaraçu de Minas	São Roque de Minas
		Araçuaí	São Francisco do Glória			Ipatinga	São José do Alegre	Indianópolis	Sabará	
			Goianá			Inhapim	Passa Quatro	Santa Vitória	Ibirité	Itaúna
			Visconde do Rio Branco				São Thomé das Letras	Ituiutaba	Esmeraldas	Formiga
			Caparaó				Varginha	Estrela do Sul	Santa Luzia	Piracema

			Rochedo de Minas				Monte Santo de Minas	Perdizes	Congonhas do Norte	Itaúna
			Manhuaçu				Andradas	Araguari	Morro do Pilar	Carmo do Cajuru
			Ponte Nova				Paraisópolis	Uberaba	Santa Maria de Itabira	BambuÍ
			Pedra do Anta				Cambuquira	Serra do Salitre	Betim	
							Piranguinho	Pratinha	Ouro Preto	
							Sabinópolis	Cascalho Rico	Alvorada de Minas	
							Elói Mendes		Vespasiano	
							Albertina		Catas Altas	
							Guaxupé		Lagoa Santa	
							Três Pontas		Itabira	
							Poços de Caldas		Sete Lagoas	
									Pedro Leopoldo	
									Brumadinho	
									Itatiaiuçu	

Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados do site⁶(2023).

⁶ WWW.MG.GOV.BR

1.5. O recorte da pesquisa: em foco o estado de Minas Gerais

A partir do banco de dados produzido com base no questionário semiestruturado, a presente investigação utilizou como objeto de análise o recorte dos dados filtrando as respostas dos gestores do Estado de Minas Gerais. Assim, além da revisão de literatura e análise documental, utilizou-se o banco de dados do questionário desenvolvido pela equipe do Cecampe-Sudeste, fundamentado em um projeto de pesquisa central/guarda-chuva.

A equipe de monitoramento do Cecampe-Sudeste, com o objetivo de realizar balanços analíticos sobre o processo de implementação e execução do PDDE Básico, elaborou e aplicou um questionário semiestruturados para 3.000 gestores, por meio da ferramenta *Google Forms*. O questionário teve como respondentes diretores escolares, vice diretores, coordenadores, secretários escolares, dirigentes municipais, professores e técnicos do PDDE que atuam no desenvolvimento do PDDE Básico. Dentre as várias seções do questionário, para a presente pesquisa, optou-pelos dados referentes às seguintes questões: Quais os pontos fortes/benefícios do Programa PDDE? Quais as limitações/dificuldades do Programa PDDE? Considerando sua experiência/conhecimento, indique quais os aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE? O quanto os recursos dos programas do PDDE cumprem com o objetivo de oferecer assistência financeira para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola? Gostaria de deixar algum comentário, crítica, sugestão, etc.? (Cecampe-Sudeste, 2022b).

As análises desses dados são importantes indicadores para o monitoramento e acompanhamento do programa PDDE, dos sujeitos que lidam da Educação Básica.

1.6. Iramuteq

Em se tratando da pesquisa de cunho qualitativo, é indispensável ao pesquisador qualidade e rigor metodológico nas etapas de coleta, tratamento e análise de dados. Nesse sentido, os avanços tecnológicos fazem parte da realidade das pesquisas proporcionando novas abordagens para o tratamento e análise dos dados coletados com uma maior segurança.

Para essa pesquisa, a escolha foi pelo *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, popularmente conhecido pela sigla

IRaMuTeQ, criado em 2009 pelo francês Pierre Ratinaud. Inicialmente foi desenvolvido em língua francesa e é “[...] um programa informático gratuito, que se ancora no software R, isto é, utiliza um software de código aberto.” (Camargo; Justo, 2013, p. 513). O *software* possibilita realizar diferentes formas de análises estatísticas sobre *corpus* textuais por palavras.

O programa é uma ferramenta de apoio à investigação científica qualitativa, sendo um facilitador do processamento de dados de grandes volumes de textos, do tratamento estatístico de textos, de questionários abertos e de entrevistas, desde que sejam palavras. Em outros termos, o IRaMuTeQ trata os dados realizando uma análise lexicográfica comparando de forma textual os textos, ou fragmentos textuais, verificando as divergências, as similaridades e criando as categorias e subcategorias que são adicionadas. Ele divide em partes as informações que somente serão compreendidas pelo pesquisador.

Nesse sentido, a escolha pelo *software* justifica-se pela economia de tempo na etapa de tratamento de dados, se comparado com as análises mais tradicionais que utilizam somente papel e lápis de cores, na tentativa de quantificar unidades temáticas a partir de exaustivas leituras para conseguir analisar o material selecionado. Com isso, o processamento de dados atingido pelo *software* oferece ao pesquisador certo melhoramento das análises de um *corpus* considerável de texto” (Camargo; Justo, 2013).

Um outro benefício da utilização desse *software*, refere-se à qualificação da análise de dados, por disponibilizar análises visuais, gráficas, permitindo outros tipos de interpretações, para além de categorias e subcategorias. Oferece diferentes recursos para análise do *corpus* por meio de *nuvens de palavras* e de *gráficos por similitudes*. Mesmo diante dessas vantagens, ainda se faz necessário a imersão do pesquisador dentro da análise dos dados gerados, pois o IRaMuTeQ, somente trata os dados e não os analisa, ficando assim como responsabilidade do pesquisador a tarefa de interpretação dessas análises visuais e gráficas, no sentido de “[...] explorar o material de texto, interpretar os resultados apresentados pelo *software*, considerando inclusive aqueles dados que não foram diretamente expressos pelo processamento informático” (Camargo e Justo 2013, p. 517).

A utilização desse *software* possibilitou a análise do montante dos dados textuais de teses e dissertações que foram selecionadas na Plataforma Capes, de acordo com o interesse dessa pesquisa e também na análise dos dados coletados com o questionário já descrito anteriormente. Nesse momento, o software ajudou na economia de tempo nas

análises estatísticas sobre o corpus textuais que compõe cada um dos estudos explorados. Nessa dissertação, foram explorados os dados gerados em nuvens de palavras e gráficos.

Na próxima seção, serão apresentadas considerações sobre a gênese do PDDE, a partir dos anos 1990 buscando mapear os principais marcos legais que reformularam o referido Programa ao longo dos mais de vinte anos de existência.

2. A GÊNESE DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

A presente seção tem como objetivo analisar a gênese do PDDE, no contexto da política de financiamento da educação pública brasileira a partir dos anos 1990. Para isso, buscou-se compreender a política educacional, especialmente a partir da década de 1990, considerando o cenário social mais amplo que abrange as relações entre o Estado e a sociedade diante das mudanças de ordem conjuntural, implantadas pela doutrina reformadora neoliberal. Nesta conjuntura que contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais e diminui os investimentos na educação, faz-se necessário uma discussão sobre o neoliberalismo e seus desdobramentos nas políticas educacionais.

2.1 - Um breve panorama sobre a política educacional a partir dos anos 1990: redefinição do Estado na lógica do modelo neoliberal

O objetivo desta subseção consiste em apreender a agenda da política educacional brasileira a partir dos anos 1990, apreendendo a reforma educacional como parte de um contexto de redefinição do Estado na lógica do modelo neoliberal. Estudos (Oliveira, 2001; Peroni, 2003) mostram que as reformas educacionais a partir dos anos 1990 tiveram como foco educação escolar às exigências do modelo capitalista, onde a gestão e a organização do trabalho escolar passaram a ser conduzidas por critérios práticos da economia de mercado. Uma demanda de um cenário macro onde o “o Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer”. (Moraes, 2001, p. 18).

Neste cenário, o neoliberalismo apresenta-se como uma ideologia pertinente para que as peculiaridades e demandas do processo de reestruturação do capital fossem incorporadas em todas as esferas sociais. A lógica da ideologia neoliberal ancora-se na maximização da liberdade individual e na proteção do mercado contra o Estado. Nessa lógica, o papel do Estado na sociedade passa a ser redefinido a partir dos princípios neoliberais que defendem que o mercado precisa ser deixado livre para traçar suas próprias regras.

A ascensão da teoria neoliberal está ligada à crise de acumulação do capital que se abateu sob a economia avançada na década de 1970, com a “chegada da grande crise

do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação [...]” (Anderson, 1995, p. 10).

Diante dessa crise, o neoliberalismo foi ganhando força, apresentando como grandes culpados o planejamento central, o aumento dos gastos públicos do pós-guerra que culminou em endividamento e crise fiscal.

A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (Anderson, 1995, p. 10).

Neste momento de crise, o neoliberalismo é visto com uma solução capitalista para a retomada da economia dos países, a partir da estratégia de ampliar as fronteiras comerciais e, conseqüentemente, enfraquecer os impactos da crise. Com o intuito de impedir a volta às condições catastróficas que tanto ameaçam o poder capitalista na crise dos anos 1930 e, ademais, de impossibilitar o retorno das rivalidades geopolíticas interestados que levaram à guerra, fez-se necessário instaurar uma reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial, tendo como alternativa chegar a um ajuste satisfatório entre o Estado, o mercado e as instituições democráticas objetivando a harmonia entre todos.

Em poucas palavras, os neoliberais de uma maneira geral, defendem que o progresso econômico de uma sociedade está atrelado a não intervenção do Estado na economia, tendo como pilares a privatização, a mercantilização e a liberalização. O modelo neoliberal tem sua base no individualismo e na autorresponsabilização, utilizando como justificativa a defesa da liberdade. O governo, por seu turno, exerceria o papel de garantir essa liberdade, assim afirmando:

Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. Além desta função principal, o governo pode, algumas vezes, nos levar a fazer em conjunto o que seria mais difícil ou dispendioso fazer separadamente. Entretanto, qualquer ação do governo nesse sentido representa um perigo. Nós não devemos nem podemos evitar usar o governo nesse sentido. Mas é preciso que exista uma boa e clara quantidade de vantagens, antes que o façamos. E contando principalmente com a cooperação voluntária e a empresa privada, tanto nas atividades econômicas quanto em outras, que podemos constituir o setor privado em limite para o poder do governo e uma proteção efetiva à nossa liberdade de palavra, de religião e de pensamento (Friedman, 1962, p. 05).

Sobre a função a ser exercida pelo Estado de acordo com a doutrina neoliberal, Anderson (1995) destaca:

[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. Estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas [...] (p. 02-03).

Isso se justifica, porque para os neoliberais, o grande culpado de toda a crise seria o próprio Estado, que gastava mais com as políticas sociais do que conseguia arrecadar e ao tentar regular a economia, comprometeu o livre mercado. Dessa forma, a crise está no Estado e em seu aparelho (Peroni, 2015). Assim, defendem a privatização das empresas estatais, incentivam a competitividade, o fim das políticas sociais, dentre outras ações.

Nesse sentido, essa questão do “Estado Mínimo” é um tanto controversa, uma vez que deveria ser mínimo no que se refere à intervenção nas políticas sociais, mas deveria ser forte na função de atuar de maneira reguladora, no sentido de reformular novos arranjos institucionais, que apoiasse na intensidade do mercado. Segundo Moraes (2001), o novo Estado forte é cada vez mais livre das "velhas" formas do controle público. Quando se fala em reforma do Estado, é necessário destacar que se trata do não esfacelamento do Estado, mas de uma reestruturação, assegurando o seu papel forte e ativo, mas que é flexível às variações sofridas de acordo com a configuração do momento (Andrade 2017, p.219 apud Dardot E Laval 2009, p .457-458).

Na visão neoliberal o Estado é o responsável por essa nova crise do sistema capitalista, entretanto Frigotto (2003) alerta que o que está incidindo é uma crise estrutural do capital.

A crise não é, portanto, como explica a ideologia neoliberal, resultado da demasiada interferência do Estado, da garantia de produtividade e da estabilidade dos trabalhadores e das despesas sociais. Ao contrário, a crise é um elemento constituinte, estrutural, do movimento cíclico de acumulação capitalista, assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço. (Frigotto, 2003, p. 62).

Deste modo, o neoliberalismo pode ser conceituado de uma maneira mais simplista como um conjunto de ideais políticos e econômicos capitalistas que defende a não intervenção do Estado na economia. O seu papel seria o de somente garantir o direito à propriedade privada e à liberdade individual. Assim, “o neoliberalismo deve ser

compreendido como um projeto de classe que orienta, ao mesmo tempo e de forma articulada, um conjunto de reformas radicais no plano político, econômico, jurídico e cultural” (Gentili, 1995, p. 192). Também é caracterizado pelo alargamento da ação da lógica de mercado. Como solução para a crise do capitalismo mundial, a ideologia neoliberal exige que o Estado reduza ou até mesmo elimine os investimentos sociais, incentivando privatizações, políticas antissindicalistas, ou seja, que enxugue os gastos com a máquina pública. Em um contexto de globalização, essa doutrina reformadora considera o Estado como um péssimo administrador e como solução, teria que reduzir as suas funções tornando-o mínimo. Refletindo esse pensamento para a área educacional, o Estado neoliberal deve ser mínimo quando no financiamento da escola pública e máximo quando na definição das políticas do mercado.

Em 1973, o Chile, sob a ditadura de Pinochet, foi genealogicamente o primeiro continente a experienciar literalmente a sistemática neoliberal no mundo, ou seja, foi o pioneiro do ciclo neoliberal na história contemporânea, em conformidade com Harvey (2014). Apoiando-se também na doutrina neoliberal, outros países como a Argentina em 1976, com o general Videla e em 1980, “como exigência imposta aos países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes”. (Moraes, 2011, p. 17).

Para os teóricos dessa proposta, uma sociedade de economia livre ofereceria aos seus cidadãos aquilo que esses desejassem, atendendo as suas expectativas individuais e não às de um grupo em particular. Assim, o governo deveria ter suas responsabilidades diminuídas, em defesa da liberdade, como destaca Friedman (1977):

Liberdade política significa ausência de coerção sobre um homem por parte de seus semelhantes. A ameaça fundamental à liberdade consiste no poder de coagir, esteja ele nas mãos de um monarca, de um ditador, de uma oligarquia ou de uma maioria momentânea. A preservação da liberdade requer a maior eliminação possível de tal concentração de poder e a dispersão e distribuição de todo o poder que não puder ser eliminado - um sistema de controle e equilíbrio. Removendo a organização da atividade econômica do controle da autoridade política, mercado elimina essa fonte de poder coercitivo. Permite, assim, que a força econômica se constitua num controle do poder político, então num reforço (Friedman, 1977, p. 23).

Conforme acreditavam os defensores do neoliberalismo, “o maior uso do mercado viria a reduzir a tensão aplicada às decisões políticas” que necessitam de consenso das populações, assumindo assim que “[...] numa sociedade cujo funcionamento está subordinado ao planejamento central não se pode fazer com que esse controle dependa da possibilidade de acordo de maioria” (Hayek, 2010, p. 85).

Assim, o discurso defendido pelo modelo neoliberal inculca no imaginário social, a ideia de que as modificações no mundo do trabalho seriam imprescindíveis para manter as economias estáveis. No caso da América Latina, tal discurso ofereceu o respaldo para que os grupos econômicos dominantes dessem início a um processo de abertura dos mercados à concorrência internacional e a diminuição do Estado de bem-estar social, reduzindo as instituições de proteção social sob controle do Estado (Assunção e Souza, 2017).

Como consequência desse ideário no âmbito da educação brasileira, o que se observou foi a necessidade de reduzir ao extremo os investimentos, tendo como justificativa os elevados gastos públicos no país e pela baixa qualidade dos serviços oferecidos em comparação com a educação privada, alinhando-se ao projeto neoliberal, fortalecido a partir de década de 1990. Nesse mesmo ano, a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jontiem, na Tailândia, representou um marco no planejamento e execuções nas políticas educacionais no Brasil e no mundo. De acordo com Canan (2016):

É possível que nunca tenhamos vivido um período em que a educação, tenha sido tão destacada em discursos políticos, em falas de empresários, pela força da legislação que assegura a possibilidade de construção de projetos pedagógicos, de gestão democrática, de acesso às informações, enfim, nunca se falou tanto em educação como nos tempos que estamos vivendo (Canan, 2016, p. 22).

A atuação dos neoliberais não se limitava somente na economia no país, mais também se estende no setor educacional. Em consonância com Gentili (1995), a educação nas perspectivas neoliberais atua de maneira a favorecer um melhor desempenho do mercado e o seu crescimento impulsiona a expansão da economia.

Assim, as reformas no campo educacional acabaram por consolidar os princípios da ideologia neoliberal, tendo como foco principal afastar o Estado de atuar como regulador da economia, sob as regras das leis de mercado, ou seja, a sua atuação seria mínima. Dessa forma, essa lógica neoliberal trouxe como desdobramentos ataques ao ensino público, a redução dos investimentos estatais no campo educacional, o aligeiramento e o barateamento da formação dos novos sujeitos.

De acordo com Freitas (2015), para os neoliberais o ideal seria que a educação ingressasse para o setor de mercado e deveria ter um funcionamento como tal, deixando assim de fazer parte do campo social e político. Nesse sentido, cabe descrever três objetivos relacionados às ideias neoliberais sobre qual seria o papel da educação:

1. Atrair a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar (Marrach, 1996, p. 46-48).

Nessa perspectiva da ideologia neoliberal, a educação deixa de ser vista como parte do campo social e político para se submeter ao mercado e funcionar de acordo com os princípios de uma empresa. Ou seja, quem puder pagar pelo serviço, poderá usufruir, por não se tratar mais de um direito constitucional.

O modelo neoliberal integrou a educação brasileira nas décadas de 1980 e 1990, defendendo as suas ideias às necessidades do mercado, além de firmar o “compromisso com a criação de uma escola moderna, atualizada, comprometida com o mercado de trabalho, ou seja, orientada para sobreviver às novas demandas no mundo globalizado e competitivo” (Assunção e Souza, 2017, p. 54).

Esse novo modelo da economia globalizada consegue adentrar ao setor educacional pelo fato de que para os neoliberais, a educação deve preparar os indivíduos para o mercado de trabalho garantindo que eles tenham disciplina, saibam desenvolver trabalho em equipe, que sejam competitivos, criativos, que tenham uma capacidade rápida de resposta e que saibam trabalhar com alta demanda de produção. Sobre a ingerência dos princípios neoliberais na educação, Saviani (2008) assevera que passa a acontecer “[...] um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis” e o discurso neoliberal apregoa que “o acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo” (p. 430). Entretanto, o autor destaca que tal discurso não passa de uma falácia, uma vez que “na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo” (Saviani, 2008, p. 430). Diante desse ideário neoliberal, os indivíduos desde muito cedo estão sendo formados nas instituições escolares de acordo com as características exigidas para que possam participar do mundo do trabalho e assim alcançar o seu sucesso. Isso se justifica, porque a escola sofre fortes influências dos neoliberais que defendem a educação como útil para o mercado.

As transformações do neoliberalismo exigem que a acumulação do capital seja cada vez mais dependente de formação de mão de obra qualificada e da capacidade de inovação. Nesse viés, o neoliberalismo entende que o conhecimento deve funcionar em benefício da eficiência no mercado de trabalho e, assim tem-se a mercantilização da educação:

[...] a educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho (Gentili, 1998, p. 104).

Muitos aspectos foram importados para dentro das instituições de forma a avançar ideologicamente a hegemonia do capital. É por isso que, cada vez é mais comum vermos escolas que reforçam os valores capitalistas na nossa sociedade como a produtividade, a meritocracia, a competitividade entre os alunos, a individualidade, o consumismo exacerbado e a exclusão.

Nessa nova ordem, o Estado neoliberal preocupa-se em assegurar as estruturas legais para a garantia da propriedade privada e o funcionamento do mercado. Ainda mais, o Estado seria redefinido tendo a sua atuação na condução da economia, de acordo com a ideologia neoliberal, a partir da abertura dos mercados internos para o capital exterior, das privatizações e nos ajustes financeiros adequados para a garantia do crescimento do capitalismo (Boron, 2001). A ocorrência dos movimentos de terceirização e privatização é justificada como imprescindível para reduzir os custos com o aparelho estatal e assegurar uma maior eficácia na gestão dos serviços públicos.

No campo da educação, o alvo a ser abatido é a escola pública que é vista como um perigoso obstáculo aos grupos de interesses do capital que visam o controle da instituição escolar. Do ponto de vista de Gentili (2001), a escola pública é a que mais sofre consequências da aplicação de medidas neoliberais, tornando-se a principal afetada desse processo.

[...] a partir de uma série de estratégias privatizantes, mediante a aplicação de uma política de descentralização autoritária e, ao mesmo tempo, mediante uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias (Gentili, 2001, p. 24).

A visão neoliberal compreende que não há responsabilidade e obrigação do governo em relação à garantia e à oferta do nível de ensino básico a todos os cidadãos. Azevedo (1997, p. 15) destaca que:

Os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta dos serviços. As famílias teriam, assim, a chance de exercer o direito de livre escolha do tipo de educação desejada para os seus filhos (Azevedo, 1997, p. 15).

Ainda segundo Gentili (1996), os sistemas educacionais enfrentam, sob a perspectiva neoliberal, uma crise gerencial na educação. Esse diagnóstico neoliberal assegura que os governos não são capazes de garantir qualidade e quantidade e, menos ainda, de articulá-las, argumentando a ineficiência da qualidade do Estado como gestor, afirmando ainda que a crise da educação é consequência de uma expansão desordenada, gerando, assim, uma má qualidade do ensino. Gentili, ao realizar essa discussão, afirma:

Existe uma crise de qualidade porque os sistemas educacionais latino-americanos não se configuraram como verdadeiros mercados escolares regulados por uma lógica interinstitucional, flexível e meritocrática. A escola está em crise porque nela não se institucionalizaram os critérios competitivos que garantem uma distribuição diferencial do serviço, que se fundamente no mérito e no esforço individual dos “usuários” do sistema (Gentili, 1998, p. 18).

Desde a década de 1960, as organizações internacionais começaram a legitimar um discurso que relaciona a educação ao desenvolvimento socioeconômico dos países. Os interesses especificamente econômicos, mas com influência na área educacional, relacionando em seu discurso a educação emparelhada ao desenvolvimento socioeconômico dos países.

Os Organismos Internacionais passaram a interferir sistematicamente na educação dos países em desenvolvimento, tendo como justificativa a prioridade do ensino básico, por oportunizar um maior retorno e promover a igualdade entre os povos, pelo menos, politicamente. Ademais, as reformas dos seus sistemas educacionais foram orientadas sob a ótica neoliberal, justificando como sendo um meio mais apropriado para atender às exigências do capitalismo (Guerra, 2021).

Com a Reforma do Estado no contexto do governo de FHC, Arantes (2019) ressalta a interferência direta dos organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras, em especial a atuação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e do Banco Mundial (BM), tendo como principais recomendações o gerencialismo, a focalização dos recursos, da autonomia das escolas e da participação da sociedade civil, como estratégias de desconcentração do papel do Estado:

A estratégia da focalização das políticas educacionais promovidas pelos ajustes neoliberais se consolidou com a ascensão do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), principalmente no seu primeiro mandato (1995-1998). Como já mencionado, o Plano Diretor da Reforma do Estado, instituído pelo

Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), estabeleceu o gerencialismo na Administração Pública brasileira, objetivando uma gestão por resultados, flexibilização da burocracia, utilização de novas alternativas para prestação de serviços públicos, como a terceirização, a concessão, a privatização e a maior participação da sociedade civil (Arantes, 2019, p. 32).

Na proposta neoliberal implantada pelo Estado brasileiro, a focalização do financiamento da educação pressionava o Sistema Educacional e as unidades escolares a assumirem as seguintes imposições: “adequação aos novos tempos, introdução de novos métodos oriundos da empresa privada, renovação e inovação do trabalho docente, crítica às organizações de classe (sindicatos e associações)” (Arantes, 2019, p. 32). Essa lógica da focalização do financiamento da educação vem na esteira da perspectiva de otimização de recursos, no sentido de atribuir recursos ao sistema e às escolas, segundo os critérios e a lógica empresarial.

Diante do exposto, fica evidente que o Estado neoliberal não tem mais como prioridade as políticas públicas, diante da devastação dos serviços públicos observada pelo seu sucateamento, falta de recursos suficientes para atender com qualidade o montante populacional que buscam pelos serviços. Dessa forma, busca-se aniquilar a oferta dos serviços públicos para, em contrapartida, favorecer os privados. Nessa esteira, muitas políticas públicas para a educação ao longo das últimas décadas são produzidas conforme os princípios e pressupostos do neoliberalismo, dentre elas, as concernentes ao financiamento da educação.

Sob esse processo, Draibe (1993) enfatiza que as políticas viabilizadas pelo poder público têm a privatização, a descentralização e a focalização como as principais orientações das reformas para os países latino-americanos. A partir dessas orientações, estudos de Gonçalves *et al* (2004) mostram que as políticas públicas têm seu escopo reduzido, diminuindo “sua abrangência e sua natureza público gratuita. Este é o modelo que se pretende instaurado, oficialmente, desde 1995, o qual vem orientando as políticas educacionais nos últimos anos” (p. 131). Como desdobramentos de tais orientações, assiste-se o incentivo da

retórica da descentralização que pretende estimular a participação da sociedade na esfera pública tem como finalidade a aproximação entre financiamento e administração, tanto nas relações do poder público com o mercado quanto na transferência de responsabilidades para os municípios e para a escola, no caso da educação. Assim, pode-se justificar a restrição do financiamento público para a educação, alegando que os problemas educacionais não decorrem da falta de recursos, mas da falta de uma melhor administração dos mesmos (Gonçalves et al., 2004, p. 131).

Nesse cenário neoliberal, a partir de um discurso de “descentralização”, o Estado transfere responsabilidades, repassando à sociedade as responsabilidades e tarefas que eram suas, no que se refere às políticas sociais, às políticas educacionais e ao financiamento da educação. Assim, na verdade, esse processo de “descentralização” representa uma estratégia de “desconcentração” das funções do Estado, parte de um processo de desregulamentação a favor do livre mercado.

Arantes (2019) ressalta que, com a reforma do Estado no contexto do governo de FHC, como desdobramentos da ingerência dos organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras, em especial a atuação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e do Banco Mundial (BM), adotou como principais recomendações o gerencialismo, a focalização dos recursos, da autonomia das escolas e da participação da sociedade civil, como estratégias de desconcentração do papel do Estado:

A estratégia da focalização das políticas educacionais promovidas pelos ajustes neoliberais se consolidou com a ascensão do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), principalmente no seu primeiro mandato (1995-1998). Como já mencionado, o Plano Diretor da Reforma do Estado, instituído pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), estabeleceu o gerencialismo na Administração Pública brasileira, objetivando uma gestão por resultados, flexibilização da burocracia, utilização de novas alternativas para prestação de serviços públicos, como a terceirização, a concessão, a privatização e a maior participação da sociedade civil (Arantes, 2019, p. 32).

O modelo gerencial introduz na educação diretrizes advindas do universo empresarial e da gestão do setor privado para a gestão do sistema educativo e da escola, justificando que “os recursos existentes para a educação no Brasil são suficientes, cabendo apenas otimizar a sua utilização, por meio de uma maior focagem nos investimentos e uma maior participação da sociedade” (Arantes, 2019, p. 32).

Nesse sentido, em relação ao financiamento da educação brasileira assiste-se, a partir desse modelo gerencial e neoliberal implantado pelo Estado brasileiro, a implementação de políticas e programas forjados na conjunção de duas diretrizes que marcaram as políticas educacionais após as reformas educacionais dos anos 1990: descentralização e focalização. Tais vetores passam a atribuir recursos aos sistemas de ensino e às escolas, segundo a lógica empresarial.

Nesse contexto, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é lançado como uma política de financiamento focalizada, na esteira da proposta de Estado gerencialista. Como estratégia dessa reforma do Estado, o MEC anunciava em seus discursos oficiais

que as escolas “exerceriam” autonomia, por meio do repasse direto de verbas, com o Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o que será aprofundado na seção a seguir.

2.2. O PDDE como política pública de financiamento da educação: base legal

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), conforme Resolução FNDE nº 12, de 10 de maio de 1995, tem sua gênese no contexto da Reforma do Estado, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, denominado inicialmente por Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e, a partir de 1998, adotou-se a nomenclatura que se conhece atualmente. Na esteira dos princípios da reforma gerencial e das orientações da política do Banco Mundial, o Programa atendia apenas o Ensino Fundamental, em detrimento dos demais níveis de ensino. Segundo Arantes (2019), a origem do PDDE Básico precisa ser compreendida considerando seguinte contexto macro:

A hegemonia neoliberal marcou a concepção de financiamento presente no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Como primeiro programa de transferência de recursos financeiros da União para escolas públicas, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consolidou-se como mecanismo de promoção do financiamento descentralizado do sistema de ensino brasileiro, sob discurso de que proporcionaria melhores condições de investimento na qualidade educacional preconizada pela Constituição de 1988 (Arantes, 2019, p. 43).

O PDDE Básico foi idealizado e implementado como um programa federal pioneiro de financiamento direto da escola, destinado à descentralização de recursos, atendendo a uma das principais orientações do Banco Mundial em seu receituário para a implantação das reformas educacionais.

Valente (2011) assevera que, a criação do PDDE Básico veio acompanhado pelo discurso de contribuir com a autonomia da escola na gestão dos recursos financeiros, em defesa da qualidade da educação pública e do fortalecimento da gestão democrática, além de, por meio do repasse direto de recursos às escolas, contribuir para dificultar os desvios e gastos indevidos com os recursos.

Estudos de Adrião e Peroni (2007) apontam que o PDDE deve ser compreendido, no contexto da materialização na política educacional brasileira, como uma das ações de redefinições do papel do Estado, em especial das redefinições ocorridas nas propostas de financiamento e gestão escolar. Nessa mesma direção,

estudos de Peroni (2006; 2007) afirmam que o PDDE tem em sua origem no contexto da reforma educacional brasileira, na esteira das reestruturações no papel do Estado, mais especificamente nas redefinições ocorridas nas propostas de financiamento e de gestão escolar, nos anos 1990.

Importante destacar que esse contexto é parte do projeto de reforma do Estado que teve como argumento a crise do Estado, mas na verdade seria uma crise do capitalismo. Esse projeto de reforma teve como espinha dorsal a racionalização de recursos, diminuindo o papel do Estado no que concerne às políticas sociais. Assim, o governo apresentou como propostas a municipalização das políticas sociais e a proposta de descentralização, propostas que representaram, na prática, um repasse para a sociedade das políticas sociais. Ou seja, uma proposta de Estado mínimo para as políticas sociais e de Estado máximo para o capital. Logo, dentre as estratégias do governo, o Projeto de Reforma do Estado apresentado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) apresentou-se como o carro-chefe desse período.

A política educacional, nesse viés, materializou-se por meio de um movimento de centralização/descentralização, no qual é descentralizado o financiamento e centralizado o controle das decisões de política e gestão da educação. Analisando as políticas educacionais da década de 1990, fica evidente que o Estado acaba centralizando o controle por meio de mecanismos de avaliação e regulação e descentralizando o financiamento de educação, tendo como marcos o FUNDEF e o PDDE repassem de dinheiro direto para as escolas.

Sobre esse contexto político, Maffassioli (2017) afirma que:

A educação brasileira passou por reformas em sua estrutura e orientações, destacando-se as seguintes: redistribuição de recursos; descentralização da execução do gasto; reforço da progressividade e redistributividade dos recursos; reequilíbrio regional da alocação; descentralização; desconcentração de recursos e funções; incentivo à participação dos pais nas escolas; parcerias de governos com a sociedade civil; modernização dos conteúdos; diversificação das carreiras; criação de sistemas nacionais de capacitação docente; e criação de um sistema nacional integrado de avaliações educacionais (p. 152).

Assim, o PDDE foi criado enquanto iniciativa de repasse de recursos financeiros diretamente para as escolas públicas de ensino fundamental das redes estadual, municipal e do Distrito Federal. Primeiramente, foi nomeado Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – PMDE e, por meio da Medida Provisória de Nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, o Programa recebeu a denominação de Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

O PDDE foi criado tendo por objetivo principal o envio de recursos federais, provenientes do Salário Educação – cota federal, diretamente para as escolas públicas do ensino fundamental, como uma das medidas proclamadas para promover a melhoria da qualidade desta etapa da educação. O suposto é justamente de que: [...] a melhor política para o uso eficiente dos recursos em benefício dos alunos consiste em repassá-los diretamente às escolas, uma vez que os diretores, professores e a comunidade escolar em geral, por se acharem mais próximos da realidade local, reúnem melhores condições para definir as necessidades das unidades escolares a que estejam vinculados e, por conseguinte, a racional utilização dos recursos (MEC/FNDE, 1995).

Dentre os marcos legais que norteiam o PDDE, a Resolução FNDE nº 3, de 4 de março de 1997, que define os critérios e as formas de transferências de recursos financeiros às escolas públicas, estabelece a necessidade de criação de uma entidade representativa da comunidade escolar, denominada Unidade Executora (UEx), que passa a assumir a responsabilidade pela gestão dos recursos financeiros. Ou seja, toda instituição escolar precisa instituir sua Unidade Executora para que possa receber os recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Segundo a Resolução FNDE nº 3, para receber os recursos, as escolas que tivessem mais de 99 alunos precisariam instituir, obrigatoriamente, uma unidade executora, ou seja, uma “[...] entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativos da comunidade escolar (caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, etc.), responsável pelo recebimento e execução dos recursos financeiros recebidos pelo FNDE [...]” (Brasil, 1997). Caso não tivessem a UEx o dinheiro era repassado para secretaria estadual ou municipal de educação.

A Resolução estabelecia ainda que a Uex tinham como atribuições administrar os recursos repassados pelos órgãos federais, estaduais, municipais, bem como os recursos oriundos de doações da comunidade, de entidades privadas e de campanhas escolares, além de promover atividades pedagógicas da escola (Brasil, 1997a, p.11). Com esse recurso, a escola poderia adquirir material permanente, realizar manutenção e conservação de instalações físicas, promover a capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, contratar setores para elaboração de processos e indicadores de avaliação da aprendizagem, implementar seu projeto pedagógico e implementar atividades pedagógicas diversas (Brasil, 1997). A Resolução define ainda os recursos, conforme a região do país e a divisão dos valores em custeio e capital.

Sendo assim, as Unidades Executoras (UEx) elaboram a prestação de contas dos recursos a elas repassados e as enviam às prefeituras municipais ou secretarias estaduais e distrital de educação, dependendo da vinculação da escola ou do polo de apoio presencial da UAB. Sobre as UExs,

[...] é possível perceber que a generalização das UEx para as diferentes redes e sistemas de ensino, de certa maneira, padronizou um formato institucional que delega a responsabilidade sobre a gestão dos recursos públicos descentralizados para uma instituição de natureza privada. [...] as consequências dessa generalização para a gestão das escolas variaram de acordo com o grau de democratização vigente nas redes antes da obrigatoriedade das UEx. Esse grau corresponde [...] à presença combinada ou não de três fatores: existência de colegiados escolares deliberativos e compostos por todos os segmentos da escola, recursos financeiros descentralizados e relativa autonomia de gasto por parte das escolas (Adrião; Peroni, 2007, p. 28).

Outro marco no ano de 1998 que envolveu o PDDE, foi o Programa Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), resultado de um acordo de financiamento entre o Banco Mundial e o MEC, com foco na gestão escolar, tendo como discurso a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental das escolas públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Mafassioli, 2017). Esse programa desenvolveu ações e outros programas governamentais de educação, dentre eles o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Segundo Mafassioli (2017), o PDDE é inserido como uma dos produtos exigidos pelas condicionalidades e objetivo do Fundescola que era financiar investimentos em melhorias escolares de forma a garantir um padrão mínimo de qualidade do ensino para a diminuição das desigualdades socioeducacionais entre as regiões do País (FNDE, 2004).

A autora destaca ainda que, um dos principais movimentos da política PDDE, entre os anos de 1995 a 2002, período dos dois mandatos do Presidente FHC refere-se à expressiva adesão das escolas ao Programa, mesmo diante de um aumento de apenas 36% nos recursos destinados ao PDDE.

A Resolução nº 08, de 08 de março de 2000 dispõe sobre os critérios e forma de transferência dos recursos, sendo alterada pela Resolução/CD/FNDE nº 08, de 8 de março de 2000 que institui a reprogramação de saldos para o exercício seguinte.

Já no contexto do governo Lula, o FNDE passou por uma série de mudanças, de acordo com a nova gestão do MEC e com a prioridade conferida à educação nesse governo (Mafassioli, 2015). Um dos marcos é a Resolução nº 10, de 22 de março de 2004 que retira os gastos com formação de professores e determina que escolas com mais de 50 alunos devem criar a UEx e eleva os valores do Programa. Tal Resolução dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos

recursos destinados à execução do PDDE.

Na esteira dos marcos legais, a Resolução FNDE nº 17, de 9 de maio de 2005, trouxe como principais mudanças: a obrigatoriedade da criação da UEx a partir de 50 estudantes; ao aderir ao Programa, a escola pode definir o percentual de verba para as rubricas custeio ou permanente; as escolas de educação especial, privadas filantrópicas passam a ter uma tabela específica, com valores superiores as demais escolas (Mafassioli, 2015).

Na Resolução nº 6 de 28 de março de 2006 menciona-se, pela primeira vez, o planejamento estratégico a ser utilizado para o fortalecimento da autonomia da escola:

Considerando a relevância do planejamento estratégico para o fortalecimento da autonomia escolar e para a sistematização dos procedimentos, atividades e ações implementadas no ambiente escolar e para a consecução dos seus fins sociais (Brasil, 2006, s.p.).

De acordo com essa Resolução, o planejamento estratégico é visto como um mecanismo a ser usado pela comunidade escolar com a finalidade de contribuir com a elaboração e sistematização das ações a serem desenvolvidas pela escola, definindo os objetivos, as estratégias e os planos de ação de maneira participativa.

A Resolução/CD/FNDE nº 6, de 28 de março de 2006, dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao PDDE e define que os recursos financeiros concernentes à implementação do Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape) e ao Projeto de Melhoria da Escola (PME) serão repassados, exclusivamente, às escolas públicas de ensino fundamental regular dos municípios, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, integrantes da matriz 2 de atendimento definida pelo Fundescola.

No ano de 2007, no contexto do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o PDDE é incorporado ao PDE. Com a Resolução nº 9 de 24 de abril de 2007, o PDDE passou por reorientações, dentre elas a vinculação direta dos repasses de recursos com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): “As transferências de recursos do PDDE serão acrescidas de uma parcela extra de 50%, a título de incentivo, [...] às escolas públicas urbanas que cumprirem as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento IDEB” (BRASIL, 2007, s.p.). Tal Resolução dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao PDDE, e dá outras providências.

Valente (2011) destaca que, essa Resolução apresenta o financiamento

vinculado à avaliação, onde os recursos financeiros passam a vincular-se ao cumprimento de metas estipuladas pelo Inep e monitoradas pelo Ideb. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), anunciado como um indicador nacional de monitoramento da Educação.

Com a Medida Provisória Nº 455/2009 de 28 de janeiro e a posterior Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o Programa passa a incluir o atendimento do ensino médio e a educação infantil. Tal MP prevê a ampliação do PDDE para toda Educação Básica e dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, alterando a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. O artigo 22, da Lei 12.695, de 25 de julho de 2012, altera a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, traz que:

Art. 22. O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, às escolas mantidas por entidades de tais gêneros e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, observado o disposto no art. 25, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei. (Brasil, 2012).

Nesse marco legal, os incisos 1º e 2º tratam sobre:

§ 1º A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário e aos polos presenciais da UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica será definida anualmente e terá como base o número de alunos matriculados na educação básica e na UAB, de acordo, respectivamente, com dados do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação e com dados coletados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES, observado o disposto no art. 24 (Redação dada pela Lei nº 12.695, de 2012).

§ 2º A assistência financeira de que trata o § 1º será concedida sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres, mediante crédito do valor devido em conta bancária específica:

I - diretamente à unidade executora própria, representativa da comunidade escolar, ou àquela qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público;

II - ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município mantenedor do estabelecimento de ensino, que não possui unidade executora própria. (Brasil, 2009, p. 7).

Sobre essa inclusão do atendimento do ensino médio e a educação infantil pelo PDDE, tal abrangência soma-se à ampliação no ano de 2009 com a publicação da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que amplia a obrigatoriedade da educação escolarizada para a faixa etária dos 4 aos 17 anos.

Já no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), a Resolução nº 03,

01 de abril de 2012 determina parcela extra de 50% para as escolas que elevaram o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Mafassioli (2015) destaca que o PDDE teve novo desenho com a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, que traz diretrizes sobre o apoio técnico ou financeiro da União no contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR). A referida Lei orienta sobre o apoio técnico ou financeiro prestado em caráter suplementare voluntário pela União às redes públicas de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por meio do PAR. A partir dessa Lei, a política de transferência de recursos do PDDE ampliou-se e fortaleceu-se a partir do PAR elaborado pelos entes federados e pactuado com o Ministério da Educação.

Em 2013, com a Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, o PDDE passa por outras modificações, passando a ser definido como o programa por meio do qual o FNDE repassa os recursos. Acrescenta-se também que por meio da Resolução nº 10 de 18 de abril de 2013, o Programa abarcou os polos presenciais do sistema Universidade Aberta Brasil (UAB) que oferecem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica:

Art. 2º O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, como propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção demelhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

Art. 3º Os recursos financeiros do PDDE destinam-se a beneficiar: I - escolas públicas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano anterior ao do repasse; II - polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica; e III - escolas privadas de educação básica, na modalidade de educação especial, recenseadas pelo MEC no ano anterior ao do repasse, mantidas por entidades [...] (Brasil, 2013, s.p.).

Os recursos provenientes do PDDE, relacionados na Resolução nº 10 de 18 de abril de 2013, não podem ser gastos à revelia, mas sim respeitando a proposta de uso do recurso, que reza no artigo 4º dessa mesma resolução, a qual:

Art. 4º Os recursos do programa destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados: I.na aquisição de material permanente; II.na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar; III.na aquisição de material de consumo; IV.na avaliação de aprendizagem; V.na implementação de projeto pedagógico; e VI. no desenvolvimento de atividades educacionais (Brasil, 2013).

Ainda é apresentado no parágrafo 1º do mesmo artigo, quais ações não podem ser custeadas pelos recursos do PDDE, sendo,

§ 1º É vedada a aplicação dos recursos do PDDE em:

I – implementação de outras ações que estejam sendo objeto de financiamento por outros programas executados pelo FNDE, exceto aquelas executadas sob a égide das normas do PDDE;

II – gastos com pessoal;

III – pagamento, a qualquer título, a: a) agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados; e b) empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

IV – cobertura de despesas com tarifas bancárias; e

V – dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais e municipais quando não incidentes sobre os bens adquiridos ou produzidos ou sobre os serviços contratados para a consecução dos objetivos do programa (Brasil, 2013, s.n).

Além desses marcos legais, o PDDE passou por muitas outras reformulações, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 4 - Marcos legais do PDDE e suas ações

MEDIDA LEGAL	FOCO
RESOLUÇÃO Nº 12, DE 10 DE MAIO DE 1995	Cria o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE)
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 04 DE MARÇO DE 1997	Estabelece a obrigatoriedade da UEx, a definição de recursos conforme a região do país e a divisão dos valores em custeio e capital.
RESOLUÇÃO Nº 06, DE 13 DE MAIO DE 1998	Adota o Censo Escolar como mecanismo de transferência de recursos do PMDE.
MP 1.784 DE 1998	Altera o nome do PMDE para PDDE, e determina as Secretarias de Educação como as responsáveis pelas prestações de contas.
RESOLUÇÃO Nº 08, DE 08 DE MARÇO DE 2000	Cria a reprogramação de saldos.
RESOLUÇÃO Nº 10, DE 22 DE MARÇO DE 2004	Retira os gastos com formação de professores/as, determina que escolas com mais de 50 alunos/as devem criar a UEx e eleva os valores do Programa.
RESOLUÇÃO Nº 43, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2005	Determina um valor adicional por escola com até 20 alunos/as e distribui os recursos em 80% para custeio e 20% para capital.
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº17, DE 24 DE ABRIL DE 2007	Cria o PDDE Mais Educação.
DECRETO 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007	Lança o Plano de Metas e Compromissos <i>Todos Pela Educação</i> (Cria o Programa Escola Acessível).
RESOLUÇÃO Nº 19, DE 05 DE MAIO DE 2008	Regulamenta o PDDE e o Programa Escola Acessível.
EC Nº 59/2009	Amplia os recursos do PDDE para toda a educação básica.
PORTARIA DO MEC Nº 971, DE 09 DE OUTUBRO DE 2009	Cria o PDDE Ensino Médio Inovador.
RESOLUÇÃO Nº 61, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009	Cria o PDDE Escola do Campo. Autoriza a transferência de recursos financeiros para melhoria das condições de infraestrutura das escolas públicas das redes municipais localizadas no campo que possuam alunos matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental em classes multisseriadas, no âmbito do PDDE.
RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 62, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009	Construção de cobertura nas quadras esportivas. Autoriza a transferência de recursos financeiros destinados a reforma, ampliação e construção de cobertura nas quadras esportivas ou nos espaços destinados ao esporte e ao lazer nas escolas públicas participantes do Programa Mais Educação, no âmbito do PDDE
RESOLUÇÃO /CD/FNDE Nº 63, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009	PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR. Autoriza destinação de recursos às unidades escolares de ensino médio regular não profissionalizante das redes dos Estados e do Distrito Federal selecionadas para integrarem o Programa Ensino Médio Inovador, no âmbito do PDDE.

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010	Cria o PDDE Água na Escola.
RESOLUÇÃO Nº 03, 01 DE ABRIL DE 2012	Determina parcela extra de 50% para as escolas que elevaram o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
LEI Nº 12.695, DE 25 DE JUNHO DE 2012	Contempla os polos da UAB como beneficiários do Programa.
NOVO FOLDER DO FNDE (2013)	Determina a memória de cálculo do programa.
RESOLUÇÃO Nº 18, DE 21 DE MARÇO DE 2013	Cria o PDDE Escola Sustentável
RESOLUÇÃO Nº 10, DE 18 DE ABRIL DE 2013	Define os objetivos do programa e dispõe novos critérios de repasse e de execução, incluindo recadastramento automático e a possibilidade de as escolas definirem os percentuais de repasse de custeio ou de capital.
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 07 DE MAIO DE 2013	Cria o PDDE Atletas na Escola.
RESOLUÇÃO Nº 04, DE 31 DE MARÇO DE 2014	Cria o PDDE Mais Cultura.
RESOLUÇÃO Nº 05, DE 31 DE MARÇO DE 2014	Divide os recursos do PDDE em duas parcelas.
RESOLUÇÃO Nº 16, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015	Mantém a divisão dos recursos do PDDE em duas parcelas. Define, porém, um intervalo de transferência de quatro meses para elas serem concretizadas.
RESOLUÇÃO CD/FNDE/MEC Nº 2, DE 14 DE ABRIL DE 2016	Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que elas realizem atividades de educação em tempo integral.
RESOLUÇÃO CD/FNDE/MEC Nº 5, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016	Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que elas realizem atividades complementares de acompanhamento pedagógico.
RESOLUÇÃO CD/FNDE/MEC Nº 4, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016	Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, a fim de apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras, em conformidade com o Programa Ensino Médio Inovador.
RESOLUÇÃO CD/FNDE/MEC Nº 8, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016	Altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CD/FNDE/MEC Nº 10, DE 9 DE AGOSTO DE 2017	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a Entidade Executora prestar contas no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), exclusivamente com relação aos valores repassados no exercício de 2016, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017	A Resolução nº 16, de 7 de dezembro de 2017, do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), foi publicada no Diário Oficial, em 11 de dezembro de 2017.
RESOLUÇÃO NO 18, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017	Autoriza a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais e estaduais do estado do Rio de Janeiro, para apoiar a realização, especialmente nos finais de semana, de atividades complementares de acompanhamento pedagógico e/ou nos campos das artes, cultura, esporte e lazer, no âmbito do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios
RESOLUÇÃO Nº4, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018	Altera a Resolução CD/FNDE no 18, de 27 de dezembro de 2017, que autoriza a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais e estaduais do estado do Rio de Janeiro, para apoiar a realização, especialmente nos finais de semana, de atividades complementares de acompanhamento pedagógico e/ou nos campos das artes, cultura, esporte e lazer, no âmbito do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios, para alcançar demais regiões do estado do Rio de Janeiro além da região metropolitana.
RESOLUÇÃO Nº6, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018	Acrescenta e altera dispositivos da Resolução CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE)
RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº7, DE 22 DE MARÇO DE 2018	Autoriza a destinação de recursos financeiros para cobertura de despesas de custeio, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às unidades escolares públicas municipais, estaduais e distritais que possuam estudantes matriculados/as no 1º ano ou no 2º ano do ensino fundamental regular, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias (UEX), a fim de garantir apoio adicional ao processo de alfabetização, no que se refere à leitura, escrita e matemática, no âmbito do Programa Mais Alfabetização.(programa finalizado em 2019)
RESOLUÇÃO Nº 21, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018	Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Novo Ensino Médio e a realização da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 20 DE ABRIL DE 2021	Dispõe sobre os critérios para destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica do campo, indígenas e quilombolas, localizadas na zona rural, para garantir o abastecimento de água em condições apropriadas ao consumo e o esgotamento sanitário nas unidades escolares beneficiadas.
RESOLUÇÃO Nº 5, DE 20 DE ABRIL DE 2021	Dispõe sobre os critérios de destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica, localizadas na zona rural (campo, indígenas e

	quilombolas), a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física das unidades escolares beneficiadas.
RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE ABRIL DE 2021	Dispõe sobre a implementação das medidas necessárias à operacionalização das ações de fornecimento de recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, no âmbito do Programa Tempo de Aprender.
PORTARIA Nº 9, DE 2 DE JULHO DE 2020	Define critérios do Programa de Inovação Educação Conectada - PIEC, para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica em 2020.
LEI Nº 14.180, DE 1º DE JULHO DE 2021	É instituída a Política de Inovação Educação Conectada, em consonância com a estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.
RESOLUÇÃO Nº 10, DE 23 DE JULHO DE 2021	Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, de execução e de prestação de contas dos recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas estaduais, municipais e distritais, participantes dos Eixos Apoio Técnico e Financeiro e Valorização de Boas Práticas do Programa Brasil na Escola, instituído pela Portaria MEC nº 177, de 30 de março de 2021.
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 31 DE AGOSTO DE 2021	Dispõe sobre os critérios para destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas de educação básica municipais, estaduais e distritais, a fim de apoiar ações de fomento à participação da família na vida escolar e no projeto de vida dos/as estudantes, no âmbito do Programa Educação e Família.
RESOLUÇÃO Nº 12, DE 1º DE SETEMBRO DE 2021	Estabelece os recursos destinados ao financiamento do Programa serão repassados às UEx representativas das unidades escolares beneficiadas para cobertura de despesas de custeio, capital ou ambos, observando os itens previstos na ação de apoio financeiro.
RESOLUÇÃO Nº 14, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021	Dispõe sobre a repactuação dos recursos financeiros disponíveis nas contas bancárias vinculadas ao Programa Dinheiro Direto na Escola para o apoio ao retorno presencial das atividades de ensino e aprendizagem, em todos os níveis, etapas, anos/séries e modalidades da educação básica nacional, em decorrência da pandemia de Covid-19.
RESOLUÇÃO Nº 15, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021	Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
RESOLUÇÃO Nº 22, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021	Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Programa Itinerários Formativos.

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021	Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 20 de abril de 2021, que dispõe sobre a implementação das medidas necessárias à operacionalização das ações de fornecimento de recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, no âmbito do Programa Tempo de Aprender.
PORTARIA Nº 357, DE 17 DE MAIO DE 2022	Institui o Programa Primeira Infância na Escola.
RESOLUÇÃO Nº 10, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2022	Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE às escolas públicas de educação infantil, participantes do Programa Primeira Infância na Escola.
RESOLUÇÃO Nº 5, DE 18 DE ABRIL DE 2023	Altera o Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 06, de 27 de junho de 2022, e a Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021 com valores de repasse.
RESOLUÇÃO Nº 6, DE 04 DE MAIO DE 2023	Dispõe de autorização de utilização de recursos para o apoio às ações voltadas à proteção do ambiente escolar.
DECRETO Nº 11.556, DE 12 DE JUNHO DE 2023	Fica instituído o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
RESOLUÇÃO Nº 22, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023	Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, às escolas públicas de ensino fundamental anos iniciais, participantes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas normativas que as compõe 2023.

Mafassioli (2015), analisando o Programa, destaca que as (re)formulações ocorridas no PDDE evidenciam um movimento de regulação da política ao longo dos governos, trazendo desdobramentos para a gestão escolar e financeira da educação básica pública. A pesquisadora assevera que tais mudanças, a partir de 2007, no governo Lula, com a implantação do PDE, os recursos destinados ao PDDE em suas Ações Integradas tiveram um aumento significativo:

Foi a partir de 2007, com a implantação do PDE, que os valores passaram a aumentar, em valores constantes, ano a ano, na medida em que as modalidades foram sendo implantadas. No ano de 2009 houve acréscimo significativo de recursos, pois foi um ano em que muitas escolas passaram a receber recursos do Mais Educação e do PDE Escola, sendo estas as modalidades com maior volume de recursos financeiros. Conforme os dados apresentados no Relatório do FNDE de 2014, os investimentos do PDDE, no ano de 2013, incluindo as ações agregadas, foram de R\$ 2,7 bilhões. O montante beneficiou mais de 133 mil escolas em todo o País. Isto pode ser observado na evolução do orçamento do FNDE, que passou de R\$ 6,33 bilhões, em 2003, para R\$ 50,93 bilhões, em 2013 (Mafassioli, 2017, p. 228).

Tal aumento orçamentário do PDDE sinaliza a um investimento consideráveis que levou o FNDE a ocupar segunda posição de maior autarquia do país em termos orçamentários, assumindo a responsabilidade com 55% do total dos recursos movimentados pelo MEC (Mafassioli, 2017).

Após essa contextualização histórica, vale destacar que o PDDE Básico é uma das políticas que adentrou diferentes governos, tendo sua gênese no contexto do governo FHC, no contexto de um Estado neoliberal, e adentrando nos governos Lula da Silva e de Dilma Rousseff, passando por mudanças por meio de diretrizes da política educacional de cada governo, trazendo diversificadas ações e focos, por meio das ações. Segundo o manual PDDE Básico, existem, as ações do Programa que são estruturadas em: PDDE Estrutura e PDDE Qualidade.

Quadro 5 - Ações Integradas: PDDE Estrutura e PDDE Qualidade

PDDE ESTRUTURA	PDDE QUALIDADE
Programa Sala de Recursos Multifuncionais Programa Escola Acessível Programa Água e Esgotamento Sanitário nas Escolas Rurais Programa PDDE Escolas Rurais: Campo, Indígenas e Quilombolas	Programa de Inovação Educação Conectada Programa Novo Ensino Médio Programa Tempo de Aprender Programa Brasil na Escola Programa Educação e Família Programa Itinerários Formativos Programa Primeira Infância na Escola Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – Cantinho da Leitura.

Fonte: Site FNDE, 2023.

Assim, além da conta do PDDE Básico para a transferência da verba, ainda pode existir mais duas contas, a do PDDE Estrutura e a do PDDE Qualidade, a adesão não é voluntária, contrário a do PDDE Básico. Sendo assim, as Ações Integradas do PDDE têm como foco as demandas de financiamento das escolas, com vistas a melhorar o atendimento à educação. Como a intenção é discutir de maneira mais aprofundada sobre o PDDE Básico e seus desdobramentos, será limitado somente a esses parágrafos a respeito das Ações Integradas.

Silva e Souza (2022) destacam que não se pode negar que muitas escolas públicas brasileiras atendem segmentos empobrecidos da população e que políticas públicas como o PDDE Básico redundam em dotação de recursos para o atendimento destes sujeitos, sendo imprescindível para a garantia do direito à educação. Além disso, o Programa traz à tona a problemática das políticas de financiamento brasileiras que encontram desafios, considerando as desigualdades socioeducacionais presentes nas diferentes regiões do país.

Como uma política continuada desde 1995, de financiamento direto por parte da União e um dos maiores programas do MEC, não se pode desconsiderar os limites para que a escola alcance a autonomia com a melhoria da qualidade do ensino público e como ação efetiva na garantia do direito à educação, sem perder de vista os desafios enfrentados pelas diferentes realidades dos sistemas de ensino e unidades escolares. De acordo com a legislação, os recursos do programa devem ser destinados às despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos, tais como: (I) aquisição de material permanente, (II) manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, (III) aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola, (IV) avaliação de aprendizagem, (V) implementação de projeto pedagógico e (VI) desenvolvimento de atividades educacionais (Brasil, 2011b, p. 11).

A característica vital do PDDE Básico refere-se ao seu caráter descentralizador, pois a verba oriunda do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é repassada diretamente para as escolas, que passam a ser responsáveis pela gestão dos recursos. Entre as unidades escolares, ele é mais conhecido como PDDE Básico. Atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC. nº15, de 16 de setembro de 2021. Essa resolução entrou em vigor a partir de 1º de outubro de 2021, com o objetivo de implementar algumas inovações para o Programa Dinheiro Direto na Escola tendo como alicerce as 940 contribuições recebidas na Consulta Pública n. 001/2021. Essa normativa

dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

A legislação que rege o programa PDDE Básico estabelece como condição para o recebimento dos recursos diretamente pelas escolas, a existência de Unidades Executoras (UEX), compreendidas como entidades de direito privado, sem fins lucrativos e formadas por representantes da comunidade escolar. Sobre as UEX, o Manual *De Orientação Para Constituição De Unidades Executoras* define que: “A Unidade Executora tem como função administrar recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, municipais, advindos da comunidade, de entidades privadas e provenientes da promoção de campanhas escolares, bem como fomentar atividades pedagógicas da escola” (Brasil, 1997, p. 11).

Para o recebimento da verba, a escola recebe, o dinheiro direto na conta bancária criada no Banco do Brasil do órgão/instituição responsável pela unidade escolar, sendo elas: Entidade Executora (EEX), Unidade Executora Própria (UEX) e Entidade Mantenedora (EM). Segundo a Resolução/FNDE/MEC nº 17, de 19 de abril de 2011, entende-se por Entidade Executora, Unidade Executora Própria e Entidade Mantenedora, “[...] órgão ou instituição responsável pela formalização dos procedimentos de adesão e habilitação e pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos transferidos” (Brasil, 2011b, p. 3).

O artigo 5º dessa mesma Resolução esclarece quais são essas instituições e o seu papel no recebimento dos recursos:

I – Entidade Executora (EEX) – prefeituras municipais e secretarias distritais e estaduais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento, execução e prestação de contas dos recursos do programa, destinados às escolas de suas redes de ensino que não possuem UEX, bem como pelo recebimento, análise e emissão de parecer das prestações de contas das UEX, representativas de suas escolas ou dos polos presenciais da UAB a ela vinculados;

II – Unidade Executora Própria (UEX) – entidade privada sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas e dos polos presenciais da UAB, integrada por membros da comunidade escolar, comumente denominada de caixa escolar, conselho escolar, colegiado escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras entidades, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados às referidas escolas e polos, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos; e

III – Entidade Mantenedora (EM) – entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social, ou de atendimento direto e gratuito ao público, representativa das escolas privadas de educação especial, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento

dos repasses do programa, destinados às referidas escolas, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos (Brasil, 2011b, p. 3).

Para firmar a adesão no âmbito das unidades escolares é exigido a constituição de Unidades Executoras, tornando a escola apta a receber os recursos. De acordo com o Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora Própria:

Para se constituir a Unidade Executora Própria é necessário integração entre a escola e a comunidade, desse modo o(a) diretor(a) da escola, ou qualquer membro da comunidade que tomar a iniciativa, deve conscientizar pais, alunos, professores e servidores da escola quanto à finalidade da constituição da entidade e aos benefícios que ela poderá proporcionar. A divulgação pelos meios de comunicação (rádio, jornal local, alto-falante etc.) é primordial nesta fase. Poderão ainda ser realizados encontros, palestras e reuniões com pequenos grupos, relacionados à importância e à necessidade da fundação de uma Unidade Executora (FNDE, 2014, p. 3).

Para isso, é necessário a participação da comunidade, uma vez que, para a constituição da UEx torna-se necessária a convocação de uma assembleia geral de professores, pais, alunos, funcionários e demais membros da comunidade com o intuito de discutir e aprovar o estatuto da Unidade Executora, eleger e dar posse à diretoria, ao conselho deliberativo e ao conselho fiscal e lavrar a ata da assembleia geral de constituição da Unidade Executora, com assinaturas dos participantes da reunião (FNDE, 2013). Desta forma, a UEx conta com a participação de membros da comunidade escolar e sua configuração assume variações como, caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, dentre outras. Feita a constituição das Unidades Executoras, as escolas estão aptas a receber recursos, a partir dos dados extraídos do censo escolar do ano anterior.

Dessa forma, o FNDE conta com essa parceria dessas instituições para a operacionalização e o acompanhamento do Programa. Assim, o Programa atende as instituições beneficiárias com um valor suplementar calculado considerando a soma de duas parcelas: valor fixo⁷ + valor variável². É válido salientar que as instituições de ensino que não possuem UEx, somente são devidos o cálculo do valor variável.

A respeito dos repasses do recurso, a Resolução nº 16, de 09 de dezembro de 2015, no artigo 2º, descreve que mantém a divisão dos recursos do Programa em duas parcelas, porém define um intervalo de transferência de quatro meses para elas serem

⁷ Valor Fixo definido pelo governo federal e de acordo com as entidades, sendo que para Escola pública urbana com UEx, são validados R\$ 1.000,00; Escola pública rural com UEx R\$ 2.000,00; Escola privada de educação especial R\$ 1.000,00 e Polos presenciais da UAB R\$ 3.000,00. Fonte: FNDE (2022).

² Valor Variável dado por meio do cálculo que multiplica o número de alunos das instituições pelos valores per capita de cada aluno nas respectivas modalidades, sendo que os valores per capita proposto são: para Escolas urbanas ou rurais com UEx o valor é R\$ 20,00, Escolas urbanas sem UEx R\$ 40,00, Escolas Rurais sem UEx R\$ 60,00, Público alvo da educação especial em escola pública R\$ 80,00, Escolas privadas de educação básica especial R\$ 60,00, Polos presenciais da UAB R\$ 20,00. Fonte: FNDE (2022).

concretizadas. De acordo com informações no site do FNDE, o montante de recurso repassado anualmente às escolas públicas com UEx e às escolas privadas de educação especial, é definido por meio de um cálculo a partir da soma do valor fixo, definido por estabelecimento de ensino, com o valor variável, definido por meio do número de estudantes matriculados na educação básica e declarados no Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. Nesse cálculo, tem-se como parâmetros os seguintes valores referenciais de cálculo para repasses do PDDE Básico:

Quadro 6 - Valores referenciais de cálculo para repasses do PDDE Básico

Valor Total = Valor Fixo + Valor Variável		
Especificação	Valor Fixo (R\$)	Valor per capita (R\$)
Escola pública urbana com UEx	1.850,00	20,00
Escola pública rural com UEx	3700,00	20,00
Escola privada de educação especial	1.850,00	60,00
Escola pública urbana sem UEx	-	40,0
Escola pública rural sem UEx	-	60,0
Público alvo da educação especial em escola pública	-	100,0
Alunos de escola pública com Atendimento Educacional	-	20,0

Fonte: FNDE (2022).

Para efeito de cálculo do montante devido, considera-se o número de estudantes matriculados na Educação Básica do estabelecimento de ensino, conforme informado no censo escolar do ano anterior ao do repasse às escolas públicas e escolas privadas de educação especial.

Figura 1- Forma de cálculo do montante devido

COMO CALCULAR?		
EXEMPLO 1 – FORMA DE CÁLCULO.		
Dados da Escola	Quantidade de alunos declarados no Censo Escolar X Valor per capita (R\$) = Valor variável total (R\$).	Valor variável total (R\$) + Valor fixo para escola pública urbana com UEx (R\$) = Valor total de repasse anual (R\$).
Determinada escola pública urbana com UEx possui 500 alunos matriculados e declarados no Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.	500 alunos X (R\$) 20,00 reais = (R\$) 10.000,00 reais, correspondente ao valor variável total.	10.000,00 + 1.850,00 = (R\$) 11.850,00 reais, correspondente ao valor total de repasse anual.
Valor per capita para escola pública urbana com UEx - R\$ 20,00 reais.		
Valor fixo para escola pública urbana com UEx - R\$ 1.850,00 reais.		

Fonte: FNDE (2022).

Além disso, as Unidades Executoras (UEX), representativas de escolas públicas e as Entidades Mantenedoras (EM) das escolas privadas de educação especial, precisam informar ao FNDE (até a data de dia 31 de dezembro de cada exercício), via Sistema PDDEWeb, os percentuais de recursos que pretendem receber nas rubricas de custeio e capital. Os recursos do PDDE são depositados em uma conta bancária do Banco do Brasil, sendo uma conta corrente especial aberta pelo FNDE, em nome da entidade Unidade Executora (UEX) da escola que representa legalmente a instituição escolar. Dentre as atribuições da UEX constam: gerir os recursos oriundos dos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais; administrar os recursos provenientes de doações e recursos arrecadados em campanhas escolares e outras fontes; prestar contas dos recursos repassados, arrecadados e doados, dentre outras.

Considerando as etapas de implementação, o PDDE Básico envolve uma sucessão de trâmites para o processo adesão, execução e prestação de contas, o que remete a necessidade de orientação dos gestores em contexto local e regional, com vistas a mitigar fragilidades e fortalecer possibilidades na gestão de recursos descentralizados.

Enquanto uma política continuada de financiamento direto da União desde 1995, é importante ressaltar que o PDDE Básico apresenta limites para que a escola alcance a autonomia com a melhoria da qualidade do ensino público. Como destacam Silva e Souza (2022), “não se pode perder de vista que o PDDE necessita estar articulado com outras ações, a fim de superar os desafios enfrentados pelas diferentes realidades dos sistemas de ensino e unidades escolares” (p. 47-48). Assim, mesmo sendo uma política nacional, é importante considerar as peculiaridades locais e os distintos desempenhos na gestão de recursos, evidenciando as diferenças no indicador *Execução de Recursos* que alcança a faixa de classificação *Baixo* (4 a 6).

Silva e Souza (2022) sobre esse aspecto destacam que:

Uma análise do Programa evidencia que a política de financiamento encontra desafios significativos para superar as desigualdades socioeducacionais presentes nas diferentes regiões do país. [...] faz-se necessário problematizar as dificuldades enfrentadas na administração da UEX na gestão dos recursos financeiros (p. 48).

Assim, é importante destacar que o Programa federal alcança escolas de diferentes realidades de todo o país, que podem contar com recursos anuais para o desenvolvimento de seus projetos pedagógicos e outras demandas necessárias para cada escola, na perspectiva de atender algumas necessidades da escola pública. Mas vale destacar

também que os valores transferidos pelo Programa não são suficientes para atender às reais necessidades da escola pública brasileira, mas são relevantes para, ao menos, manter o funcionamento delas em condições mínimas. Assim, o PDDE Básico é um importante instrumento de transferência de recursos, mas é preciso ressaltar que modificações precisam ser realizadas, principalmente no tocante ao valor da quantia disponibilizada e no apoio técnico às escolas na gestão desses recursos, no sentido de diminuir as dificuldades e os entraves enfrentados no uso dos recursos do PDDE.

Além dessa dimensão operacional, é preciso assegurar também a participação da comunidade escolar na implantação do Programa e na gestão dos recursos, a partir de uma gestão escolar pautada na legitimidade da dialogicidade, na horizontalidade e na transparência das decisões, referendando os princípios da gestão democrática (Silva, Souza, 2022).

Considerando a magnitude do Programa Dinheiro Direto na Escola, como uma política de notória longevidade, atravessando diferentes governos, pode-se reconhecê-la como política de Estado e não de governo. Diante dessa característica, o PDDE Básico e as Ações Integradas têm sido objeto de muitas investigações e produções acadêmicas. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico de teses e dissertações, que será apresentado na seção a seguir.

3. LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES: O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE O PDDE

A presente seção tem como objetivo apresentar um levantamento de teses de doutorado e dissertações de mestrado nos últimos 10 anos, considerando o período de 2013 a 2022, tendo como foco as obras que retratam sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Para desenvolvimento desta pesquisa, realizamos o levantamento de dissertações e teses por meio de consulta à base da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Catálogo de Teses e Dissertações, para constituir o estado de conhecimento do tema.

Muitos dos estudos se concentraram na área da Educação, sendo esses voltados para a discussão da gestão escolar, a descentralização e a utilização dos recursos disponibilizados pelo programa PDDE. Realizou-se uma análise quantitativa e qualitativa dos resumos e palavras-chaves das dissertações e teses selecionadas a partir da coleta de plataformas de consulta on-line como o Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Plataforma Sucupira). Foram utilizados os descritores “PDDE” e “gestão escolar” para facilitar a pesquisa nas plataformas citadas. O levantamento demonstrou o investimento dos pesquisadores na política de financiamento da educação no Brasil voltadas para o PDDE, nos últimos dez anos. Também indicou um aumento de produções acadêmicas sobre o uso dessa verba federal e seus desdobramentos nos seus vinte e oito anos de existência no cenário das políticas públicas educacionais.

3.1. Mapeamento das produções de teses e dissertações

Para esse estudo, priorizou as produções nos últimos 10 anos, sendo de 2013 a 2022, por interessar as informações mais recentes acerca dos impactos do uso do Programa PDDE, mais especificamente sobre o processo de adesão, execução e prestação de contas. A tabela a seguir apresenta o resultado do material encontrado nos últimos três meses de pesquisa.

Tabela 1 – Pesquisa de Teses e Dissertações produzidas entre 2013 e 2022 pela plataforma Capes.

Tipo de material	Ano	Instituição	Título
Dissertação	2022	UFSB	ARAÚJO, Elienai Santana da Cruz de. A atuação das Unidades Executoras Próprias no Programa Dinheiro Direto na Escola: reflexões sobre o controle social na rede municipal de Itamaraju.
Dissertação	2022	UFPA	CALDAS, Anderson Neylon de Freitas. A participação dos conselhos escolares das escolas estaduais de ensino médio da 2ª URE/Cametá na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.
Dissertação	2022	USCS	FERNANDES, Lethícia Dutra Leal Ferreira. O Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto da capacitação de gestores de recursos da educação básica municipal.
Dissertação	2022		LINS, Rejane Marques da Silva. A descentralização de recursos financeiros na gestão da escola pública: desafios e possibilidades.
Dissertação	2022	UFC	NOGUEIRA, Renan Moreira. Os sentidos da participação social no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): trajetórias no contexto da racionalidade neoliberal.
Dissertação	2021	UnB	PASSOS SANTOS, Juliana. Transformação e controle social na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola em Alagoas e no Distrito Federal.
Dissertação	2021	UFPA	PORTILHO GOMES, Natiane. O Programa Dinheiro Direto na Escola no município de Cametá (PA): transferências de recursos e prestação de contas dos conselhos escolares no período de 2009 a 2019.
Dissertação	2020	UFOP	BARROS, Natália Martins. A implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola: uma análise a partir da percepção dos agentes locais sob a perspectiva da gestão escolar.
Dissertação	2020	UFAC	GALVÃO, José Ivo Peres. A implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola e suas articulações com a gestão escolar.
Dissertação	2020	UFJF	LIMA, Lélia Cristina Silva. A gestão financeira do PDDE nas Escolas Estaduais de Belo Horizonte/MG da SER-A: um desafio para os diretores escolares.
Dissertação	2020	UERN	LIMA, Vanúzia Saldanha de Medeiros Programa Dinheiro Direto na Escola: contribuições para a construção da gestão democrática e participativa no contexto de escolas da rede municipal de ensino de Mossoró - RN.
Tese	2020	UFPR	VIANA, Mariana Peleje. O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional.
Tese	2019	UFPA	REIS, Antônio Cláudio Andrade. O FNDE e os recursos públicos da educação básica, suas formas de controle e intervenção. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no Estado do Pará.
Dissertação	2018	UFPA	BATISTA, Pablo Aguiar Costa. Descentralização financeira para as escolas da Educação Básica Pública: uma análise do PDDE na escola estadual cidade modelo no período de 2012 a 2015.
Dissertação	2018	UFU	SOUZA, Vanuza Aparecida de. O PDE-Escola na versão PDDE Interativo: aproximações e/ou distanciamentos da gestão democrática da escola.
Tese	2018	UEM	SPECK, Raquel Ângela. Regulação das políticas públicas educativas, Banco Mundial e PDDE interativo: a intensificação do controle sobre os resultados no contexto da gestão escolar.
Tese	2017	UFRGS	MAFASSIOLI, Andreia da Silva. Programa Dinheiro na Escola (re) formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica (1995 – 2015)

Dissertação	2017	UFVJM	SOUZA, Danielly Pinheiro Gusmão. Efeitos dos investimentos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE”: na E.E. Comendador Murta, em Itinga- MG, na percepção da sua unidade executora.
Dissertação	2016	UEL	MARINHEIRO, Edwylson de Lima. O Programa Dinheiro Direto na Escola e a democratização da gestão escolar no município de Londrina – PR.
Dissertação	2016	UERJ	ZANIRATTO JÚNIOR. Adilson Carlos. Avaliação dos processos de gestão entre o planejamento e a execução dos recursos do PDDE destinados às Escolas Municipais de Juiz de Fora, MG.
Dissertação	2015	UFAL	SILVA, Givanildo da. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar. Dissertação em Educação.
Dissertação	2015	UFPR	FERREIRA, Sergio Ricardo. Financiamento da educação como indutor de política curricular: análise a partir da implantação do Programa Ensino Médio Inovador no Paraná. Dissertação em Educação.
Dissertação	2015	USP	VIANA, Mariana Peleje. Recursos financeiros descentralizados para a escola pública: uma política necessária.
Dissertação	2013	USP	SILVA, Adriana Zanini da. A descentralização de recursos financeiros e a organização do trabalho pedagógico: o caso de Santo André.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Capes (2023).

O montante dos trabalhos encontrados no período de investigação é de 24 pesquisas, sendo 20 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado.

3.2. Contribuições dos autores diante das suas produções

A dissertação de Elienai Santana da Cruz de Araújo, intitulada “A atuação das unidades executoras próprias no Programa Dinheiro Direto na Escola: reflexões sobre o controle social na rede Municipal de Itamaraju”, tem como foco de pesquisa a análise da atuação das Unidades Executoras, mais conhecidas com UEx. Na oportunidade, analisou documentos nacionais como Resoluções e Manuais de Orientações do MEC/FNDE, Atas das eleições bienais e Atas de Assembleia geral das UEx, pesquisa de campo com colaboradores membros das UEx e também a pesquisa bibliográfica. Os resultados da pesquisa ressaltam que de acordo com o processo de prestação de contas de utilização dos recursos segue uma legislação que não permite flexibilidade o que resulta na limitação dos atores da política na tomada de decisões.

Luana Mayara de Souza Brandão, no trabalho “Financiamento e gestão de escolas públicas: uma análise da aplicação dos recursos em duas escolas da rede do ensino fundamental de Juazeiro”, buscou analisar o financiamento e a gestão financeira das

escolas públicas do estado levando em consideração a aplicação e o seu controle. Com a investigação verificou-se que as escolas escolhidas aplicavam grande parte do recurso na compra de materiais pedagógicos devido a demanda.

A dissertação de Anderson Caldas, intitulada “A participação dos conselhos escolares das escolas Estaduais de ensino médio da 2ª URE/Cametá na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE”, analisa a participação dos Conselhos Escolares da região caracterizados como Unidades Executoras (UEX), no acompanhamento dos recursos, no que se refere ao contexto da gestão escolar. Para isso, além da revisão literária sobre o tema, foram observados documentos referentes aos fundos do PDDE, por meio do FNDE como Leis, Decretos, Portarias, Medidas Provisórias, Resoluções –, Estatutos Sociais, Relatórios do PDDEInfo, prestações de contas dos conselhos escolares das escolas estaduais de ensino médio da 2ª URE/Cametá, dentre outros realizadas consultas no Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC, conforme descrição do autor.

Um dos grandes problemas observados na prestação de contas das escolas foi a ausência de documentos comprobatórios, o que contribuiu para a inadimplência de quem se encontra nessa situação, mas, atualmente, as notas fiscais são emitidas através de processos eletrônicos informatizados, via internet, através do sistema da Receita Federal do Brasil – RFB. Em suma, o presente trabalho contribui para esclarecer os passos para a execução da prestação de contas e evitar que os gestores possam esbarrar nas burocracias ainda existentes acerca do recebimento, utilização e prestação de contas do dinheiro oriundo do FNDE.

Na tese “O movimento dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola no município de Cruzeiro do Sul-Acre em face do movimento dos recursos desse Programa em âmbito nacional (2009 a 2019)”, a autora Gírlane Orrico Costa buscou examinar os resultados do programa de caráter suplementar e de redistribuição de verba nas escolas localizadas no município de Cruzeiro do Sul-Acre. As descobertas com a pesquisa evidenciaram que entre 2009 e 2013, ocorreu um aumento considerável em relação ao total de recursos transferidos pelo PDDE. Em contrapartida, no ano de 2014 esses recursos sofreram redução e de 2017 a 2019, o declínio repassado para as escolas foi ainda maior. Sendo essas oscilações frutos dos governos de cada período.

O estudo de Clara Weinna Moura Dantas, apresentado para a conclusão do mestrado, intitulado de “Programa Dinheiro Direto na Escola” faz uma análise acerca das implacáveis em uma unidade escolar do ensino público no município de Imperatriz-MA,

buscando problematizar a gestão democrática sob a ótica do PDDE. O estudo possibilitou apurar que mesmo sendo uma política pública que presta auxílio financeiro, ainda não se pode confirmar que o modelo de gestão praticado seja o democrático, tendo em vista os inúmeros obstáculos na execução do mesmo, devido ao pouco interesse da comunidade escolar em participar efetivamente das questões que envolvem o programa federal.

A relação dos diretores escolares municipais com o Programa Dinheiro Direto na Escola, foi investigada por Lethícia Dutra Leal Ferreira Fernandes, na dissertação “O Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto da capacitação de gestores de recursos da educação básicas municipal. O foco da pesquisa foi na administração escolar dos fundos do PDDE pelos diretores de escolas municipais, por serem os gestores responsáveis pelo uso e manejo dos possíveis recursos, e por isso, necessitam aprender a lidar com as suas peculiaridades, como por exemplo, a consulta de preços e a prestação de contas. Um dos objetivos da pesquisa foi contribuir para que a aplicação e prestação de contas das verbas do PDDE, por parte dos gestores das escolas públicas municipais, sejam mais eficientes considerando as estratégias da Secretaria Municipal de Educação de Três Corações, em Minas Gerais.

A autora destaca ainda como se dá o processo para a escolha dos diretores das escolas públicas municipais, por esses muitas vezes não serem alocados para a função tendo como requisito uma formação complementar na área da gestão, o que justifica as dificuldades encontradas ao longo da sua prática na aplicação da verba do PDDE. Para tanto, a pesquisadora propõe que a gestão pode ser aprimorada através de estratégias que proponham ferramentas e diretrizes na aplicação das verbas do programa.

Além disso, dedica uma subseção para esclarecer sobre os passos para o processo de prestação de contas mediante as entrevistas realizadas com gestores municipais que lidam diretamente com o recurso. Destaca a do controle das ações da gestão, seguida pelos levantamentos de demandas das escolas e pela ciência do governo federal da realidade da escola. Os resultados da pesquisa descreveram que os diretores, mesmo quando tem conhecimento e capacitação para executar o programa, se sentem inseguros diante dos desafios da gestão da verba recebida, principalmente no que se refere à responsabilização pelos gastos, o que engloba desde a demanda e a escolha da forma de como utilizar a verba até a prestação de contas. A prestação de contas é uma das ações de articulação que fomentam a autonomia da escola e que tem como objetivo expor as ações envolvendo a responsabilidade confiada ao gestor.

Uma outra contribuição veio do trabalho de Rejane Marques da Silva Lins, com os estudos “A descentralização de recursos financeiros na gestão da escola pública: desafios e possibilidades”, onde ela relata sobre os achados do seu questionamento sobre como o diretor faz para gerenciar as demandas da escola abarcando a área pedagógica.

No decorrer de suas análises, a autora trata sobre a prestação de contas, mais especificamente sobre o Índice de Regularidade com Prestação de Contas que tem como finalidade o cálculo das prestações nas situações de “aprovado” e “reprovado” com ressalva, no que se diz respeito ao total das obrigações de prestar contas das UEx e saliente sobre possíveis problemas nas prestações de contas.

Constata também que muitas vezes, falta a documentação comprobatória das despesas, prestação de contas da não utilização da verba, efetuação de pagamentos sem a regular liquidação da despesa ou compras que não se encaixam nas verbas de custeio ou capital, descrição insuficiente dos produtos ou serviços na documentação comprobatória; ausência de tombamento dos bens e incorporação dos adquiridos; registro de recebimento dos materiais adquiridos, bens adquiridos permanentes não localizados, etc.

Diante dessas observações, a autora conclui que a burocracia cria obstáculos para o gasto e a prestação de contas esbarra também nas ações contábeis que nem sempre o diretor ou os conselheiros da escola possuem e propõe a criação de um produto de intervenção para tentar minimizar os entraves constatados ao longo da pesquisa.

Renan Moreira, na dissertação “Os sentidos da participação social no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): trajetórias no contexto da racionalidade neoliberal” apresenta dados de uma pesquisa avaliativa do desenho do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) quanto à sua dimensão participativa, inspirando-se na abordagem de autores que tratam da temática. O foco da pesquisa foi o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a partir de uma análise documental, revisão literária e entrevistas.

O pesquisador traça todo o percurso que inclui a participação da sociedade no PDDE sob a ótica do neoliberalismo, faz uma análise do Programa e das dificuldades permanentes do financiamento educacional no país. Também traz as trajetórias institucionais do PDDE e sobre o caminho do repasse do recurso pelo FNDE. Detalha os custos para que ocorra a prestação de contas apresentando uma tabela que enfatiza que o processo é oneroso e que muitas vezes, movimenta mais recursos do que o próprio repasse do Programa.

O autor José Flávio Rodrigues Siqueira, com a pesquisa “Programa nacional escolas sustentáveis: os impactos do PDDE escolas sustentáveis nas práticas de educação ambiental nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul” defende a existência de atividades de educação ambiental transformadora em função da execução do PDDE. Foi apurado que as atividades referidas reorganizam o conhecimento tendo como ferramenta o diálogo entre os sujeitos, pelo respeito à pluralidade e a diversidade cultural e ainda por considerar a complexidade da questão ambiental de acordo com a Educação Ambiental.

Com o objetivo de pesquisar o desempenho da gestão descentralizada dos recursos públicos advindos do PDDE, a autora Luciana Nazaré de Souza Franck, na dissertação “A gestão descentralizada das políticas públicas de financiamento da educação: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola”, constatou que os sujeitos, ou seja, os gestores, se sentem inseguros e com medo para usar o recurso do programa e ainda ressalta a necessidade de capacitar esses profissionais para aplicar a verba de forma mais efetiva. Também recomenda a utilização de indicadores de gestão, a melhoria do processo de prestação de contas, o fortalecimento do papel do controle social e por último, a formulação de políticas orientadoras sobre os programas e as Ações Integradas, visando a melhoria no desempenho da gestão dos recursos públicos.

Na dissertação “Transparência fiscal, e controle social na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola em Alagoas e no Distrito Federal”, Juliana Passos Santos avaliou os impactos das comunidades escolares quanto ao controle social e a transparência fiscal na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE em escolas públicas no estado de Alagoas e no Distrito Federal. Segundo seus estudos, a transparência fiscal tem como finalidade garantir que o cidadão tenha acesso a informações claras e tempestivas acerca dos atos e gastos públicos, visando ainda a instrumentalização para o exercício do controle social, que é caracterizado como a participação do cidadão na gestão pública, fortalecendo a cidadania. Como resultados de pesquisa, constatou-se um bom nível de conhecimento do programa, além de existência do exercício da transparência fiscal de controle social, por parte das comunidades escolares.

A autora Natiane Portilho Gomes, na pesquisa “O Programa Dinheiro Direto na Escola no município de Cametá (PA): transferências de recursos e prestação de contas dos conselhos escolares no período de 2009 a 2019”, trata sobre a prestação de contas e afirma que os recursos públicos devem ser gerenciados por meio dos princípios democráticos e participativos. Nesse sentido, destaca-se o papel do conselho deliberativo

na realização da prestação de contas de maneira transparente. Destaca-se ainda que a prestação de contas é um dever constitucional fundamentado no artigo da Constituição Federal. Mas aponta que a burocracia para a prestação de contas deve-se a problemas relacionados com a organização dos documentos exigidos como pagamentos sem a emissão de nota fiscal, pagamento de monitores sem comprovação de realização de atividades, assim como ausência de documentos que os pagamentos foram efetivamente realizados. Os resultados da pesquisa mostraram que o controle dos recursos pela escola é fundamental para que seja de fato estabelecida a gestão democrática, onde cada unidade escolar, de acordo com o PDDE, pode fazer as suas melhorias na parte pedagógica e física.

Na dissertação “Execução participativa do Programa Dinheiro Direto na Escola: um estudo em municípios do território de identidade baixo sul da Bahia, Fábio Roberto da Silva reúne uma coletânea de artigos tendo como interesse investigar as práticas de gestão democrática e apoio técnico cedidos pelos comitês de gestores do local determinado. O intuito é propor diretrizes para a construção ou (re)estruturação de um plano de ação para auxiliar o comitê. O autor afirma que as políticas de financiamento da educação pública fortalecem o modelo de gestão democrático, como é o caso do PDDE Básico e as Ações Integradas.

Natália Martins Barros, em sua dissertação de mestrado “A implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola: uma análise a partir da percepção dos agentes locais sob a perspectiva da gestão escolar” busca identificar os efeitos da implementação do PDDE, a partir do olhar dos implementadores, que são os agentes de base, no sentido de ele ter fortalecido a gestão escolar oportunizando uma maior autonomia e práticas pedagógicas no município de Mariana- MG.

No que se refere ao momento da prestação de contas, a autora apoia-se no conceito de *accountability* e que segundo Menezes *et al* (2018), se refere à responsabilidade pessoal por determinado ato praticado e se relaciona diretamente com a prestação de contas. Isso porque, os princípios da *accountability* e da transparência estão cada vez mais presente no setor da administração pública, justificando-se pelo exercício do controle e da observação da sociedade. Diante das possíveis dúvidas que podem surgir sobre a execução do PDDE, a pesquisadora informa que os representantes do FNDE criam momentos de capacitação para informar e esclarecer questões sobre o Programa e disponibilizam ferramentas e manuais no site do FNDE que orientam sobre o que podem gastar com o dinheiro recebido.

Galvão, na dissertação “A implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola e suas articulações com a gestão escolar” analisa a implantação do Programa criado pelo MEC e executado pelo FNDE nas escolas públicas de Cruzeiro do Sul -AC. Os resultados mostram que os recursos financeiros garantem o suporte do processo pedagógico oportunizando o desenvolvimento de atividades com materiais pedagógicos apropriados, uma estrutura de aprendizagem mais adequada e também contribui para a melhoria da gestão escolar devido a autonomia proporcionada para adquirir os materiais mais imediatos que a escola necessita, conforme constatado em entrevistas realizadas com os gestores de três unidades beneficiadas com o recurso federal. Os resultados da pesquisa mostraram ainda que os recursos advindos do PDDE exigiram novas práticas da escola, desde a realização de um planejamento mais detalhado contendo metas e objetivos a serem alcançados até uma prestação de contas e uma melhoria da quantidade do processo de ensino aprendizagem. Essas exigências sobrecarregam o trabalho dos docentes, gestores e funcionários da secretária, mas eles compreendem a importância da participação de todos os seguimentos no processo de elaboração, implantação e execução do PDDE, dentro dos parâmetros burocráticos. A burocracia é mencionada e entendida como necessária para que a organização das ações siga um norte dentro dos princípios da administração pública. Nesse sentido, as questões burocráticas/administrativas pertencem a uma sequência de atos que devem ser seguidos por todos aqueles que lidam com recursos públicos.

Na pesquisa “Financiamento da Educação e desigualdades socioeducacionais: percepções sobre as repercussões do Programa Dinheiro Direto na Escola em Manaré-PE, Jamille Oliveira busca discernir as repercussões das Ações Integradas do Programa para o enfrentamento das desigualdades socioeducacionais. Os resultados do estudo evidenciaram deficiências de compreensão dos agentes que lidam com os recursos por não entenderem a sua natureza suplementar. O FNDE é apontado como um dos responsáveis pelo baixo entendimento sobre o programa e os gestores que não conheciam pontos específicos do PDDE Básico. Sugere a necessidade de os indivíduos compreenderem melhor a política do PDDE para assim conseguir enfrentar as desigualdades socioeducacionais.

A pesquisa de Lélia Cristina Silva Lima, “A gestão financeira do PDDE nas Escolas Estaduais de Belo Horizonte/MG da SER-A: um desafio para os diretores escolares”, investiga o caso da gestão analisando as dificuldades que os diretores escolares enfrentam para realizar a condução do processo de prestação de contas, que

propicia diligências e inadimplências das Caixas Escolares em relação aos recursos financeiros descentralizados do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O propósito da pesquisa foi o de apenas apontar as dificuldades dos diretores escolares com foco no momento da prestação de contas. Afirma que diante da tamanha demanda do diretor, pode-se considerar como uma gestão escolar aquele que consegue desenvolver com maestria a gestão pedagógica, a administrativa e a financeira, resultando em boas notas nas avaliações externas, na correta prestação de contas e na satisfação dos alunos, das famílias e dos funcionários da unidade.

Vanuzia Saldanha de Medeiros Lima, na dissertação “Programa Dinheiro na Escola: contribuições para a construção da gestão democrática e participativa no contexto de escola da rede municipal de ensino de Mossoró/RN”, traz uma discussão sobre as contribuições do PDDE para a construção de uma gestão democrática e participativa a partir do planejamento e aplicação dos recursos. Os resultados apontam que o programa contribui para a construção dos processos democratizantes e a participação da sociedade. Apontam também que as escolas beneficiadas se baseiam nos fundamentos democráticos e na participação social em todas as etapas decisórias. Afirma que se faz necessário que o poder público implante mecanismos variados que agilizem os processos que envolvem a decisão coletiva e que a sociedade ainda tem um longo caminho a percorrer para que a gestão democrática possa realmente se consolidar no chão da escola.

A autora Mariana Peleje Viana, com a tese “Relatório – síntese de avaliação do Programa Dinheiro Direto na Escola e a democratização da gestão escolar no município de Londrina – PR”, teve como objetivo analisar o cumprimento dos objetivos legais do Programa PDDE. Os resultados da pesquisa mostraram que os objetivos do PDDE são cumpridos de forma insatisfatória, considerando os dados empíricos das escolas respondentes que evidenciaram a falta de recursos financeiros para custear pequenas reformas e manutenção predial e para viabilizar seus projetos pedagógicos. O estudo também mostrou que um percentual considerável (47,7%) de escolas conta apenas com recursos do PDDE para realizar sua gestão financeira (com destaque para as regiões Norte e Nordeste). As conclusões da pesquisa destacaram a necessidade de reformulação da base de cálculo dos repasses do PDDE, com vistas a atender as demandas das escolas.

O pesquisador Emerson Clayton Arantes, na tese “Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: uma análise a partir da Região Norte do Brasil”, buscou analisar o Programa Dinheiro Direto na Escola e as suas prováveis colaborações para as desigualdades socioeducacionais em Roraima.

As análises demonstraram que o sistema educacional do país encontra desafios consideráveis para diminuir as desigualdades e que poucas modificações ocorreram na realidade socioeducacional. Isso resulta no aumento das discrepâncias para a melhoria da gestão escolar e qualidade do ensino. Ele argumenta que como no estado a maioria das escolas do estado estão localizadas na zona rural e em áreas indígenas o que torna praticamente inviável a chegada dos recursos de financiamento. Assim, a redução das desigualdades não foi impactada por negligência.

Finaliza destacando que o Programa precisa estar alinhado com outras ações, como a relacionada a realidade de cada escola, por exemplo, para conseguir superar os obstáculos que as possibilidades de gestão dos sistemas de ensino e das unidades escolares do estado apresentam, conforme palavras do próprio autor.

A autora Priscila da Silva Cordeiro, na pesquisa “A participação dos Conselhos Escolares na perspectiva da gestão democrática: uma experiência na Educação Infantil, tem como objetivo investigar a democratização da escola a partir da gestão participativa de responsabilidade do Conselho Escolar (CE). O estudo possibilitou identificar a fragilidade, a centralização, a hierarquização sendo de única responsabilidade da gestão escolar. Ainda revelou a existência de ações exclusivas para atender às exigências do PDDE. Assim, o CE demonstrou a sua fraqueza e que os seus esforços estão voltados para as atividades que envolvem o programa.

Em seu estudo “A autonomia de uma escola pública de Minas Gerais em condições de restrição financeira”, o pesquisador Bruno Correa Francisco se dispõe a investigar possíveis ações que a escola investigada poderia implantar para refinar a esquematização dos recursos financeiros recebidos, levando-se em consideração a perspectiva democrática, de autonomia e com referência social. A pesquisa revelou que a gestão escolar conservou a insuficiência dos recursos para a manutenção do imóvel e a importância de se adaptar os recursos de acordo com as necessidades de manutenção das escolas, mas que não são suficientes para acabar com a crise financeira da instituição. Como proposta foi criado um Plano de Ação Educacional, tendo como uma das ações a capacitação dos servidores e da comunidade para lidar com as questões financeiras, oportunizando uma maior autonomia financeira para a gestão.

Na dissertação “Análise da gestão da verba do PDDE em uma escola estadual: um caso de gestão social”, o pesquisador Sérgio Luiz de Jesus, apresenta os resultados ao analisar a gestão social em uma determinada escola que fazia uso de verba pública. O autor conclui que mesmo com obstáculos para um assertivo gasto do dinheiro, os

membros que participam do colegiado guiavam-se no sentido de uma gestão democrática, com vistas ao desenvolvimento local. Em seguida, propôs uma intervenção por meio de uma cartilha para orientar e formar os membros do colegiado em benefício da democratização dos recursos.

O trabalho de Antônio Cláudio Andrade dos Reis, “O FNDE e os recursos públicos da educação básica, suas formas de controle e intervenção: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no Estado do Pará” traz discussões importantes sobre o caráter burocrático e penalizante que envolve a prestação de contas do PDDE e as sanções quanto às irregularidades deste processo, em uma escola de ensino Municipal do Estado do Pará. Sobre a prestação de contas do PDDE o autor relata os motivos que condicionaram esta situação dentre eles: ausência de documentação comprobatória das despesas da execução do Programa; não utilização dos recursos financeiros transferidos à conta do programa; pagamento sem a regular liquidação da despesa; descrição insuficiente dos produtos e/ou serviços na documentação comprobatória; ausência de tombamento e incorporação dos bens adquiridos/produzidos; ausência de identificação comprobatória de registro que ateste o recebimento dos materiais adquiridos e/ou dos serviços prestados e por fim, os bens permanentes adquiridos não localizados. Na sua pesquisa, tem um ranking dos principais entraves para ao sucesso do PDDE nas unidades beneficiadas e, dentre outros, os participantes da pesquisa indicaram “falta de conhecimento técnico para lidar com a prestação de contas”, devido à complexidade na execução dos recursos. Evidencia também a dificuldade devido a burocracia com a prestação de contas do Programa, destacando os trâmites presentes nos processos de aquisição e na limitação da liberdade de escolha de insumos e os respectivos gastos, interpretando as normas como algo que impede e limita as ações nas unidades escolares, mas diferentemente das outras Ações Integradas.

Na pesquisa de Celiane Rodrigues Oliveira, intitulada de “O processo de cogestão dos recursos oriundos do PDDE por conselhos escolares: casos de escolas públicas estaduais do Pará”, centra-se no processo de cogestão dos recursos originários do PDDE pelos Conselhos de Escolas Públicas do estado. Afirma que os CE são entidades privadas, sem fins lucrativos criadas para concretizar a gestão democrática e oportunizar articulação entre a comunidade e a escola e também o órgão gestor dos recursos. As análises dos materiais apontaram a pouca eficiência do Conselho, no tocante à prestação de contas. Além disso, verificou-se ainda pouca conexão no cotidiano entre o Conselho Escolar e a gestão participativa, envolvendo as dimensões: aprendizagem social, gestão

participativa, tomada de decisão, comunicação e negociação, conforme descrito pela autora.

Sheule Anne Lavre Titoto, autora do estudo “Desafios e conquistas da utilização do Programa Dinheiro Direto na Escola pelas instituições de ensino, municipais e estaduais do sudoeste goiano”, tem o objetivo de investigar a verba do PDDE para assim compreender como esse recurso é utilizado e distribuído no interior das escolas. Outro fator em consideração é a atuação dos profissionais nas decisões sobre o uso da verba. Os estudos possibilitaram identificar que o programa oferece uma certa autonomia, porque o recurso é limitado, mas é de grande importância para as escolas beneficiadas para atender as necessidades mais urgentes.

O autor Pablo Aguiar da Costa Batista, na dissertação “Descentralização financeira para as escolas da Educação Básica Pública: uma análise do PDDE na escola estadual cidade modelo no período de 2012 a 2015”, visa analisar os gastos dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, em uma escola pública estadual do estado do Pará. Seu objetivo foi o de estudar o montante disponibilizado e do gasto realizado pela escola escolhida dos recursos oriundos do PDDE e de suas ações, como se dá a aplicação dos valores advindos e a análise da prestação de contas que somente se detinha a focar na questão documental sem se preocupar com os impactos dos gastos desse dinheiro público.

O pesquisador defende a tese de que além da escola se preocupar em como realizar o manuseio e prestar as contas sobre a utilização, também cabe à escola (aos gestores das Secretarias de Educação) averiguar os impactos causados dentro do ambiente educativo a partir da compra das referidas mercadorias. Diante das negatividades dos gestores de uma avaliação desses gastos impossibilita uma reflexão mais abrangente sobre as repercussões que a aplicação dos recursos causa na elevação da qualidade da educação oferecida na esfera pública brasileira. Conclui o seu estudo reafirmando a importância desse recurso do governo federal para as escolas públicas brasileiras, porém acredita que alterações devem ser realizadas, dentre elas destaca a possibilidade de deixar para as escolas definirem os seus objetivos com o Programa. Dessa maneira, as pretensões do PDDE seriam alcançadas, ampliando o patamar de desconcentração, para um formato real de descentralização.

O estudo O PDE-Escola na versão PDDE Interativo: aproximações e/ou distanciamentos da gestão democrática da escola da autora Vanuza Aparecida de Souza, tem como intenção investigar a implantação do PDE-Escola na versão PDDE Interativo e as aproximações e/ou distanciamentos de suas ações na construção de espaços e

instrumentos de gestão democrática da educação na esfera municipal. Além da pesquisa documental, utilizou também entrevista semiestruturada e os resultados apontaram que os participantes não conheciam os fundamentos políticos do PDE-Escola na versão PDDE Interativo, e sendo visto somente como uma ferramenta para se ter acesso aos recursos referentes às Ações Integradas. Somasse a isso, o PDE/PDDE Interativo apresentou-se como uma metodologia de gestão que encara os problemas da escola como falhas técnicas da gestão escolar o que resulta em fracassos educacionais. Nesse sentido, observasse a implantação da lógica gerencial que propõe a reforma da gestão escolar indicando que os somente os problemas internos e técnicos necessitam ser resolvidos para se alcançar qualidade no processo educacional.

Os estudos ainda mostraram que a intenção primeira do PDDE Interativo em contribuir com o processo democrático não foi alcançada, ficando reduzido a uma atividade técnica, marcada pelo mero cumprimento de ações e programas com foco nos resultados. Por fim, ressalta que para os participantes o PDDE Interativo apresenta-se apenas de acordo com uma lógica neoliberal, ou seja, com planejamento estratégico e tecnicista distanciando das reais necessidades da escola desconsiderando o seu projeto político pedagógico.

Com a tese “Regulação das políticas educativas, Banco Mundial e PDDE interativo: a intensificação do controle sobre os resultados no contexto da gestão escolar”, Raquel Speck investiga a acentuação do controle e da regulação sobre a gestão escolar e seus resultados por meio do PDDE Interativo, além da tratativa sobre a regulação das políticas públicas no cenário de reorganização administrativa do Estado. Concernente ao tema prestação de contas, a autora afirma que por meio da abordagem gerencial, o programa adotou alguns princípios como eficiência, eficácia, *accountability* ou seja, a prestação de contas e a ênfase no autodesenvolvimento. Isso tem sido crescente tanto na administração pública quanto no setor privado. O Programa Dinheiro Direto na Escola traz a proposta de autonomia por parte das escolas públicas, mas de acordo com a autora, foi articulada ao princípio do *accountability*, devido à responsabilização das unidades pelos resultados alcançados.

O controle dos resultados e a obrigação de prestação de contas são princípios do setor gerencial administrativo, com destaque na produtividade e na necessidade de uma maior profissionalização dos funcionários. Nesse viés, a descentralização foi definida sob essa perspectiva, em que se delega às unidades públicas (local ou periféricas) maior autonomia na execução, porém com maior obrigação na prestação de contas e nos

resultados. Assim, os conceitos descentralização, autonomia e responsabilização são componentes estratégicos para a efetivação da administração gerencial nos serviços públicos brasileiros.

A tese de Andreia da Silva Mafassioli “Programa Dinheiro Direto na Escola (Re) formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica (1995 – 2015)” objetivou investigar as modificações sofridas pelo PDDE depois de vinte anos da sua criação, procurando entender a política que o regulamenta, os recursos oferecidos na criação das novas modalidades e os impactos na gestão escolar e financeira das escolas de educação básica.

A autora observou que o PDDE tem sua atuação em diferentes governos, e destaca que sua criação no governo de Fernando Henrique Cardoso tem influências neoliberais de descentralização. Menciona que nos governos de Lula da Silva e Dilma Roussef, verificou-se mudanças no Programa, ampliação dos recursos, um controle social efetivo e também uma maior inclusão social promovida pelas modalidades Integradas (PDDE Qualidade e PDDE Estrutura) do PDDE Básico. Mesmo com esse aumento, Mafassioli ressalta que os recursos ainda não são suficientes para garantir uma educação de qualidade. Afirma ainda que a demanda dos gestores foi intensificada, mas que resultou em aprendizagens sobre a gestão financeira dos recursos.

Danielly Pinheiro Gusmão Souza, com o material “Efeitos dos investimentos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, na Escola Estadual Comendador Murta, em Itinga – MG, na percepção da sua unidade executora, analisou a aplicação dos recursos do PDDE de 2009 a 2013 e os efeitos desses investimentos na Escola Estadual Comendador Murta. Os resultados demonstraram que as reuniões realizadas pela Unidade Executora (UEX) no período estudado tratavam de assuntos relacionados à aplicação dos recursos financeiros, cuja finalidade era apresentar os recursos, aprovar prestações de contas e/ou concretizar licitação, destacando os aspectos burocráticos desse processo. Na oportunidade, realizou uma entrevista e ao interpretar o material ficou evidente que o momento da prestação de contas pela Escola em questão é considerado pelos participantes como uma fase com muitos entraves e dúvidas. Dentre os vários fatores apontados, destacam-se a ausência de documentos na prestação de contas, o que esbarra na exigência legal de transparência fiscal requerida em relação aos recursos públicos. Isso ocasionou no período de 2011 a 2013, a ausência de transparência na gestão escolar por omissão de informações na prestação de contas.

O estudo “Transferência fiscal na gestão do Programa PDDE da escola estadual de Carai-MG”, de Salvador Soares de Melo Júnior objetivou entender a transferência fiscal dos recursos oriundos do PDDE/FNDE. O autor conclui que os gestores ainda apresentam dificuldades por utilizarem instrumentos antigos de transparência, devido a pouca exploração dos meios tecnológicos para essa etapa devido à falta de conhecimento.

A dissertação de Edwylson de Lima Marinheiro, “O Programa Dinheiro Direto na escola e a democratização da gestão escolar no município de Londrina – PR” tem como objetivo analisar o PDDE e as suas implicações para a democratização da gestão escolar. De maneira específica, faz um diagnóstico das consequências, possibilidades e dificuldades da implementação do programa para os gestores. O autor destaca que mesmo com a informatização, o processo da prestação de contas da UEx, para a SME é por meio da apresentação de um grande montante de documentos físicos que são necessários para comprovar os gastos feitos com recursos públicos e a emissão do processo de prestação de contas.

A pesquisa destaca que o preenchimento dos documentos necessários para a prestação de contas gera muitas dificuldades. Para sanar essas e outras dificuldades com o Programa, as APMS afirmam que buscam alternativas como pesquisa na internet, por exemplo, ainda o setor orienta que as APMs recebem assistência técnica (reunião de orientação) para esclarecer as dúvidas para a execução do PDDE. Mediante os dados coletados por meio de entrevistas destinadas aos diretores de escola e ao presidente da APM e representante de pais, verificou-se uma sobrecarga nos gestores escolares ocasionada pelas burocracias administrativas na execução do PDDE como prestação de contas, pesquisa de preços, dentre outras demandas.

O pesquisador Adilson Carlos Zaniratto Júnior, na dissertação “Avaliação dos processos de gestão entre o planejamento e a execução dos recursos do PDDE destinados às Escolas Municipais de Juiz de Fora, MG,” analisou as etapas para a utilização do PDDE nas escolas Municipais de Juiz de Fora (MG) com a intenção de demonstrar se existe a participação efetiva da sociedade, em especial, das famílias na destinação dos recursos do Programa, além do mais, buscou compreender se os gestores apresentam um bom entendimento quanto à diferenciação das verbas entre o uso para o custeio e o capital e a sua correta utilização. Destaca ainda que a prestação de contas realizada juntamente com a prefeitura, na grande maioria dos casos, foi somente validada pelo colegiado sem uma atuação efetiva da comunidade escolar e que os gestores têm certa dificuldade no uso das verbas diante da separação entre custeio e capital. Ao analisar as entrevistas,

verificou-se que em alguns casos, que muitas escolas não recorrem ao suporte oferecido e quando buscam por ele, o problema já se instalou, desencadeando na devolução dos valores gastos de forma errônea por parte da escola. Os resultados evidenciaram as dificuldades no momento da prestação de contas devido a problemas na documentação que comprove os gastos. Portanto, conclui que a prestação de contas é feita de forma burocrática e serve somente para cumprir as obrigações contraídas com o recebimento do recurso e não deixar de receber no ano seguinte.

Na tese de Sérgio Ricardo Ferreira, com o título “Financiamento da educação como indutor de política curricular: análise a partir da implantação do programa ensino médio inovador no Paraná”, objetiva estimular as escolas a um novo formato de currículo para o ensino médio financiado pelos recursos liberados através do PDDE, para enfrentar as elevadas taxas de abandono e reprovação escolar. Dentre os resultados alcançados com o estudo, observou-se que a ajuda financeira do programa federal é de suma importância para a escola, mas ainda insuficiente para impulsionar as mudanças curriculares e as práticas mais adequadas.

A autora Danielle Christine Leite Pimenta, em seu estudo “Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola do fundo nacional de desenvolvimento da educação na rede estadual de ensino em Bocaiúva/MG, tem como finalidade investigar os efeitos do PDDE em duas escolas beneficiadas para conhecer o processo de descentralização financeira para essas escolas. Além disso, também busca analisar se a aplicação dos recursos do PDDE alcança as suas principais metas e por último, conhecer como é realizado a aplicação da verba para a elevação do IDEB. Como resultado, o estudo aponta que os recursos descentralizados tem uma maior recorrência de uso em aspectos quantitativos e não sobre a qualidade. Sobre a descentralização administrativa, destaca que existe importantes desafios para a sua efetivação. Por fim, verificou-se que não existe uma relação direta entre os recursos do programa suplementar com a elevação do IDEB no período observado.

Na pesquisa “O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar”, o autor Givanildo da Silva, busca entender o PDDE como uma ação de descentralização financeira, resultando em melhoria na gestão democrática por meio da participação da comunidade escolar e da autonomia institucional. Com o estudo foi possível constatar que a descentralização financeira das escolas beneficiadas e o investimento educacional favorece as práticas educativas. O PDDE contribui positivamente na organização

pedagógica, administrativa, financeira e também que o programa é favorável à gestão compartilhada, por meio de decisões coletivas.

Mariana Peleje Viana, na pesquisa para o mestrado “Recursos financeiros descentralizados para a escola pública: uma política necessária” procurou pesquisar sobre os recursos financeiros descentralizados que são transferidos de forma menos burocrática para as escolas públicas municipais de São Paulo, como o PDDE, analisando os procedimentos legais, participativos e administrativos que envolvem a gestão desses recursos. A pesquisadora levantou as dificuldades e os avanços para lidar com os recursos financeiros nas escolas escolhidas para o estudo, apresentando dados sobre os seus montantes e as aplicações anuais a partir de um dado período. O intuito do material é de contribuir para o discurso sobre políticas públicas de gestão financeira escolar, fornecer material que ajuda na construção de estudos que abordam a realidade financeira das escolas públicas e a gestão democrática de seus recursos com foco na melhoria da qualidade de ensino.

A dissertação “A descentralização de recursos financeiros e a organização do trabalho pedagógico: o caso de Santo André”, da autora Adriana Zanini da Silva traz reflexões sobre os avanços e os embaraços do financiamento da educação básica no Brasil, mais precisamente, sobre a descentralização de recursos financeiros às escolas do ensino fundamental. A intenção da pesquisa é estimular as reflexões sobre a importância da descentralização de recursos financeiros na efetivação de novos modelos de gestão que contam com a participação do coletivo.

Diante da apresentação dos trabalhos e do foco tratado em cada um deles, a seguir faz-se uma análise através do *software* Iramuteq do conteúdo dessas obras.

3.3. Analisando os principais apontamentos das teses e dissertações

A sistematização e a interpretação dos dados obtidos a partir da pesquisa do tipo estado do conhecimento explorada anteriormente por meio dos resumos dos materiais foi realizada com a ajuda do Iramuteq, conforme mencionado na seção sobre a metodologia. O *software* auxiliou na interpretação dos principais dados evidenciados nos trabalhos tratados anteriormente, contribuindo a partir das representações por meio de nuvens de palavras e de estatísticas. Para Camargo e Justo (2018, p. 61) “Nuvem de palavras” do software é “[...] uma análise mais simples, que trabalha com a representação gráfica em função da frequência das palavras”.

Para gerar as nuvens de palavras, as informações que foram utilizadas precisaram passar por um refinanciamento observando aquelas que são sinônimas, realizando as correções ortográficas e também buscando alinhar em relação a formação da palavra. Sendo assim, foram exploradas as seguintes informações das obras já citadas para a construção da nuvem de palavras pelo *software*, conforme quadro.

Quadro 7 - Dados sistematizados e inseridos no software

Dados explorados pelo Iramuteq
Resumos de teses e dissertações
Palavras-chaves

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A nuvem de palavras confere uma visão geral sobre as correlações das palavras. A análise a partir da nuvem de palavras é considerada muito simples, porém é capaz de despertar no pesquisador uma percepção intuitiva devido a sua imagem gráfica e visual, de acordo com Vaz (2022).

As palavras são agrupadas pelo software por tamanhos das fontes a depender da sua frequência, ou seja, quanto maior a quantidade de vezes que o termo foi mencionado, maior será o tamanho da sua fonte, mais escura será a sua cor e mais no centro estará. Ou seja, a palavra vai apresentar no *corpus* uma relevância pelo seu visual (Camargo; Justo, 2022).

Os elementos apresentados na nuvem de palavras gerada no *software* IRaMuTeQ estão na figura 2.

apresentando-se como um relevante programa universal de financiamento da União aos estados e municípios (MAFASSIOLI, 2015).

A política educacional, seguindo as recomendações dos organismos internacionais e do empresariado, precisa incluir as políticas de financiamento educacional. Dessa forma, Mafassioli (2017, p. 153) afirma que “as diretrizes da reforma educacional, passam a ressaltar o financiamento e a avaliação, realizada por modificações na política de gestão e financiamento do ensino”.

Uma das fontes mais importantes de financiamento é o salário educação, que conforme o parágrafo 5º do art. 212 da Constituição Federal (1988), “é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica”, destinados à União, ao Distrito Federal, aos municípios e aos estados.

O PDDE se configura como um desses programas subsidiado pelo salário-educação e que no ano de 2020, de acordo com o Portal do MEC, o FNDE repassou o valor de R\$ 25,43 milhões para o PDDE Básico, sendo que R\$7,10 milhões foi disponibilizado para o estado de Minas Gerais.

À primeira vista, esse valor pode parecer até bem alto, mas não é bem isso que representa para as escolas que o recebem, uma vez que para a grande maioria, os recursos transferidos são de baixo valor, cabendo a elas buscarem por outras alternativas para tentarem garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem através de eventos para arrecadar recursos complementares como festas e até parcerias com o empresariado local, conforme Galvão (2020).

As palavras: *controle e prestação* também aparecem com destaque na nuvem de palavras como um dos desafios na gestão dos recursos do PDDE, por se tratar de uma verba pública. A prestação de contas é uma das etapas de implementação do PDDE que se refere à capacidade de cumprir com a exigência legal de prestar contas da destinação dos recursos do PDDE, de acordo com as normativas e orientações legais.

Apesar do processo de prestação de contas ser considerado uma etapa complexa do PDDE e de suas Ações Integradas, é indispensável para provar a transparência da utilização dos recursos financeiros, possibilitando que os órgãos competentes e a comunidade escolar possam acompanhar o que está sendo feito com a verba pública.

Segundo as pesquisas de Barros (2020, p. 119), “a prestação de contas dos recursos financeiros gastos deve ser feita de acordo com procedimentos como a elaboração de documentos referentes a gastos, com as notas fiscais de compra, com três orçamentos realizados e com o envio dessa documentação ao site do FNDE. Os

documentários referentes às aquisições com os recursos do PDDE, utilizados no momento da prestação de, deverão ficar guardados por vinte anos, prazo contado a partir da data de aprovação da prestação de contas em lugar seguro, de preferência dentro da escola.

Em caso de não prestação de contas, em concordância com Rodrigues (2019),

Se o cenário for do descumprimento da obrigação de prestar contas, o gestor atual deve diligenciar em busca da documentação pertinente junto ao responsável pela elaboração da prestação de contas e posterior entrega. Caso a documentação não seja localizada, o gestor deverá ser notificado para que proceda a devolução dos recursos recebidos pelo Conselho Escolar que não foram comprovados com despesas efetivas (p. 70).

E é justamente por essa possível responsabilização, que alguns diretores escolares demonstram receio e até medo de utilizar as verbas. Além disso, o diretor atual da unidade escolar ainda é o responsável direto pela prestação de contas do diretor anterior, sendo penalizado judicialmente por qualquer irregularidade apresentada pelo FNDE e os recursos para o ano seguinte são cancelados.

A falta desses recursos acarreta sérias consequências para os alunos, que em conformidade com Caldas (2022, p.176), “impacta negativamente o processo ensino-aprendizagem, uma vez que, sem recursos, as escolas enfrentam dificuldades para desenvolver suas ações e projetos educativos”. Assim, é importante que todos os envolvidos nesse processo fiquem atentos às normas que regularizam a prestação de contas e que também fiquem atentos aos prazos determinados para que ela possa ocorrer.

Ainda cabe salientar, que uns dos possíveis conceitos de *accountability* está diretamente correlacionada com a prestação de contas, que segundo (Menezes et al. 2018 apud Barros 2020, p. 42), “o conceito de *accountability* se refere à responsabilização pessoal por determinado ato praticado e se relaciona diretamente com a prestação de contas.”

Por fim, a palavra-chave *descentralização* também assumiu destaque na nuvem de palavras. Sobre o conceito de descentralização, os programas criados pelo FNDE, como é o caso do PDDE, prestam apoio aos municípios e procuram viabilizar a descentralização de recursos através de repasses direto para a Unidade Executora (UEX).

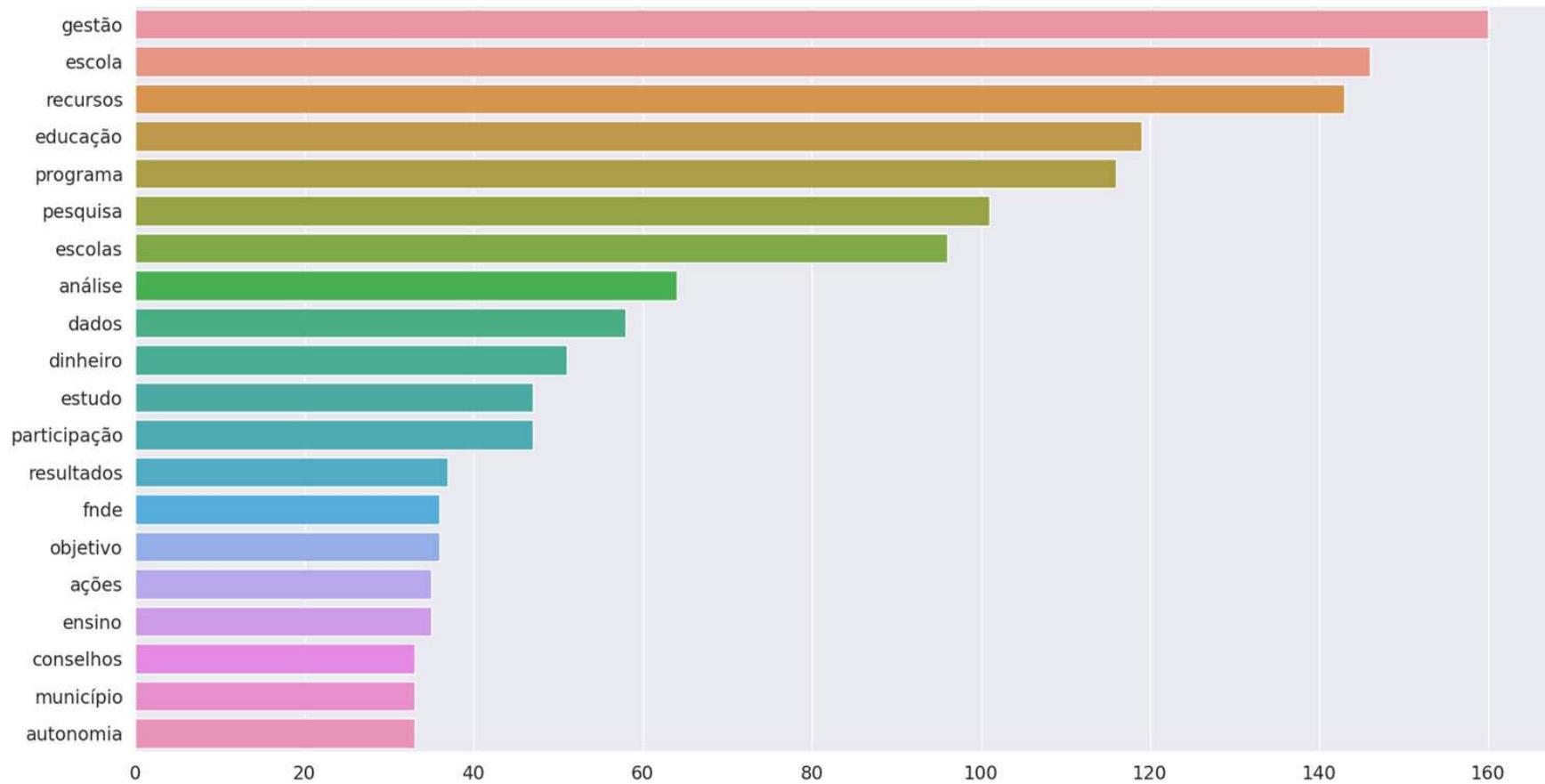
A descentralização no setor público, se instala em um cenário de reformas administrativas que acometeram o Estado na década de 90, chegando também na educação brasileira. Essa descentralização se concretiza de fato com as ações e programas da União, por intermédio do MEC, que tem como parceiro o FNDE, em concordância com Caldas (2022).

Segundo Galvão (2020, p. 62), “a escola exerce a função de executar o que vem decidido pela centralidade das políticas educacionais. Dessa forma, ela cumpre as determinações que se apresentam com características descentralizadoras.” No entanto, essa descentralização atinge a escola também de forma negativa, pois caberá a ela a responsabilidade de apropriar-se dos seus mais variados problemas e assumir o controle para a resolução dos mesmos com as ferramentas que possuem.

Outro ponto que Galvão (2020) alerta é que descentralização e responsabilização possuem o mesmo viés de mercadoria na área educacional, uma vez que a educação assumiu o caráter de produto a ser comercializado, visando mão de obra qualificada para o mercado e, conseqüentemente, lucro.

Analisando os resumos das dissertações e teses a partir de um Diagrama dos substantivos que aparecem mais frequentemente, tem-se o seguinte panorama:

Figura 3 – Bigrama - Substantivos mais comuns



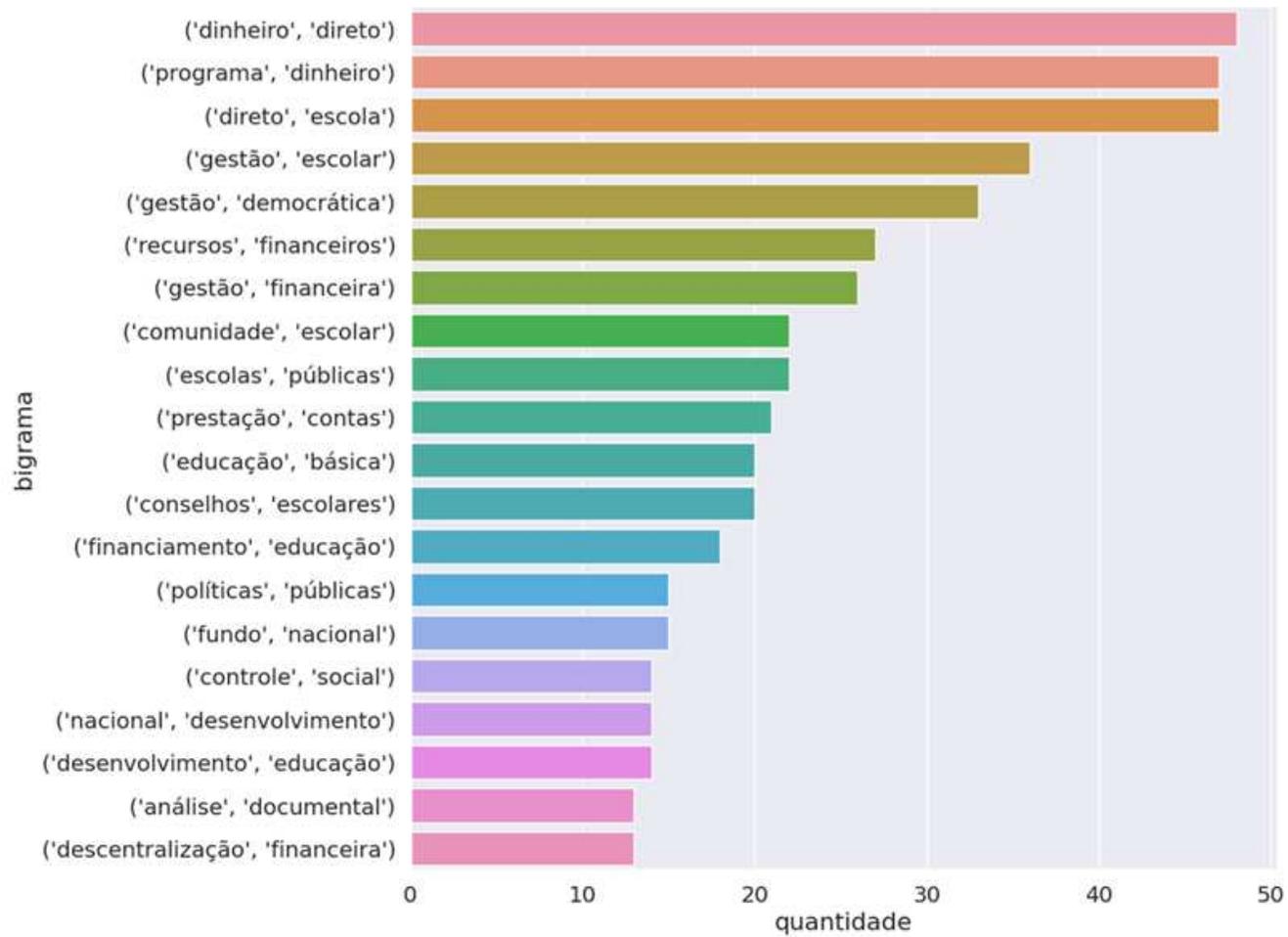
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário e do IRaMuTeQ (2023).

Os substantivos *gestão escolar*, *escola* e *participação* apresentam um índice considerável pelo fato do programa PDDE ser um programa de Estado que tem como característica principal seu aspecto descentralizador de repasse de recursos da União diretamente para as escolas, que assumem a gestão dos recursos, os quais podem ser utilizados em material de consumo e material permanente. Assim, a gestão escolar assume centralidade nas discussões feitas sobre o PDDE.

Analisando os resumos a partir de um Bigrama⁸ das palavras que aparecem mais frequentemente no conjunto analisado, obteve-se o seguinte indicador:

⁸ Bigramas são janelas de duas palavras que aparecem em conjunto, uma ao lado da outra.

Figura 4 - Bigrama – resumos de dissertações e teses



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário e do IRaMuTeQ (2023).

Algumas das dissertações e teses mostram que importância de se problematizar a gestão escolar considerando as ingerências de princípios da onda neoliberal que passaram a orientar muitas políticas e programas, trazendo um modelo gerencialista empresarial, como é a origem do PDDE. Na interpretação de Mafassioli (2015), o PDDE tem sua origem no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, na esteira de uma “reforma gerencialista se propõe a estabelecer uma administração pública mais eficiente, visando modernidade e eficiência”, onde a política educacional, por meio do MEC, passa a incorporar diretrizes e orientações de “financiamento sugerida pelos organismos internacionais e pelo setor empresarial” (p. 153). Nesse sentido, a autora pontua que com a exigência da criação das UEx nas escolas públicas para a gestão dos recursos do PDDE, abre espaço para a presença de uma entidade privada num espaço público, o que pode “ensejar a privatização, ao fornecer mecanismos legais para a captação de recursos, à medida que aumenta a falta de comprometimento do Estado com o ensino público”, bem como servir como uma estratégia para legitimar essa falta de responsabilização” (p. 279).

As discussões realizadas nas dissertações e teses sobre essas temáticas evidenciam que o PDDE é fruto dessa reforma do Estado que defende a gestão democrática baseada na participação ativa da camada social em parceria com o diretor escolar no planejamento, nas decisões políticas e de orçamento. Dessa maneira, fica sob a responsabilidade dos gestores e da comunidade, que participa do ambiente escolar, de definir a melhor maneira de como gastar os recursos. Tarefa essa, que muitas vezes, é executada sem uma certa criteriosidade por parte dos indivíduos, por falta de um conhecimento mais apurado sobre as reais necessidades da escola e até mesmo pela falta de tempo para atuarem frente as demandas cotidianas de cada um dos envolvidos.

O modelo de gestão democrática requer a participação da comunidade escolar, ou seja, dos alunos, pais, professores e funcionários, tendo esses um papel primordial na elaboração, na tomada de decisões, na administração dos recursos públicos e na avaliação dos projetos pedagógicos da escola. Segundo Marinheiro (2016), o modelo de gestão democrática é marcado pela construção coletiva de uma nova forma de pensar o campo da gestão educacional (Marinheiro, 2016, p.48).

Importante destacar que a tese de Mafassioli (2015) também evidencia que ao longo dos mais de vinte anos, o PDDE passou por um processo de ampliação a partir de 2004, com o governo do Presidente Lula da Silva, assumindo-se como um relevante mecanismo de transferência de recursos financeiros a escolas públicas, a partir de programas e ações, sinalizando um “crescimento de Ações Integradas que integram o

formato de transferência automática para as escolas e o consequente montante de recursos financeiros, que, acompanhando o volume de programas e projetos financiados, também aumentou” (p. 280).

Nesse sentido, não se pode perder de vista a importância da gestão democrática como base para a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), considerando os princípios e mecanismos de organização democrática no interior da escola, que assegurem a participação da comunidade escolar na gestão desses recursos, com destaque para o conselho escolar.

A leitura das teses e dissertações sobre a temática PDDE, evidenciam, em grande parte, as dificuldades enfrentadas pelos gestores e pelos sujeitos que lidam com o programa, no momento de prestar contas. Aos gestores escolares competem a função de administrar bem os recursos descentralizados com vistas à prestação de contas. Cabe salientar que fica sob a responsabilidade da UEx a gerência desses recursos, respeitando assim a legislação do Programa e, ademais, pela prestação de contas dos recursos financeiros ao FNDE por meio da Entidade Executora, representada pela Prefeitura Municipal.

Isso resultou, de acordo como Lima (2020) em uma maior autonomia e responsabilidade para as escolas, uma vez que a gestão financeira passou para a UEx, importando destacar que a responsabilidade dos gestores escolares, em realizar a prestação de contas, ampliou-se (FNDE, 1997).

Ao analisar as menções presentes nas teses e dissertações com o auxílio do *software* Iramuteq, foi possível perceber que o assunto ainda é fruto de muitas incertezas e pouco conhecimento por parte dos sujeitos que lidam diretamente com o Programa.

As dificuldades encontradas para a execução do PDDE esbarram desde o conhecimento mais aprofundado até mesmo a falta de capacitação para lidar com a gestão dos recursos de maneira efetiva que corrobore com o alcance dos resultados pretendidos. É exigido que os gestores escolares tenham conhecimentos sobre gestão de recursos financeiros, sem ao menos terem sido preparados para isso antes. Apesar da baixa menção da palavra compreender (n=11), talvez esse seja um dos principais pontos que impedem que o momento de prestação de contas, considerada a etapa com maiores problemas, ocorra sem diligências e inadimplências.

A revisão de literatura evidenciou que a implementação do PDDE Básico nas escolas enfrenta possibilidades e desafios, reafirmando a necessidade de estudos e acompanhamento dessa gestão financeira dos recursos do programa. Apesar da

longevidade dessa política, justifica-se a necessidade de maior e melhor monitoramento e capacitação dos gestores a nível local e regional, a fim de que ações possam ser implementadas para mitigar fragilidades e fortalecer possibilidades na gestão de recursos descentralizados em contextos de desigualdade social, principalmente na área educacional. Como uma política continuada desde 1995, de financiamento direto por parte da União e o quarto maior programa do MEC, é preciso acompanhar como o PDDE vem sendo implementado nas escolas mineiras (foco da presente proposta de investigação), sem perder de vista os desafios enfrentados pelas diferentes realidades dos sistemas de ensino e unidades escolares.

Depois de apresentada as principais temáticas e contribuições, evidencia-se que as teses e dissertações exploradas nesta seção apresentam consideráveis esclarecimentos sobre o PDDE Básico e suas Ações Integradas, sendo fontes de pesquisas não somente para estudiosos sobre o assunto, mais também para quem se encarrega das demandas do mesmo.

Esta dissertação tem como diferencial das demais a aproximação, por meio de questionário, com gestores escolares/funcionários do estado de Minas Gerais que participaram das ações do Cecampe-Sudeste, na busca de projetar as suas incertezas, conhecimentos e sugestões diante do Programa suplementar lançado pelo governo federal e, assim, poder contribuir com maiores esclarecimentos.

Na próxima seção continuar-se-á com a análise do PDDE, tendo como foco o Estado de Minas Gerais, a partir da ótica dos gestores escolares/profissionais da educação que participaram das ações do Cecampe-Sudeste, buscando problematizar as informações acerca das potencialidades e fragilidades encontradas na gestão dos recursos financeiros nas escolas mineiras.

Para o desenvolvimento das análises, os estudos de teses e dissertações acima mencionados de Marinheiro (2016), Mafassioli (2017), Viana (2020), Lins (2022), Weinna (2022) e Araújo (2022) foram utilizados para ancorar as interpretações, uma vez que trazem uma maior proximidade com as temáticas exploradas e por apresentar uma organização textual mais acessível.

4. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO NA ESCOLA (PDDE) EM MINAS GERAIS: ANÁLISES A PARTIR DA ÓTICA DOS GESTORES ESCOLARES/PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE PARTICIPARAM DAS AÇÕES DO CECAMPE SUDESTE

A presente seção tem como objetivo analisar as experiências de implementação do Programa Dinheiro na Escola (PDDE) em Minas Gerais, a partir da ótica dos gestores escolares/profissionais da educação que participaram das ações do Cecampe Sudeste. Como apresentado anteriormente, este estudo insere-se como um recorte da pesquisa central/guarda-chuva realizada no âmbito do Cecampe-Sudeste, considerando o banco de dados da pesquisa guarda-chuva, produzido a partir da ferramenta do questionário semiestruturado disponibilizado para 3.000 gestores de toda a região sudeste, por meio da ferramenta *Google Forms*. Assim utilizou como objeto de análise, o recorte dos dados filtrando as respostas dos gestores de determinadas cidades pertencentes ao estado de Minas Gerais, o que totalizou a quantidade de 225 participantes mineiros.

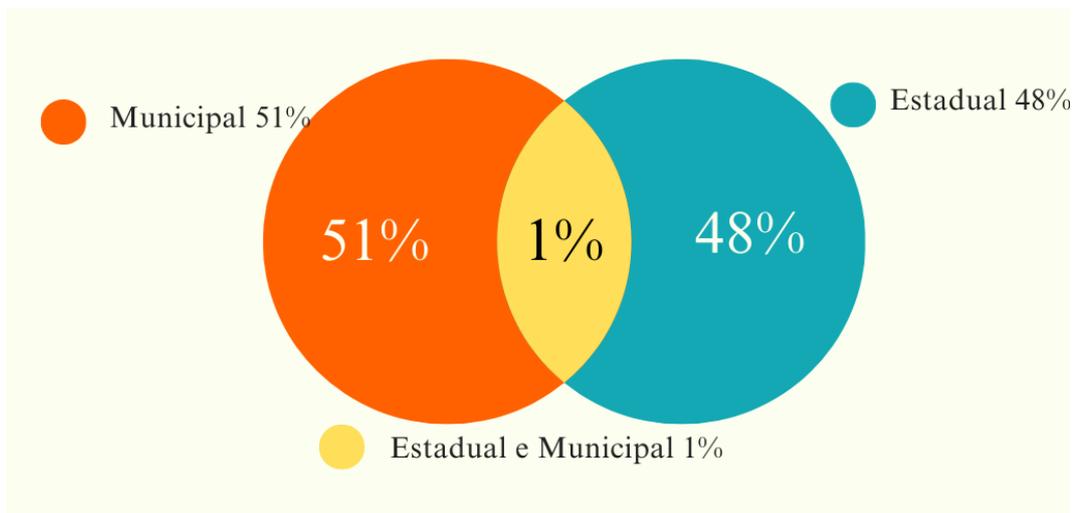
Dando importância a problemática da presente pesquisa, foram analisadas as seguintes questões: Dentre as várias seções do questionário, para a presente pesquisa, optou-se por um recorte do estado de Minas Gerais e os dados referentes às seguintes questões: Quais os pontos fortes/benefícios do programa PDDE? Quais as limitações/dificuldades do programa PDDE? Considerando sua experiência/conhecimento, indique quais os aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE? O quanto os recursos dos programas do PDDE cumprem com o objetivo de oferecer assistência financeira para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola?

Com a intenção de conhecer um pouco sobre os participantes mineiros, a partir das informações extraídas do questionário aplicado aos gestores escolares/profissionais da educação que participaram das ações do Cecampe-Sudeste, foi possível fazer um mapeamento do perfil dos participantes do estado de Minas Gerais.

4.1. Perfil dos participantes do estado de Minas Gerais

Os dados analisados representam o perfil de 225 participantes do Estado de Minas Gerais que responderam ao questionário da pesquisa. A análise dos dados no que se refere à rede de ensino que atuam, apontam que:

Gráfico 1 - Vínculos com Escolas

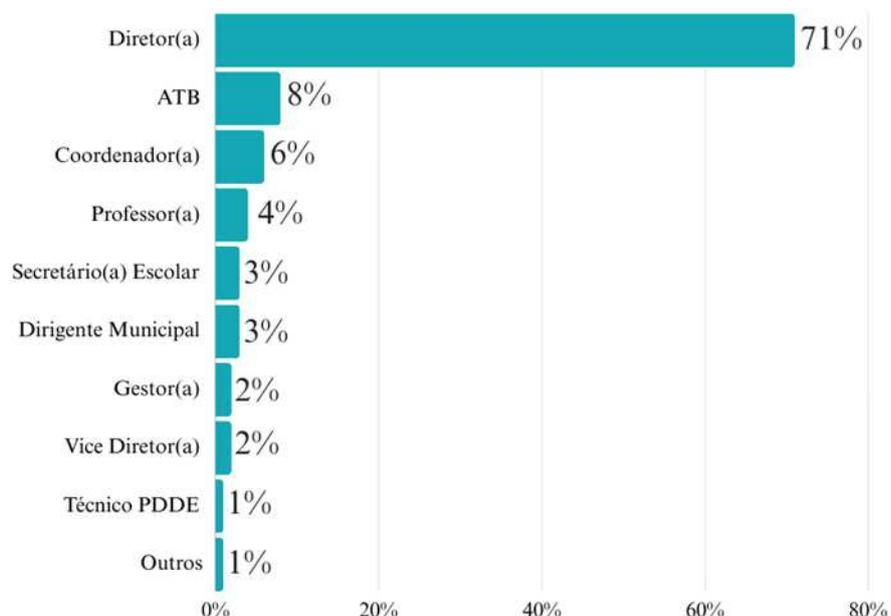


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário (2023).

A análise dos dados no que se refere ao vínculo com as escolas, aponta uma quantidade aproximada de participantes das redes estadual e municipal, sendo 115 profissionais da rede municipal e 107 da rede estadual.

Em relação à função/cargo que os participantes atuam nas escolas, os dados do questionário mostram que:

Gráfico 2 - Função/cargo que atuam nas escolas

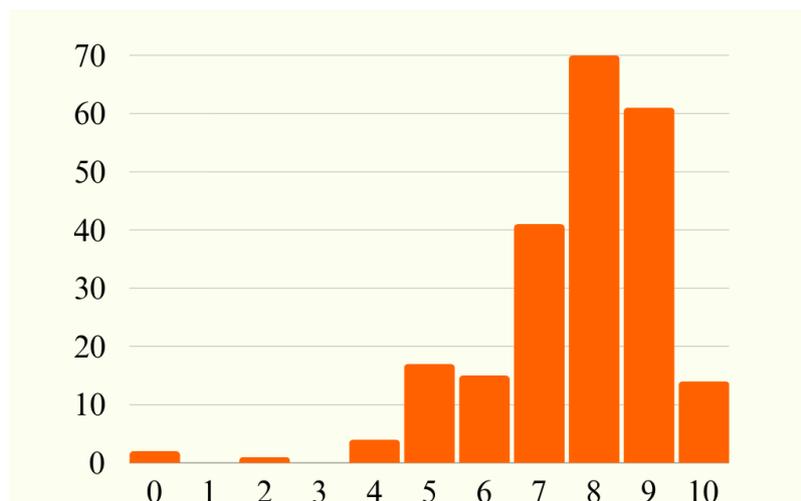


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário (2023).

Por meio do gráfico, constata-se que dos 225 participantes, 159 eram diretores escolares, seguido de 19 que ocupam o cargo de assistência técnica de educação (ATB), 13 com a função de coordenador(a), 7 secretários(as) escolar(es), 6 dirigentes municipais, 5 gestores e 4 vice diretores(as). Isso pode ser explicado pelo fato desses profissionais se ocuparem de maneira mais direta com o planejamento e execução dos recursos que chegam até a escola através do PDDE Básico e suas Ações Integradas. Esse aceite de convite por parte dos diretores escolares é bastante expressivo, podendo ser entendido devido aos desafios impostos frente à gestão financeira do programa.

Quando questionados se conheciam o PDDE, de 0 (zero) e 10 (dez), sendo a nota 0 se não conhece NADA sobre o PDDE e a nota 10 se conhece TUDO sobre o PDDE, obteve-se o seguinte panorama:

Gráfico 3 - Conhecimento sobre o PDDE Básico



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário (2023).

Com relação a esse quesito, 70 respondentes atribuíram nota 8, considerando que possuem um bom conhecimento sobre o PDDE. Considerando que os respondentes participaram das ações do Cecampe-Sudeste, justifica-se esse percentual elevado pois muitas foram as ações de formação presencial e virtual realizadas com o intuito de desenvolver ações de pesquisa, ensino e extensão para o apoio, manutenção e melhoria da gestão das escolas contempladas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) da região sudeste do país. O Cecampe-Sudeste organizou na primeira edição (2020-2022) várias ações tendo como foco a formação continuada de gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada dos recursos do PDDE, por meio de diferentes ambientes de aprendizagem, com cursos *in loco* e na modalidade EaD.

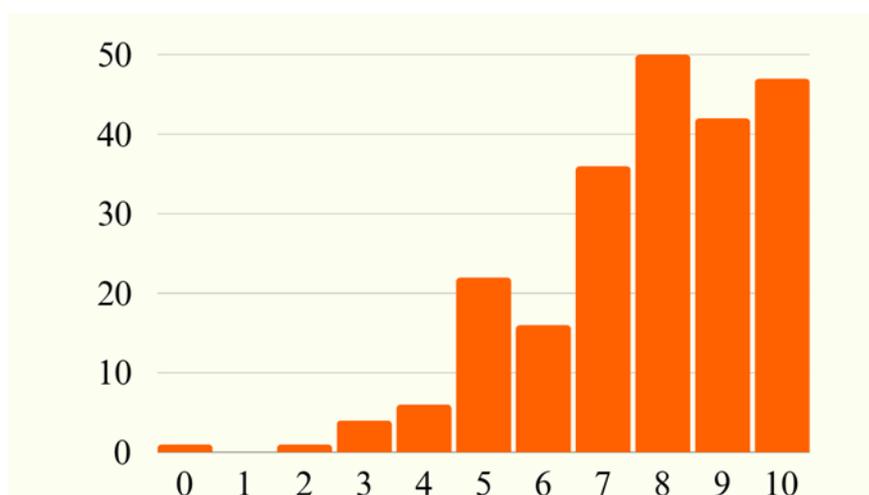
Mas, cabe refletir sobre o grau de conhecimento que esses sujeitos apresentam com relação ao Programa. Isso porque, ele conta com um arcabouço, podendo ser complexo para alguns, de leis, normas, resoluções, portarias e passos a serem seguidos, o que exige disposição, entrega e estudos constantes para estar a par de todas os conhecimentos exigidos para um bom processo de adesão, execução e prestação de contas.

A seguir, serão apresentados dados do questionário acerca das experiências de implementação do Programa Dinheiro na Escola (PDDE) em Minas Gerais, a partir da ótica dos gestores escolares/profissionais da educação que participaram das ações do Cecampe-Sudeste.

4.2. Experiências de implementação do Programa Dinheiro na Escola (PDDE) em Minas Gerais

Quanto ao planejamento e execução do PDDE, foi questionado aos participantes sobre a participação dos membros da comunidade escolar, sendo a nota 0 quando não há nenhuma participação dos membros da comunidade escolar e a nota 10 quando há uma efetiva e completa participação da comunidade escolar. Os dados evidenciaram que:

Gráfico 4 - Participação da comunidade no planejamento e execução do PDDE



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário (2023).

Em relação ao envolvimento da sociedade, os dados mostram 50, dos 225 respondentes, atribuiu nota 8, considerando que a comunidade escolar tem uma participação efetiva no espaço da escola.

As informações disponibilizadas pelo questionário e apresentadas de maneira mais visual pelo gráfico, remete ao entendimento que nas escolas de Minas Gerais, as quais houveram representantes na pesquisa do Cecampe, o envolvimento da comunidade escolar é relevante pelas 47 notas “10” atribuídas ao quesito.

Essa participação efetiva no espaço da escola, além de se conceber como exercício de cidadania, também se constituiu como elemento importante para o fortalecimento da gestão democrática, ao oportunizar que as várias vozes sejam ouvidas. À medida que os pais, professores e funcionários opinam sobre as demandas da escola, maior será a transparência da utilização das verbas.

Nesse sentido, a gestão dos recursos do PDDE pelas escolas precisa ter habilidade para saber lidar com “fatores contextuais e culturas profissionais de cada sujeito da comunidade escolar, pois estes trazem histórias, experiências, valores e propósitos que são determinantes para que a política seja atuada” (Araújo, 2022, p.130).

recurso n= 41; pedagógico n= 36; PDDE Qualidade n=34; auxiliar n= 26; PDDE Estrutura n= 26; projeto n= 21.

Em consonância com as respostas fornecidas pelos entrevistados e pela observação da nuvem de palavras, verifica-se que o PDDE Básico e suas Ações Integradas (PDDE Estrutura e PDDE Qualidade) são reconhecidos como importante suporte financeiro para as escolas beneficiadas, tendo como foco o aspecto pedagógico da escola e a melhoria da qualidade do ensino, como sinaliza uma amostra aleatória de dez dos depoimentos:

Quadro 8 – Registros escritos sobre os pontos fortes/benefícios do programa PDDE

Registros escritos
Os recursos e programas contribuem muito no processo de ensino e aprendizagem para os alunos.
Os recursos são muito importantes para adquirir o necessário para o andamento da escola e proporcionar uma qualidade ao trabalho.
Apoio financeiro às necessidades da escola.
As três modalidades do PDDE são de extrema importância para melhoria da qualidade de ensino com atividades e projetos pedagógicos, além da acessibilidade para alunos com necessidades educacionais.
Ponto forte é a possibilidade de fazer pequenos reparos e compras de alguns produtos que contribui para o bom andamento da escola.
Com [os recursos do] PDDE BÁSICO conseguimos uma certa autonomia para amparar a escola em materiais e serviços que nem sempre a prefeitura consegue disponibilizar em tempo ágil. Com o PDDE ESTRUTURA conseguimos construir rampa de acessível à quadra de esportes e banheiro acessível.
O programa permite a solução rápida dos pequenos problemas que a escola enfrenta, principalmente no que se refere aos pequenos reparos.
Apoiar a escola em projetos fundamentais para o desenvolvimento dos alunos
O PDDE Básico é uma fonte suplementar importantíssima para o desenvolvimento dos projetos pedagógicos, influenciando na qualidade da educação ofertada. O PDDE Estrutura incentiva as escolas a se adequarem às necessidades específicas de suas comunidades, alertando para a necessidade de inclusão arquitetônica. Os programas do PDDE qualidade tem grandes potenciais e ajudam em fragilidades específicas da unidade.
Para todas as modalidades do PDDE pontuo a simplicidade e agilidade da análise na documentação de prestação de contas, sem muita burocracia e a novidade de comprar pela internet e, no caso do PDDE Básico, o uso do cartão, facilita a aplicação do recurso de forma mais rápida.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário (2023).

Os registros acima confirmam que os recursos financeiros repassados através do PDDE são essenciais para que o cotidiano escolar possa acontecer e contribuir para a melhoria da educação. Com a disponibilidade das verbas, é possível adquirir além de materiais, a melhoria física e pedagógica da escola. Ainda mais, efetivam a parceria entre escola e comunidade, assegurando assim o exercício da cidadania e autonomia. Sobre isso, Weinna (2022, p.17), afirma que os programas educacionais cumprem relevante papel social, pois têm como finalidade a concretização de direitos e melhorias institucionais”.

O desenvolvimento pedagógico da escola também está em destaque nos depoimentos, uma vez que os recursos oportunizam a possibilidade de compra de itens de uso direto dos alunos e da contínua manutenção do espaço escolar. Fica evidente que as verbas tanto do PDDE Básico e as Ações Integradas ajudam a resolver, de maneira mais ágil, pequenos reparos.

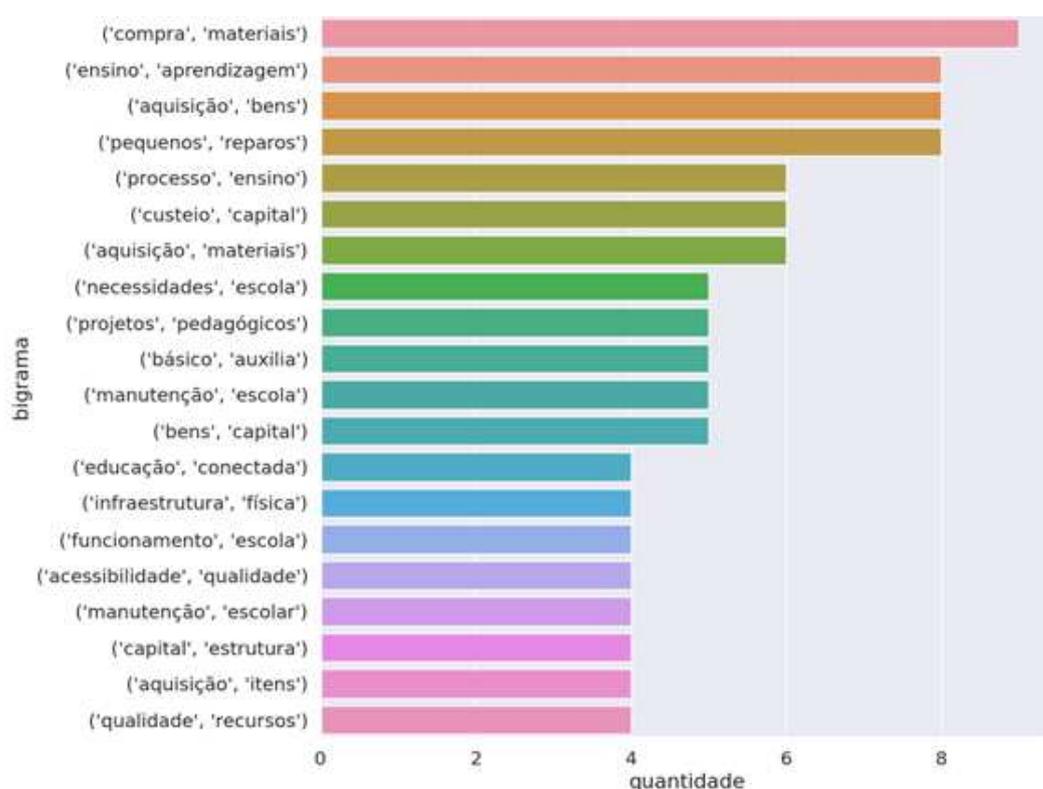
Importante asseverar que os recursos financeiros empregados na educação pública no Brasil, apesar de serem mínimos, exigem um certo padrão de qualidade no processo de ensino-aprendizagem. Os recursos públicos destinados para a educação estão previstos na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 212 estabelece que a União aplicará, anualmente, 18%, e os Estados, os Municípios e o Distrito Federal 25% no mínimo, das suas receitas oriundas da receita dos seus impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1988). Cabe destacar que tal percentual é “mínimo” e não um teto máximo, o que justifica a ampliação de tais recursos, caso esse “mínimo” não atenda às reais necessidades da escola. É relevante apontar que os valores transferidos para as unidades escolares públicas e particulares sem fins lucrativos de educação especial estão defasados em relação ao aumento inflacionário do país, para que assim essas verbas possam realmente atender às demandas mais urgentes.

Para os autores Viana e Camargo (2021, p. 9), o debate sobre os recursos financeiros para a educação pública não é recente e que muitos estudos mostram que os investimentos são ínfimos e as escolas, diante dessa insuficiência acabam por realizar “práticas de arrecadação local (de diferentes maneiras, seja pela realização de eventos arrecadadores na forma de festas, bingos, rifas, etc.; seja pelo estabelecimento de uma contribuição voluntária por parte das famílias)”. Portanto, fica evidente que as escolas precisam se desdobrar para fazer com que a renda disponível para os investimentos necessários para melhorar a qualidade do processo de ensino possa ocorrer e garantir o funcionamento diário das mesmas.

Analisando essas mesmas respostas a partir de um Bigrama⁹ das palavras que aparecem mais frequentemente nas repostas do questionário referente aos pontos fortes/benefícios do programa PDDE, obteve-se o seguinte indicador:

⁹ Bigramas são janelas de duas palavras que aparecem em conjunto, uma ao lado da outra.

Figura 6 - Bigrama - pontos fortes/benefícios do programa PDDE



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário (2023).

Assim, destaca-se a importância do financiamento para a escola, dentre eles os recursos de caráter suplementar como os repassados por meio do PDDE para as escolas públicas, uma vez que trazem como benfeitorias: “compra de materiais”, “aquisição de bens”, “pequenos reparos”, “necessidades da escola”, dentre outros aspectos evidenciados na Figura 6.

Dessa forma, o Programa federal apresenta pontos positivos, sendo fundamentais para as escolas (municipais, estaduais e particulares de educação especial sem fins lucrativos) por enviar os recursos sem intermediários, podendo ser utilizado de acordo com as necessidades físicas e pedagógicas da escola, visando principalmente uma melhor qualidade do ensino. Uma parcela considerável desses recursos volta-se para o funcionamento do dia a dia da escola.

Adicionalmente, o PDDE Básico e suas Ações Integradas foram criados para transferir de maneira menos burocrática, e mais rápida, recursos financeiros e, conseqüentemente, auxiliando o movimento pela democratização das escolas beneficiadas, convidando a sociedade civil “comum” a participar na fiscalização, planejamento e aplicação do dinheiro público. Como resultado a ser alcançado, espera-se

A limitação dos programas se dá pela burocracia de prestação de contas. A compra de itens pequenos não é viabilizada pelos programas devido à dificuldade de orçamentos.
No PDDE Básico o uso somente do cartão dificulta a contratação de alguns serviços, considerando que para caso de saques, o município não conta com agência do Banco do Brasil, e muitas vezes o prestador não tem opção de recebimento por cartão.
A verba do PDDE Estrutura veio muito pouca e não veio o dinheiro para todo o planejamento escolar para esse fim.
Tem que se ter muita atenção e cuidado nas aquisições, separando a porcentagem certa do que é capital e do que é custeio para evitar erros nas aplicações da verba.
Limitação nas aplicações das ações/não dá autonomia para mudar as tarefas.
Nem sempre é possível adquirir ou realizar tudo conforme o planejado.
O recurso as vezes é insuficiente para os projetos pedagógicos da escola.
Na minha opinião, aumentar o valor do custeio.
No PDDE Qualidade, o recurso ser apenas de custeio.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário (2023).

Os registros destacam algumas limitações e dificuldades do PDDE, dentre elas a “burocracia” durante as etapas de adesão, execução e prestação de contas. Sobre a burocracia, Viana (2020) assevera que embora os recursos transferidos podem representar uma ação favorável ao exercício da gestão democrática na escola, ao controle social e a maior participação e autonomia escolar, “por outro lado, podem acarretar aumento da burocracia escolar e esvaziamento do compromisso do Estado para com a manutenção da escola, nos parâmetros que ela necessita” (145).

Estudos de Marinheiro (2016), Mafassoli (2017) e Viana (2020), também coadunam com a tese de que os recursos descentralizados são repassados por meio de uma autonomia “relativa” para a escola, uma vez que são destinados para rubricas específicas de capital e custeio, com demandas que muitas vezes cerceiam o planejamento e a operacionalização dos projetos pedagógicos, considerando que “os recursos são insuficientes para garantir os insumos necessários para uma educação com qualidade social” e podem acarretar como desdobramentos processos de “responsabilização e da burocracia” por meio das “imposições legais e burocráticas”, em especial durante a etapa de prestação de contas (Viana, 2020, p. 184).

Dentre os aspectos apresentados pelos participantes, evidencia-se também que, apesar do Programa ter a função de dar suporte financeiro às escolas públicas estaduais, municipais, do Distrito Federal e particulares sem fins lucrativos, o montante dos recursos a ser repassado é considerado insuficiente para atender todas as demandas, desde as consideradas mais urgentes.

Uma das reclamações gira em torno da divisão entre custeio e capital, que é definida no ano anterior, de acordo com o planejamento escolar. Agora, caso isso não ocorra, é determinado de maneira automática, de acordo com os parágrafos 4º

da Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, que para as escolas públicas com UEx, fica destinado 80% em recursos de custeio e 20% para recursos de capital. Para as EM, fica 50% para custeio e os outros 50% para capital. Agora, caso as escolas públicas tenham até 50 estudantes matriculados na educação básica que não possuem UEx, o recurso somente é destinado para gastos relacionados ao custeio.

Mesmo com o reajuste de 48% do valor fixo determinado pela Resolução 5, de 18 de abril de 2023, os valores transferidos pelo Programa ainda são insuficientes para atender às reais necessidades da escola pública brasileira, mas são relevantes para, ao menos, manter o funcionamento delas em condições mínimas. O PDDE é um importante instrumento de transferência de recursos, porém, modificações precisam ser realizadas, principalmente no tocante ao valor da quantia disponibilizada, que deveria ser voltada para a realidade de cada escola beneficiada e não somente pelo número de alunos e a sua localização para os cálculos.

Outra questão levantada é a não flexibilização para modificar, ao longo do ano, o planejamento do percentual gasto entre custeio-capital programada pela escola antecipadamente, sendo esse aspecto mencionado como um fator dificultador por alguns participantes, como pode ser visto na amostra das respostas: “*Valores de custeio e capital pré-determinados com muita antecedência*”; “*Mudar as metas de custeio e capital depois que se faz a escolha*”; “*Limitação do uso de valores de acordo com a porcentagem destinada a cada tipo de aquisição (custeio/capital)*”.

A alegação dos respondentes é justamente de não ter a flexibilidade, no ano vigente ao uso dos recursos, de não poder realizar as mudanças necessárias nesses percentuais para atender às demandas que não foram previstas no planejamento para o gasto das verbas. Isso acaba por engessar a atualização do dinheiro o que resulta em uma falsa ideia de autonomia por parte da gestão e da comunidade escolar.

Outro aspecto que aparece de forma recorrente refere-se à dificuldade em identificar os itens e serviços que podem ser adquiridos com o recurso do custeio e os itens que são classificados como capital, de acordo com as recomendações das normas e regras do programa, o que resulta em insegurança na aplicação das verbas, “*Separar custeio e capital*”; “*Insegurança na distinção entre capital e custeio considerando novos itens que não constam no manual*”.

Na tentativa de dirimir as dúvidas relacionadas a essa dificuldade, o MEC disponibiliza, via internet, um Guia de Execução de Recursos do PDDE para auxiliar os gestores e as equipes para o uso adequado dos recursos de custeio e capital. Segundo o

Guia, a Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional, são documentos que servem de referência para auxiliar na classificação das aquisições em material de consumo e em material permanente. Segundo o Guia:

material de consumo é aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos. Já o material permanente é aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos. (FNDE, 2023, p. 28).

De acordo com as orientações do FNDE, as escolas podem escolher o percentual que desejam receber para cada categoria, por meio do sistema PDDEWeb. Mas, caso a escola não faça a escolha, os recursos serão repassados automaticamente, sendo 80% para custeio e 20% para capital (FNDE, 2023).

Outro fator apontado pelos participantes refere-se às dúvidas de acesso com a conta aberta exclusivamente no Banco do Brasil para o recebimento dos recursos do PDDE, o que também foi apontado como uma atividade burocrática do Programa: *“O Banco do Brasil é muito burocrático para nos auxiliar quando temos problemas para acessar as contas, as orientações e soluções dos problemas pelo Banco são falhas”*; *“A dificuldade no Banco do Brasil”*; *“No PDDE Básico o uso somente do cartão dificulta a contratação de alguns serviços, considerando que para caso de saques, o município não conta com agência do Banco do Brasil e muitas vezes o prestador não tem opção de recebimento por cartão”*.

Os entraves verificados com relação ao Banco do Brasil estão relacionados, em grande parte, à falta de preparo dos funcionários para lidarem com os assuntos do PDDE, ao processo de abertura de contas, sobre os documentos exigidos para a abertura de conta, problemas de acesso ao sistema bancário e falta de um canal online para resolver as dúvidas e pendências com maior agilidade.

Para tentar atender a esses usuários, o FNDE também desenvolveu o *Guia de Relacionamento com o Banco do Brasil – BB*, disponível no site do FNDE. O guia é composto pelas perguntas com maior frequência e suas respectivas respostas. Ademais, disponibiliza a cartilha *“Orientações para uso do Cartão PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola”*, com o objetivo de facilitar o entendimento sobre a utilização do cartão e tranquilizar quanto ao momento de utilizar os recursos da conta. Esse material pode ser encontrado, assim como o anterior, no site do FNDE. Esse cartão, chamado Cartão PDDE é um cartão de débito para uso no território nacional, no âmbito do PDDE, cujo objetivo

é possibilitar pagamentos de bens, materiais e serviços nos estabelecimentos comerciais, por meio de máquina leitora de cartão magnético. Também pode ser usado para realização de: transferências de valores para contas do Banco do Brasil (conta corrente e poupança); transferências de valores para contas de outros bancos (DOC e TED); emissão de Ordem de Pagamento, em favor de pessoas que não possuem conta bancária; e saques em terminais de autoatendimento do Banco do Brasil, considerando os limites e condições estabelecidas pelo art. 5º da Resolução CD/FNDE nº 6, de 27 de fevereiro de 2018 (FNDE, 2017).

Mais um ponto que merece destaque é a dificuldade em encontrar fornecedores que atendam às exigências do Programa e a quantidade orçamentária exigida. *“A dificuldade é fazer a pesquisa e preços”*; *“A dificuldade de todos os PDDE é que nem sempre conseguimos empresa que queira participar da pesquisa de preço e fornecer a documentação necessária para compra das aquisições”*.

Apesar do PDDE ser um programa que facilita a chegada do dinheiro para a aquisição de determinados materiais de forma menos burocrática, não é bem isso que se pode constatar nos relatos descritos no questionário.

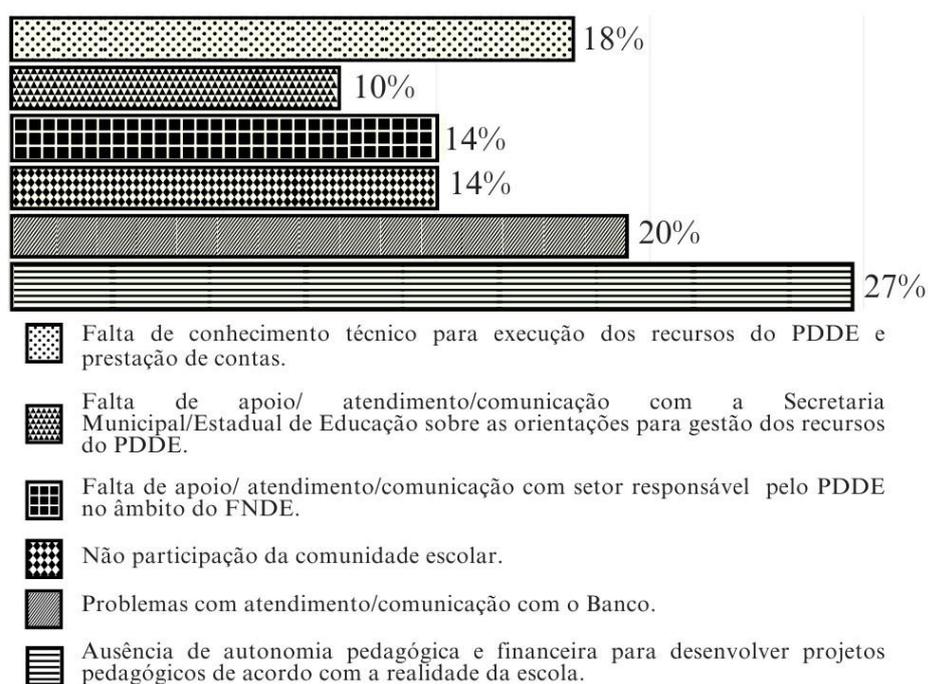
Sobre o processo para a realização das compras, as exigências estão descritas na Resolução CD/FNDE nº 9, de 02 de março de 2011, esclarecendo que é de responsabilidade das unidades escolares realizarem a pesquisa de preços, no mínimo com três orçamentos dos produtos, ou dos prestadores de serviços. A proposta a ser escolhida deve ser vantajosa e já incluir os todos os valores referentes a taxas, impostos e fretes, seguros, dentre outros encargos que possam exonerar os preços. Também é preciso ficar atento, que conforme a referida Resolução, no 3º parágrafo, alerta que se evite realizar essa cotação nos mesmos lugares e com os mesmos prestadores de serviços. O registro em ata da prévia de preços deverá ser apresentado no momento da prestação de contas, garantindo assim a preferência pelo menor preço encontrado no mercado e não pela preferência de fornecedor ou até mesmo de marcas.

Outros levantamentos, mas com uma menor frequência, conforme constatado pelo *software* Iramuteq, são referentes às compras com cheque, a burocracia para realizar compras pela internet e em grandes redes varejistas que podem ofertar um valor mais acessível em comparação ao comércio local. Sobre esse ponto, uma das intenções do FNDE é a de incentivar as compras no comércio local, como uma maneira de fomentar a circulação de dinheiro e assim contribuir com o fortalecimento dessas instituições. Ademais, as compras realizadas na mesma cidade otimizam os gastos com fretes, evitam

atrasos nas entregas e possíveis trocas, o que acarreta em um tempo maior para conseguir utilizar o que foi adquirido.

Quando questionados sobre os aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE, obteve-se o seguinte panorama:

Gráfico 5 - Aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário (2023).

Para responder a indagação, os colaboradores tinham à disposição seis itens para analisar e marcar aqueles que mais condiziam com os aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE. O gráfico gerado a partir da quantificação das respostas permite elucidar que por mais que o Programa possibilite que a escola e seus membros tenham autonomia na execução dos seus recursos financeiros, para 79 dos que colaboraram com o questionário, isso não condiz com a realidade vivenciada por eles no espaço escolar. Outro fator que pode estar interligado com a dificuldade da gestão dos recursos é com relação à construção do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolares públicas inseridas no estado mineiro.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico específico de cada unidade de ensino, constando as diretrizes pedagógicas, operacionais e organizacionais, que instruem as suas práticas e ainda consta os Projetos Escolares, o

Regime Escolar, conforme exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

O PPP, como ele é conhecido, contempla também os objetivos para o processo de ensino-aprendizagem dos discentes e os caminhos a serem trilhados para alcançar os resultados pretendidos, alinhados às diretrizes da Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG. A construção desse documento, conta com a participação da comunidade escolar, fortalecendo os laços entre escola e comunidade, conferindo um caráter particular a cada um dos documentos de cada unidade de ensino.

No caso das escolas estaduais e municipais do estado de Minas Gerais, o governo disponibiliza um modelo, já pronto, para que cada escola somente faça o preenchimento de dados específicos, podendo ser mais uma das causas de dificuldades de gerir os recursos advindos com o PDDE Básico e suas Ações Integradas, por não ter sido elaborado de acordo com as particularidades das unidades escolares.

A participação do PDDE Básico e suas Ações Integradas no universo escolar trouxe, além de certos benefícios já mencionadas anteriormente, como também uma sobrecarga sobre a figura do diretor(a) escolar onerando a sua demanda de trabalho diário, o que resulta em uma possível perda de autonomia. Essa constatação negligência um dos objetivos desse programa de cunho federal, *“Excesso de demandas sobrecarregando o gestor escolar, falta de pessoal qualificado para ajudar de maneira efetiva no planejamento e execução dos recursos do PDDE e demais recursos financeiros da Caixa Escolar”*.

Ainda há que se considerar que se não tem recurso suficiente, não há autonomia. Assim é necessário expandir as verbas ofertadas, redimensionar as normas que regem a aplicação desses recursos para que o Programa possa contribuir no sentido de potencializar a educação pública do país.

Outra situação assinalada por 31 funcionários, tido como intrincado, refere-se a falta de comunicação dos gestores educacionais com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação. A mesma questão foi referenciada por 41 participantes, agora em relação a falta de comunicação considerável com o FNDE para lidar com as possíveis dúvidas relacionadas ao PDDE.

Sobre esses fatos é importante destacar mais uma vez, as ações dos Cecampes, estrategicamente localizados nas cinco regiões do país, que em parceria com o FNDE/MEC realizam a implantação e criação de programas de apoio e formação visando a uma maior qualificação para a atuação dos familiares dos alunos e da equipe escolar

para a execução de práticas apropriadas. Os cursos podem ser disponibilizados de modo virtual ou presencial, enriquecendo as ações desses profissionais e familiares através da troca de informações e ampliação do conhecimento. Por tratar de uma formação não obrigatória, é possível encontrar com gestores de recursos que não participam a contento, mesmo não acarretando nenhum ônus, *“Falta de obrigatoriedade de curso para o gestor e divulgação, pois se ele não divulgar e assinar ninguém fica sabendo que a escola teve a oportunidade do projeto, mas por falta de interesse do gestor a escola inteira é prejudicada”*.

Somando-se a isso, outro fator que causa impacto negativo é a falta de conhecimento técnico para lidar com a execução dos recursos do PDDE e prestação de contas. Nesse sentido, a expectativa diante da oferta dos cursos de formação e capacitação citados acima, é que eles tragam benefícios para o refinamento das ações nas rotinas da escola e, por conseguinte, melhorem a atuação da gestão rumo ao alcance dos seus objetivos planejados previamente, *“Capacitação da equipe pedagógica no âmbito Estadual e Municipal”*; *“Cursos de formação continuada para prestação de contas”*.

O não envolvimento da comunidade escolar nas ações da escola, também foi pesado para 31 do número total de participantes. É sabido que a comunidade escolar tem um lugar de destaque na gestão das políticas públicas, outorgada pelo PDDE, podendo participar e gerenciar os recursos financeiros através das UEx. Mas para isso, faz-se necessário que se empenhem para participar das reuniões nas quais são discutidos assuntos relacionados aos orçamentos, à aquisição de novos itens, a prestação de contas e as prioridades na aplicação das verbas, de modo a beneficiar os estudantes como um todo e não somente uma parcela.

Outro fato negativo para 58 dos respondedores, é o motivo do Banco do Brasil não prestar um bom atendimento, considerando os seus serviços inócuos. Uma das ocorrências registradas é sobre a utilização do Cartão PDDE e a movimentação da conta.

Para auxiliar nesses e outros apontamentos, o *“Guia de Relacionamento com o Banco do Brasil – Programa Dinheiro Direto na Escola”* está disponível no sítio do FNDE para consulta sempre que for necessário. Além disso, está à disposição um vídeo instrucional, que traz informações de como utilizar o BB digitalmente.

No quadro a seguir, uma amostra de alguns depoimentos sobre os aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE:

Quadro 10 – Registros escritos sobre os aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE

Registros escritos
Iniciamos a gestão com o caixa escolar bloqueado. Até o presente momento poucas ações puderam ser realizadas.
Falta de obrigatoriedade de curso para o gestor e divulgação, pois se ele não divulgar e assinar ninguém fica sabendo que a escola teve a oportunidade do projeto, mas por falta de interesse do gestor a escola inteira é prejudicada
Capacitação da equipe pedagógica no âmbito Estadual e Municipal
Muitas contas e separação de capital e custeio
Dificulta muito realmente é ter a obrigação de fazer e apresentar estes três orçamentos
Apenas em caso de pagamentos de boletos, a conta não aceita esse tipo de pagamento
A disponibilidade de encontrar o que precisamos.
Na nossa comunidade não possui comércio e empresas.
dificuldades em todos os PDDE são a quantidade de formulários que precisam ser preenchidos além do que já está previsto na Resolução vigente, isso dificulta, toma muito tempo e é extremamente desnecessário para a prestação de contas
Falta de alinhamento de orientações federais e estaduais para um a prestação de contas que possa ser executada de forma semelhante para os recursos de origem estadual ou federal.
Empresas que atendam a demanda de material
Dúvidas sobre materialidade a ser considerada no âmbito do PDDE
Cursos de formação continuada para prestação de contas.
Muitas mudanças na forma de executar o recurso.
A questão de como gastar o dinheiro com o capital.
Recurso com baixo valor, principalmente para aquisição de bens permanentes; limitação devido questões burocráticas como certidões negativas.
Não poder ser usado para outros fins conforme a necessidade da escola.
Dificuldade orçamentária.
Às vezes preciso comprar um item, mas não é permitido
A dificuldade em conseguir fornecedores que emitam as cotações dos produtos desejados.
Falta de interesse de alguns comércios em estarem participando do processo de cotação. Demora na liberação da execução do programa (com dinheiro em conta).
A licitação poderia ser mais objetiva, visando a compra de material com melhor qualidade.
Necessidade de registro em Cartório da documentação necessária com alto custo.
Excesso de demandas sobrecarregando o gestor escolar, falta de pessoal qualificado para ajudar de maneira efetiva no planejamento e execução dos recursos do PDDE e demais recursos financeiros da Caixa Escolar.
Burocracia para orçamentos e compras.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário (2023).

O processo de prestação de contas é apontado como umas das dificuldades, devido ao montante de documentos, dentre eles, as notas fiscais e a quantidade de formulários que precisam ser preenchidos e entregues, “*Falta de alinhamento de orientações federais e estaduais para uma prestação de contas que possa ser executada de forma semelhante para recursos de origem estadual ou federal*”; “*Cursos de formação continuada para prestação de contas*”.

Por se tratar de um recurso público, a prestação de contas é um momento crucial a ser realizado para a garantia do recebimento das verbas para o ano seguinte. Essa etapa consiste na apresentação do que feito com os recursos que foram transferidos em um prazo determinado, zelando pela transparência. Caso seja observado alguma

irregularidade, os recursos serão cancelados por um período determinado pelo FNDE, até a sua regularização. Para agilizar o processo foi desenvolvido o SIGPC – Sistema de Gestão de Prestação de Contas, que pode ser acessado pelos gestores e técnicos para a inserção dos dados exigidos que possam comprovar os gastos.

Um dos obstáculos que podem atrapalhar o sucesso nessa etapa, é sobre a necessidade de guardar todos os extratos de pagamentos bancários, as movimentações do dinheiro e todos os comprovantes de pagamentos realizados ao longo do ano. Acrescidos a isso, tem-se a problemática com a obrigatoriedade da presença dos orçamentos que comprovem a pesquisa de preços e ainda o registro em ata dos valores encontrados, conforme já mencionado anteriormente. Nem sempre as empresas atendem a todos os requisitos de registros e nem fornecem todos os documentos comprobatórios exigidos.

Por fim, ainda pode-se acrescentar, que o processo de prestação de contas exige certos conhecimentos contábeis que não fazem parte do currículo de formação pedagógica dos gestores escolares. Essa deficiência também pode contribuir para que ocorra falhas na execução, o que recairá sobre o gestor, que deverá responder sobre isso. Soma-se a isso, o não interesse das empresas em participar fornecendo as documentações obrigatórias, *“Falta de interesse de alguns comércios em estarem participando do processo de cotação”*.

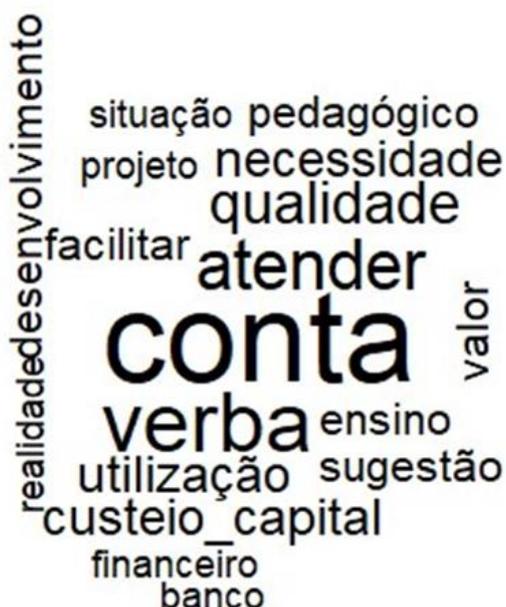
Ainda merece atenção o fato dos gestores e outros funcionários que lidam com o PDDE Básico e suas Ações Integradas não terem a obrigação de participar de cursos de formação e de capacitação. *“Falta de obrigatoriedade de curso para a gestão e divulgação, pois se ele não divulgar e assinar ninguém fica sabendo que a escola teve a oportunidade do projeto, mas por falta de interesse do gestor, a escola inteira e prejudicada”*; *“Capacitação da equipe pedagógica no âmbito Estadual e Municipal”*.

O PDDE Básico oferece a possibilidade de as escolas terem acesso ao dinheiro de forma mais direta, utilizá-lo e ainda fiscalizar o processo. Nessa perspectiva, para a autora Lins (2022, p. 29) *“o diretor (responsável direto) precisa aprender a administrá-lo de forma democrática para servir aos propósitos pedagógicos da escola, tarefa nem sempre simples, pois depende de saberes administrativos específicos”*.

Dessa forma, cabe ao diretor escolar a busca por formações mais específicas que possam proporcionar o conhecimento necessário para lidar com as demandas administrativas. É nesse momento que os Cecampes podem auxiliar esses gestores e também as equipes pedagógicas no sentido de alcançarem a capacitação e qualificação.

Por fim, a interrogativa “Gostaria de deixar algum comentário, crítica, sugestão, etc?”, os respondentes tiveram a oportunidade de opinar para a melhoria do Programa escrevendo suas ideias e pensamentos. As principais menções estão em destaque na nuvem de palavras gerada.

Figura 8 – Nuvem de palavras – Comentários, críticas e sugestões sobre o PDDE



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário do IRaMuTeQ (2023).

Nessa nuvem de palavras, os vocábulos localizados mais no núcleo central são conta n=18; verba n=11 e atender n=9.

Uma grande parcela relacionada a essa questão está ligada à conta e ao atendimento via Banco do Brasil. “Melhor atendimento o banco responsável pelo programa”; “Temos uma dificuldade imensa quanto ao atendimento no Banco do Brasil por parte e de quem nos atende”; “Simplifiquem as contas e o uso do PDDE e passem as contas para a Caixa Econômica Federal, que resolve tudo via internet e fornece um grande suporte quando precisamos”.

Como já foi destacado a respeito dos obstáculos encontrados para ter acesso às informações pertinentes ao Programa, via Banco do Brasil, em sua tese de doutorado, Viana (2020) esclarece que os problemas de relacionamento com o Banco devem ser repassados ao FNDE, para que este órgão federal possa intervir e resolver os problemas de comunicação apontados.

Por fim, vale destacar que, em consequência de algumas complicações para a utilização da verba, de acordo com as respostas do questionário, uma administração mais autônoma ainda não está concretizada no cotidiano das práticas escolares. Isso porque a burocracia esbarra até no momento da compra de itens que são de necessária urgência atendendo às reais demandas das instituições, *“Que o PDDE possa ser gasto de acordo com a necessidade da escola, sem separar custeio e capital”*; *“Possibilidade de adquirir materiais de sites da internet”*; *“Ainda que a verba seja destinada à realidade da escola para assim atender à necessidade da escola”*.

Ainda de acordo com alguns participantes, a gestão escolar precisa urgentemente de apoio técnico e formação para facilitar a execução dos recursos financeiros. *“Precisamos de mais capacitação sobre ações do PDDE. A última capacitação que participei no campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, promovida pelo Cecampe, foi maravilhosa. Aprendi muito”*.

Sobre um canal de comunicação para sanar as possíveis dúvidas a respeito da execução do Programa, a falta de atendimento pelo FNDE por canais diferenciados. *“Dificuldade de comunicação com o FNDE”*; *“Falta de atendimento no FNDE através de telefones, agora somente por FALE CONOSCO”*.

Por meio de pesquisas desenvolvidas, é possível elaborar e implantar projetos de intervenção que ajudam em ações que podem contribuir para a eliminação dos entraves que possam, de uma certa maneira, comprometer o uso do dinheiro e, conseqüentemente, da avaliação do Programa. Sem contar que uma parcela dos cursos pode ser realizada de maneira online, facilitando o acesso e a busca de conhecimento onde quer o profissional esteja.

Em suma, depois de ler todas as respostas que foram registradas no questionário e também de observar as nuvens de palavras e os gráficos construídos, pode-se entender que para uma considerável parcela dos sujeitos que lidam direta e indiretamente com o PDDE Básico e suas Ações Integradas, ainda existem muitas dúvidas e dificuldades para lidar de maneira correta com o recurso.

Pode-se considerar também que a ausência de um conhecimento mais significativo sobre a temática ainda se constitui como um dos principais obstáculos para uma boa utilização da verba e uma melhor gestão financeira do recurso.

Os principais pontos de problemas apontados estão relacionados com o baixo valor repassado, ao itens de custeio-capital, a prestação de contas, a falta de formação e capacitação dos funcionários e membros da comunidades para lidar com o Programa, a

deficiência do contato com o Banco do Brasil, com o FNDE e por fim, com a demanda aumentada da gestão que além de lidar com as questões do cotidiano da escola, ainda precisam entender de fatores relacionados à administração para conseguirem terem êxito com a utilização dos recursos recebidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar a gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), apontando as potencialidades e fragilidades a partir do olhar dos gestores das escolas mineiras. Para o alcance desse objetivo buscou-se recuperar a gênese do PDDE, tendo como cenário a política de financiamento brasileira nos anos 1990. Além disso, foi realizada uma revisão de literatura a partir do levantamento de teses e dissertações sobre o PDDE e problematizou-se ainda as experiências de implementação do PDDE em Minas Gerais.

Os resultados encontrados evidenciam que o PDDE tem como uma iniciativa de repasse direto de recursos financeiros para as escolas públicas de ensino fundamental das redes estadual, municipal e do Distrito Federal. Ao longo de mais de vinte anos, muitas foram as reformulações ocorridas no PDDE, como marcas da regulação desse política ao longo dos governos e trazendo desdobramentos para a gestão escolar e financeira da educação básica. Ao lado dessas reformulações, assiste-se também ao longo dos anos certa evolução do orçamento do FNDE, aumento orçamentário que fez com que o FNDE passasse a ocupar a posição de segunda maior autarquia do país em termos orçamentários. A análise da trajetória do PDDE evidenciou que esse programa alcança todo o país, sendo um importante canal para recebimento de recursos anuais para o desenvolvimento de seus projetos pedagógicos e outras demandas importantes.

A importância de se pesquisar sobre o PDDE e seus desdobramentos no modelo de gestão escolar ficou evidente no levantamento de pesquisas de teses e dissertações na Plataforma Capes. Apesar de ser um tema que gera recorrentes dúvidas, principalmente, para quem lida com os recursos oriundos do Programa, observou-se que os trabalhos ainda não são muito pouco expressivos. No período verificado, de 2013 a 2022, constatou-se apenas um montante de 37 obras que retratam a temática e seus desdobramentos. Os resultados dessa análise mostraram que a temática ainda é fruto de muitas incertezas e pouco conhecimento por parte dos sujeitos que lidam diretamente com o Programa e que a implementação do PDDE nas escolas ainda encontra muitos desafios, o que aponta a importância de um acompanhamento e monitoramento da gestão financeira dos recursos.

Considerando a longevidade do PDDE, que já pode ser chamada de uma política de Estado, os resultados do levantamento das pesquisas acadêmicas evidenciaram a necessidade desse monitoramento e formação dos gestores a nível local e regional, no

sentido de diminuir os desafios da gestão de recursos descentralizados em contextos de desigualdade social, principalmente na área educacional.

Ficou evidente que os recursos ofertados através do PDDE são de suma importância para as escolas públicas e privadas (sem fins lucrativos). No entanto, alguns problemas para a execução correta do Programa foram identificados. Um dos obstáculos verificados refere-se à falta de conhecimento suficiente para lidar com todos os quesitos, considerados burocráticos, e assim conseguir aplicar as verbas de forma eficiente e eficaz para a escola.

Outro fato que chamou a atenção, foi a constatação dos desafios enfrentados para implantar o modelo de gestão democrático conforme exige o Programa. Isso se deve a pouca participação dos membros da comunidade escolar, que envolve a figura dos pais, alunos e até dos funcionários da própria escola.

Além disso, a partir dos resultados da pesquisa verificou-se que a autonomia oferecida às escolas que recebem os recursos, ainda não se concretizou de fato, devido a burocracia existente ao longo de todo o processo e as limitações impostas tanto pela falta de uma verba maior, como pelo pouco conhecimento do Programa.

Os resultados apontam que os recursos financeiros do PDDE são necessários para que o cotidiano escolar possa acontecer e contribuindo para a melhoria da educação. Com a disponibilidade das verbas, é possível adquirir além de materiais, a melhoria física e pedagógica da escola. Entretanto, os resultados também mostraram que os valores transferidos pelo PDDE não são suficientes para atender às reais necessidades da escola pública brasileira, mas são relevantes para, ao menos, manter o funcionamento delas em condições mínimas.

As análises a partir dos olhares dos gestores das escolas mineiras mostraram que, mesmo sendo pouco, oferecem condições para o desenvolvimento pedagógico da escola com a possibilidade de compra de itens de uso direto dos alunos e da manutenção do espaço escolar.

Nesse cenário, entende-se que o PDDE Básico é primordial na construção de uma escola que promova a integração entre aluno e escola. É que a descentralização desse recurso, nada mais seria como mais um importante programa que poderia agregar para a concretização de uma gestão democrática da escola pública, uma vez que os responsáveis pela identificação, aplicação e prestação de contas é a própria comunidade escolar de modo democrático e transparente, suprimindo as reais necessidades da escola.

Assim, é importante reforçar o oferecimento de cursos de formação, tanto presencial, como a distância, para capacitar os diferentes profissionais que lidam direta e indiretamente com o PDDE Básico e suas Ações Integradas. Em contrapartida, o PDDE traz à tona a problemática das políticas de financiamento brasileiras que encontram desafios, considerando as desigualdades socioeducacionais presentes nas diferentes regiões do país. Como uma política de financiamento direto da União, os resultados evidenciaram que o PDDE apresenta limites para que a escola alcance a autonomia com a melhoria da qualidade do ensino público, o que mostra a necessidade de estar articulado com outras ações, com vistas a superar os desafios enfrentados pelas diferentes realidades.

Diante disso, destaca-se a importância de modificações no Programa PDDE no que se refere ao montante de recursos disponibilizados e no apoio técnico às escolas na gestão desses recursos. Frente ao montante de procedimentos para se cumprir com as exigências anuais do Programa, caberia uma revisão das mesmas no sentido de simplificar os formulários, a quantidade de documentos que precisam ser arquivadas para se comprovar as aquisições, os vários sistemas de computador utilizados e a etapa da simplificação da prestação de contas. Mesmo depois de quase três décadas de implantação do Programa, ainda se tem um longo caminho a ser percorrida para que a comunidade escolar esteja alinhada com as demandas e os procedimentos a serem adotados.

Outra questão que merece uma revisão é sobre os valores adotados para o cálculo dos valores a serem transferidos pelo PDDE, considerando não somente o número de alunos cadastrados, também é preciso considerar as peculiaridades individuais de cada unidade escolar, as desigualdades socioeducacionais no *locus* na qual estão inseridas.

Essa pesquisa é uma contribuição para dar voz aos profissionais dessas escolas beneficiadas, não tendo a intenção de ser a última. Desse modo, serve de ponto de partida para que outros estudos no sentido de contribuir para o fortalecimento do Programa PDDE e suas Ações Integradas. Espera-se que estas breves análises possam contribuir com o monitoramento e apoio da gestão de recursos das políticas públicas descentralizadas e o desenvolvimento da Educação em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da Constituição Federal e da LDB. São Paulo: Xamã, 2007. p. 63-71
- ADRIÃO, Theresa e PERONI, Vera. **Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública, Educação e Sociedade**, v.28, nº, Campinas, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 de maio de 2023. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000100013>
- ARAÚJO, Denise Silva; ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. de. Políticas Educacionais: refletindo sobre seus significados. *Educativa: Goiânia*, v. 13, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1247/863>. Acesso em 09 jan.2023.
- AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: Acesso em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> . Acesso em: 22 set. 2023.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 34. n. 1, jan.abr.2019. Disponível em: www.scielo.br/j/se. Acesso em: 14 dez.2023. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ARANTES, Emerson Clayton. **Programa Dinheiro Direto na escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais**: uma análise a partir da região Norte do Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação. Programa De Pós-Graduação Em Educação, 2019.
- ARAÚJO, Elienai Santana da Cruz de. **A autuação das Unidades Executoras Próprias no Programa Dinheiro Direto na Escola**: reflexões sobre o controle social na rede municipal de Itamaraju. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém 2019.

AZEVEDO, J.M.L. **A educação como política pública**. 2 ed. Campinas. Ed. Associados, 2001.

BARROS, Natália Martins. **A implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola**: uma análise a partir da percepção dos agentes locais sob a perspectiva da gestão escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

BATISTA, Pablo Aguiar Costa. **Descentralização financeira para as escolas da Educação Básica Pública**: uma análise do PDDE na escola estadual cidade modelo no período de 2012 a 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BELLO I. M.; JACOMINI, M. A.; MINHOTO, M. A. P. Pesquisa em política educacional no Brasil (2000- 2010) uma análise de teses e dissertações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 369-394, jul./dez 2014. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.9i2.0004>

BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 03 de set.2023.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOTIGLIERI, M. F.; BEZERRA NETO, L. O neoliberalismo, o Banco Mundial e a educação: alguns apontamentos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 57, p. 19–31, 2014. DOI: 10.20396/rho.v14i57.8640401. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640401>. Acesso em: 22 nov. 2023. <https://doi.org/10.20396/rho.v14i57.8640401>

BRANDÃO, Luana Mayara de Souza. **Financiamento e gestão de escolas públicas**: uma análise da aplicação dos recursos em duas escolas da rede do ensino fundamental de Juazeiro-BA. 2022.352 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 04 maio. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Conselho Deliberativo. **Resolução nº 12, de 10 de maio de 1995**. Aprova o Manual de Procedimentos Operacionais Relativos às

Transferências de Recursos Federais às Escolas das Redes Estadual e Municipal de Ensino. Brasília, DF: FNDE, 1995.

BRASIL, **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: L11947 (planalto.gov.br).

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto da Escola, e dá outras providências. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Apresentação do PDDE. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br> > Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº10, de 18 de abril de 2013**. Brasília: FNDE, 2013. Disponível em: Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Medida provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jan. 2009. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Medida provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 1998. Seção 1, p. 46.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CD/FNDE/MEC nº17, de 19 de abril de 2011b**. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/arqresolucoes2011/5602.../download. Acesso em: 05 de abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CD/FNDE/MEC nº17, de 19 de abril de 2011b**. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/arqresolucoes2011/5602.../download. Acesso em: 05 de abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **CD/FNDE/MEC nº. 53, de 29 de setembro de 2011c**. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/ph-arquivos/category/5-2011?...53. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CD/FNDE/MEC nº. 20, de 6 de maio de 2011d**. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/ph-arquivos/category/5-2011?...20. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CD/FNDE/MEC nº 17, de 19 de abril de 2011b.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/arqresolucoes2011/5602.../download>. Acesso em: 17 de mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 set. 2021.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/arqresolucoes2011/5602.../download>. Acesso em: 17 de mai. 2023.

CALDAS, Anderson Neylon de Freitas. **A participação dos conselhos escolares das escolas estaduais de ensino médio da 2ª Ure/Cametá na gestão do programa dinheiro direto na escola – PDDE** - Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Cametá, 2022.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016. Acesso em: 14 out. 2023.

CAMARGO, R. B. de; SANCHES, Y. C. de S.; Viana, M.P. **Gestão democrática de recursos financeiros descentralizados para a escola pública.** 1 ed. São Paulo, 2019. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

CANAN, S. R. **Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais - só há intervenção quando há consentimento?** Campinas: Mercado das Letras. 2016.

CECAMPE SUDESTE. **Relatório de Atividades Cecampe-Sudeste.** (Mimeo). Uberlândia, 2022.

CECAMPE SUDESTE. **Relatório de pesquisa.** (Mimeo). Uberlândia, 2022b.

CORDEIRO, Priscila da Silva. **A participação dos conselhos escolares na perspectiva da gestão democrática: uma experiência na educação infantil.** 2019.137 f. Dissertação (Mestrado em educação, contextos contemporâneos e demandas populares) -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

COSTA, GIRLANE ORRICO. **O movimento dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola no município de Cruzeiro do Sul-Acre em face do movimento dos recursos desse Programa em âmbito nacional (2009 a 2019).** 2022 undefined f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista USP* 17, 1993.

FARENZENA, Nalú. A assistência financeira da União às políticas educacionais locais. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n.10, p. 105 – 117, jan./jun. 2012.

FERNANDES, Lethícia Dutra Leal Ferreira. O Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto da capacitação de gestores de recursos da educação básica municipal - Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino) – Centro Universitário Vale do Rio Verde – UNINCOR, Três Corações, 2022.

FNDE. **Dinheiro Direto na Escola**. Disponível em: www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/monitore-o-pdde. Acesso em: 16 de maio. 2023.

FNDE. **Dinheiro Direto na Escola: Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE Básico**. Disponível em: www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/valores-referencias-de-calculo-para-repasses-do-pdde-basic. Acesso em: 20 de maio. 2023.

FNDE. Guia de Atuação do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais – CECAMPE. Brasília, 2020.

FNDE. EDITAL Nº CONVOCAÇÃO DE IFES/2018. Edital de Convocação para Habilitação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com vistas ao Estabelecimento de Parcerias para Suporte Técnico à Implementação de Programas de Apoio à Manutenção e Melhoria das Escolas, constituindo-se Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/editais>. Acesso em 20 jun. 2022

FNDE. Orientações para o uso do Cartão PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola. Brasília, 2017.

FRANCISCO, Bruno Correa. **A autonomia de uma escola pública de Minas Gerais em condições de restrição financeira**. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

FRANCK, Luciana Nazaré de Souza **A gestão descentralizada das políticas públicas de financiamento da educação: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola**. 2021. 141f. Dissertação (Mestrado – Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2021.

FREITAS, L.C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. Educação e Sociedade. Campinas. v.35, n. 129, p. 1085-1114. out.-dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 1962. Disponível em: Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria/Milton%20Friedman.htm>. Acesso em: 17 set. 2023.

FRIGOTTO, Gaudênio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5 ed. São

Paulo: Cortez, 2003.

GALVÃO, José Ivo Peres. **A implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola e suas articulações com a gestão escolar**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2020.

GATTI, B.A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. São Paulo, 2002.

GENTILI, P. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. *Revista Educação e Realidade*. v.20, p. 192-202. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71745>. Acesso em: 25 out. 2023.

GENTILI, P. **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUERRA, D.; FIGUEIREDO, I. M. Z.. Proposições do Banco Mundial para a política educacional brasileira (2016-2018). **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. 231-359, 2021. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202147231359>

JESUS, Sergio Luis de. **análise da gestão da verba do PDDE em uma escola estadual: um caso de gestão social?** 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado Profissional em gestão social, educação e desenvolvimento) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2019. <https://doi.org/10.18616/ce.v8i1.5007>

KRAWCZYK, N. A política educacional e seus desafios na pesquisa: o caso do Brasil. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 4, p. 1–9, 2019. DOI: 10.5212/retepe.v.4.003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/13131>. Acesso em: 12 dez. 2023. <https://doi.org/10.5212/retepe.v.4.003>

LIMA, Lélia Cristina Silva. **A gestão financeira do PDDE nas Escolas Estaduais de Belo Horizonte/MG da SER-A: um desafio para os diretores escolares**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

LIMA, Vanuzia Saldanha de Medeiros. **Programa Dinheiro Direto na Escola: contribuições para a construção da gestão democrática e participativa no contexto de escolas da rede municipal de ensino de Mossoró/RN**. 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação Instituição de Ensino) - Universidade do estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2020.

LINS, Rejane Marques da Silva. **A descentralização de recursos financeiros na gestão da escola pública: desafios e possibilidades**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **Programa Dinheiro Direto na Escola: (re)formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica (1995 – 2015)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MAFASSIOLI, A. da S. (2015). 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. *FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação*, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67555>.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000-2006): mapeamento e problematizações. **Revista Brasileira de Educação**, 2009, 14(40), 7-23.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, p. 222-24, 2011.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996.

MARINHEIRO, Edwylson De Lima. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a democratização da gestão escolar no município de Londrina – PR**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

MARQUES, Eduardo C. As Políticas Públicas na Ciência Política. In MARQUES, E.C.; FARIA, C. E. Pimenta; *A Política Pública como campo multidisciplinar*. Ed. UNESP/SP/ 2013.

MELO, Jamille Oliveira de. **Financiamento da educação e desigualdades socioeducacionais: percepções sobre as repercussões do programa dinheiro direto na escola em Manari/PE– Recife, 2020**.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo. De onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

NOGUEIRA, Renan Moreira. **Os sentidos da participação social no Programa**

Dinheiro Direto na Escola (PDDE): trajetórias no contexto da racionalidade neoliberal. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.

PASSOS SANTOS, Juliana. **Transformação e controle social na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola em Alagoas e no Distrito Federal.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal; ADRIÃO, Theresa. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** Brasília: INEP, 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). Diálogos sobre a redefinição no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação. São Leopoldo: Oikos, 2015, p.15-34,

PIMENTA, Danielle Christine Leite. **Efeitos do Programa Dinheiro Direto nas Escolas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação na rede ESTADUAL de ensino em Bocaiúva/MG.** 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2015.

PORTAL FNDE. Programa Dinheiro Direto na Escola: o que é. 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PORTILHO GOMES, Natiane. **O Programa Dinheiro Direto Na Escola no município de Cametá (PA): transferências de recursos e prestação de contas dos conselhos escolares no período de 2009 a 2019** - Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Cametá, 2021.

REIS, Antônio Cláudio Andrade. **O FNDE e os recursos públicos da educação básica, suas formas de controle e intervenção.** O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no Estado do Pará. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

RODRIGUES, Celiane Oliveira. **O processo de cogestão dos recursos oriundos do PDDE por Conselhos Escolares: cases de escolas públicas estaduais do Pará.** 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em administração) - Universidade da Amazônia, Belém, 2019.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. In: **Revista Brasileira de Educação.** Set/Dez, nº 30, 2009. p. 534- 550. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000300010>

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas-SP :Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, p. 1-5, 2017. <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.002>

SIQUEIRA, J. F. R. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis: os impactos do PDDE Escolas Sustentáveis nas práticas de Educação Ambiental nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul**. 2022. 243 p. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

SILVA, ADRIANA ZANINI DA. **A descentralização de recursos financeiros e a organização do trabalho pedagógico: o caso de Santo André**. 2013.158 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Fabio Roberto da. **Execução participativa do Programa Dinheiro Direto na Escola: um estudo em municípios do território de identidade baixo sul da Bahia**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação Instituição de Ensino) - Universidade do estado da Bahia, Salvador, 2021.

SILVA, Givanildo da. **O programa dinheiro direto na escola (PDDE) como mecanismo da Descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2015.

SILVA, Maria Vieira Silva; SOUZA, Vilma Aparecida de Souza. Programa Dinheiro Direto na Escola como política pública de descentralização financeira na região sudeste. In: GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SILVA, Maria Vieira; GONZAGA, Yone Maria (org.). **Políticas de descentralização financeira na educação brasileira: o Programa Dinheiro Direto na Escola em foco**. Curitiba: CRV, 2022.

SOUZA, A. P.; ASSUNÇÃO, F.L.O neoliberalismo na educação. Revista Contemporânea: **Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação**, v. 02, n. 01, p.51-61, out/dez. 2017

SOUZA, Danielly Pinheiro Gusmão. **Efeitos dos investimentos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE” na E.E. Comendador Murta, em Itinga-MG, na percepção da sua unidade executora**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2017.

SPECK, Raquel Angela. **Regulação das políticas educativas, Banco Mundial e PDDE interativo: a intensificação do controle sobre os resultados no contexto da gestão escolar**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

TITOTO, Sheule Anne Labre. **Desafios e conquistas da utilização do Programa Dinheiro Direto na Escola pelas instituições de ensino municipais e estaduais do sudoeste goiano**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2019.

VALENTE, Lucia de Fatima. **Permanências e mudanças na organização do trabalho escolar nas Geraes: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do PDE- Escola**. 2011. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

VIANA, M.P. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional**. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69339> Acesso em 29 nov. 2023.

VIANA, M.P. Recursos **financeiros descentralizados para a escola pública: uma política necessária**. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAMARGO, Rubens Barbosa de. **Gestão financeira escolar como política pública: análise de procedimentos legais e administrativos, processos participativos e montantes dos recursos financeiros destinados às escolas de redes públicas**. Simpósio Anpae. 2009. Disponível em: Acesso em: 10 de set. 2023.

WEINNA, Clara Moura. **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE: uma análise acerca das implicações em uma unidade escolar do ensino público no município de Imperatriz/MA**. 2022. 102f. Clara Weinna Moura Dantas – 2022. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

ZANIRATTO, Adilson Carlos Jr. **Avaliação dos processos de gestão entre o planejamento e a execução dos recursos do PDDE destinados às escolas Municipais de Juiz de Fora- MG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

1. Você possui vínculo com alguma escola da educação básica?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
2. A(s) escola(s) que você atua pertence(m) a qual(is) rede(s) de ensino?	<input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Privada sem fins lucrativos <input type="checkbox"/> Outros
2.1. Unidade da Federação - UF	
2.2. Cidade	
3. Qual é a função que você exerce na escola?	
4. Assinale os espaços de democratização da gestão que existem em sua escola.	<input type="checkbox"/> Colegiado Escolar/Conselho Escolar <input type="checkbox"/> Comissão de atualização anual do PPP (reconstrução, acompanhamento e avaliação contínuos) <input type="checkbox"/> Associação de Pais e Mestres <input type="checkbox"/> Grêmio Estudantil <input type="checkbox"/> Conselho de Classe <input type="checkbox"/> Representante da escola no Conselho Municipal de Educação

<p>5. O quanto você conhece do PDDE? Atribua uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo que atribuindo a nota 0, significa que você não conhece NADA sobre o PDDE.</p>	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 10
---	---

<p>6. Quanto ao planejamento e execução do PDDE, como é a participação dos membros da comunidade escolar? Atribua uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo que atribuindo a nota 0, significa que não há nenhuma participação dos membros da comunidade escolar e atribuindo a nota 10, significa que há uma efetiva e completa participação da comunidade escolar.</p>	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 10
--	---

<p>7. A escola que você trabalha já desenvolveu/desenvolve alguma das modalidades abaixo do PDDE? [PDDE BÁSICO]</p>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
--	--

<p>7.1. A escola que você trabalha já desenvolveu/desenvolve alguma das modalidades abaixo do PDDE? [PDDE ESTRUTURA]</p>	<p>() Sim () Não</p>
<p>7.2. A escola que você trabalha já desenvolveu/desenvolve alguma das modalidades abaixo do PDDE? [PDDE QUALIDADE]</p>	<p>() Sim () Não</p>

<p>8. Para cada uma das modalidades selecionadas acima, poderia listar os pontos fortes/benefícios do programa?</p>	<p>Justifique:</p> <hr/>
<p>9. Para cada uma das modalidades selecionadas acima, poderia listar as limitações/dificuldades do programa?</p>	<p>Justifique:</p> <hr/>

<p>10. Considerando a formação continuada sobre a gestão de recursos financeiros, em quantas atividades de formação você participou nos últimos dois anos?</p>	<p>Justifique:</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>11. Considerando o planejamento para uso dos recursos financeiros do PDDE, como foi a sua participação neste planejamento? Atribua uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo que 0 significa que não participou de nenhuma.</p>	<p>() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10</p>

<p>12. Considerando sua experiência/conhecimento, indique quais os aspectos que dificultam a gestão dos recursos do PDDE. (pode ser indicado mais de um item)</p>	<p><input type="checkbox"/> Falta de conhecimento técnico para execução dos recursos do PDDE e prestação de contas.</p> <p><input type="checkbox"/> Falta de apoio/atendimento/comunicação com a Secretaria Municipal/Estadual de Educação sobre as orientações para gestão dos recursos do PDDE.</p> <p><input type="checkbox"/> Falta de apoio/atendimento/comunicação com setor responsável pelo PDDE no âmbito do FNDE.</p> <p><input type="checkbox"/> Não participação da comunidade escolar.</p> <p><input type="checkbox"/> Problemas com atendimento/comunicação com o Banco.</p> <p><input type="checkbox"/> Ausência de autonomia pedagógica e financeira para desenvolver projeto pedagógicos de acordo com a realidade da escola</p>
<p>13. O quanto os recursos dos programas do PDDE cumprem com o objetivo de oferecer assistência financeira para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola? Atribua uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez).</p>	<p><input type="checkbox"/> 0</p> <p><input type="checkbox"/> 1</p> <p><input type="checkbox"/> 2</p> <p><input type="checkbox"/> 3</p> <p><input type="checkbox"/> 4</p> <p><input type="checkbox"/> 5</p> <p><input type="checkbox"/> 6</p> <p><input type="checkbox"/> 7</p> <p><input type="checkbox"/> 8</p> <p><input type="checkbox"/> 9</p> <p><input type="checkbox"/> 10</p>
<p>14. Quanto os segmentos da Unidade Executora participam na gestão dos recursos do PDDE? Atribua uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez).</p>	<p><input type="checkbox"/> 0</p> <p><input type="checkbox"/> 1</p> <p><input type="checkbox"/> 2</p> <p><input type="checkbox"/> 3</p> <p><input type="checkbox"/> 4</p> <p><input type="checkbox"/> 5</p> <p><input type="checkbox"/> 6</p> <p><input type="checkbox"/> 7</p> <p><input type="checkbox"/> 8</p> <p><input type="checkbox"/> 9</p> <p><input type="checkbox"/> 10</p>

<p>15. O quanto os recursos do PDDE são utilizados para a construção de ações que favoreçam as Relações Étnico-Raciais?</p>	<input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/> 6 <input type="radio"/> 7 <input type="radio"/> 8 <input type="radio"/> 9 <input type="radio"/> 10
<p>16. O quanto houve de planejamento para a adesão ao apoio financeiro, no âmbito do Programa de Apoio PDDE QUALIDADE / Novo Ensino Médio? Atribua uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez).</p>	<input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/> 6 <input type="radio"/> 7 <input type="radio"/> 8 <input type="radio"/> 9 <input type="radio"/> 10
<p>17. O quanto você conhece/tem alguma experiência de educação INDÍGENA? Atribua uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez).</p>	<input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/> 6 <input type="radio"/> 7 <input type="radio"/> 8 <input type="radio"/> 9 <input type="radio"/> 10
<p>18. O que pensa da necessidade de financiamento específico para a educação indígena?</p>	<p>Justifique:</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

<p>19. O quanto você conhece/tem alguma experiência com educação QUILOMBOLA? Atribua uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez).</p>	<p> <input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 10 </p>
<p>20. O que pensa da necessidade de financiamento específico para a educação quilombola?</p>	<p>Justifique:</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>21. O quanto você conhece/tem alguma experiência com educação do CAMPO? Atribua uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo que atribuindo a nota 0, significa que você não conhece nada sobre.</p>	<p> <input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 10 </p>
<p>22. O que pensa da necessidade de financiamento específico para a educação do campo?</p>	<p>Justifique:</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

23. Gostaria de deixar algum comentário, crítica, sugestão, etc.?	